



MUNICÍPIO DE AVEIRO **Assembleia Municipal**

ACTA N.º 17

Sessão ordinária de Setembro

3ª Reunião de 12-10-1998

Aos doze dias do mês de Outubro de mil novecentos e noventa e oito, nesta cidade de Aveiro, na sede da Assembleia Municipal, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, presidida por Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, secretariado pelo Primeiro Secretário, João Pedro Simões Dias e pelo Segundo Secretário, Custódio das Neves Lopes Ramos, e com a presença dos seguintes Vogais: Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga, José Augusto Fernandes Júnior, João Pires da Rosa, Álvaro Patrício do Bem, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, Manuel Júlio Braga Alves, João Alberto Simões Barbosa, Britaldo Normando de Oliveira Rodrigues, Henrique Manuel Morais Diz, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Virgílio António Couceiro da Cruz Nogueira, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, Fernando Vieira Ferreira, Joaquim António Gaspar Melo Albino, Diogo Manuel Santos Soares Machado, António Sousa Dinis Correia, Diniz Marques, Manuel Arede de Jesus, Manuel Branco Pontes e António Manuel dos Santos Salavessa.

Pelas 18:30 horas o Presidente da Mesa declarou aberta a presente reunião.

Procedeu-se à chamada e verificaram-se as faltas dos Vogais: Raul Ventura Martins, Fernando Cardoso Leitão Miranda, Libério da Silva Santos, Lucas Amaro Rodrigues, Jorge Manuel do Nascimento, Luís Miguel Capão Filipe, Manuel Simões Madaíl, Joaquim dos Santos Abreu e Élio Manuel Delgado da Maia.

De seguida, o Sr. Presidente da Mesa submeteu à votação da Assembleia um “Período de Antes da Ordem do Dia” solicitado pelo líder da bancada do PP, tendo o mesmo sido aprovado por maioria de quinze votos a favor, oito abstenções e dois votos contra.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Primeiro Secretário da Mesa a fim de fazer a sua intervenção como vogal foi substituído pelo Sr. António Sousa Dinis Correia, nos termos do artigo 36 do Regimento da Assembleia Municipal de Aveiro.

Vogal João Pedro Dias:

“Sr. Presidente, Srs. Membros da Assembleia. Eu gostava de muito rapidamente, utilizar em nome da bancada do Partido Popular, este período de antes da ordem do dia, para me referir a dois aspectos muito concretos, que tiveram haver com outras tantas situações, abordadas nas duas últimas reuniões da presente Sessão e que do nosso ponto de vista ficaram ou inacabadas ou mal discutidas ou deixando pairar algumas dúvidas. E sobre elas, sobretudo pela gravidade de uma delas, entendemos que devíamos dar algum tempo ao tempo e pronunciarmo-nos, digamos, com certeza, com segurança, sem o calor que na altura o assunto poderia ter merecido. Mas vamos por partes.”

Primeira questão. A primeira questão do nosso ponto de vista teve a ver com um aspecto que reputamos, que ficou mal esclarecido e gostávamos de ter visto esclarecido de outra forma, no início da última reunião, no período de antes da ordem do dia.

Foi nesta Assembleia apresentado, um voto de pesar pelo falecimento de um Aveirense, voto esse que do nosso ponto de vista não foi votado mas deveria ter sido votado. Não está em causa o mérito pessoal da pessoa em causa, está sim, uma questão de princípio. E parece-nos que sem a votação, que é a expressão do sentido de uma Assembleia, dificilmente ou com alguma dificuldade poderemos retirar, qualquer tipo de ilações, sobre o sentido da mesma Assembleia. Sobretudo quando na mesma Sessão, a Assembleia através do recurso a uma votação, também no período de antes da ordem do dia, teve a possibilidade de expressar as suas congratulações e a sua alegria por um facto que a todos nos encheu de alegria. Penso que deveria ter sido utilizado o mesmo expediente e em relação ao voto de pesar, que aqui foi apresentado, o mesmo deveria ter sido objecto de uma votação.

Na altura, em conversas cruzadas alegou-se, que não era hábito, que não era costume. Permita-me dizer-lhe Sr. Presidente e Srs. Membros da Assembleia; graças a Deus não é costume, é sinal que ainda não houve razão para aprovarmos votos de pesar. Agora não me parece, que por qualquer catástrofe e oxalá dela estejamos longe, algum membro da Assembleia, algum Magistrado da nação, alguma figura de Estado, viesse a falecer, não posso aceitar, não posso conceber, no plano dos princípios que a Assembleia se limitasse a proferir palavras de circunstância e não deixasse o seu sentir expresso num determinado voto. É por isso que convido a bancada do PSD, formalmente, permitam-me que o faça, a reapresentar o voto que na altura tinham formulado, porque eu pessoalmente e a bancada do meu Partido, gostávamos de o poder votar. E não vou apreciar o mérito e dizer se é votar a favor ou se é votar contra. Gostávamos de o poder votar. De outra forma todas as dúvidas são legítimas e penso que a vida humana merece-nos muito respeito e nestas circunstâncias, respeito acrescido. E portanto, gostaríamos que essa situação, ficasse claramente esclarecida.

Segundo aspecto, sem desprimor para o primeiro, é obviamente o aspecto mais importante, que levou a nossa bancada a pedir o período de antes da ordem do dia.

Na primeira reunião, há duas reuniões portanto, também no período de antes da ordem do dia, através do Deputado do Partido Comunista, foram lançadas, do nosso ponto de vista, suspeições e afirmações, graves, sobre dois membros desta Assembleia; um da minha bancada, o Sr. Gaspar Albino; outro da bancada do Partido social Democrata, o Sr. Victor Martins. Quero dizer que me abstenho de qualificar, a intervenção então ocorrida. Não estive cá, não assisti, mas da mesma já tenho conhecimento integral. E abstenho-me de a qualificar, porque seguramente não saberia ter a contenção e a moderação para evitar cair em alguns excessos. Mas é evidente que aqui foram feitas afirmações graves; e pior do que tudo, foram deixadas suspeições no ar, foram deixadas interrogações, foi posto em causa o bom nome e a honorabilidade de dois membros desta Assembleia. Do ponto de vista pessoal, eu quero-me dizer completamente solidário com ambos os membros da Assembleia. Do ponto de vista político, cabe-me fazer a defesa do membro da minha bancada. Não posso esquecer, não quero esquecer, que para o bem ou para o mal fui cabeça de lista, dei a cara por uma lista da qual faz parte o Sr. Gaspar Albino. Bater-me-ei até á exaustão, pela defesa, para que não se permita, que a mais leve suspeita, possa cair sobre a sua actuação política nesta Assembleia. E posto isto queria dizer, que a interpretação que a bancada do Partido Popular, dá à legislação, que motivou do Sr. Deputado delator, à afirmação então feita. A interpretação que nós damos, é uma interpretação completamente diferente. E é um interpretação que estribamos, em parecer da Procuradoria Geral da República, publicado em Diário da

República, portanto, em documento público; peço a tolerância e a compreensão dos Srs. Membros da Assembleia, mas parece-me que é matéria que hoje diz respeito a dois Srs. Deputados, mas amanhã pode dizer a quaisquer outros. Dizia eu, louvo-me em parecer da Procuradoria Geral da República, homologado pela Tutela, onde a interpretação sobre a legislação, é completamente diferente. Este parecer da Procuradoria, após historiar a evolução legislativa registada em Portugal nesta matéria, veio definitivamente sufragar uma tese: a tese de que qualquer autarca, integrando órgãos executivos os deliberativos, apenas está obrigado a não intervir, a não tomar parte em qualquer acto de direito público ou privado que lhe possa dizer respeito.

Nesse referido parecer da Procuradoria Geral da República, escreveu-se e passo a citar:

«A cominar apenas o dever de não intervir, esta expressão aponta, decisivamente, para um dever de abstenção, para um dever de não participação, sob qualquer forma, em processo administrativo, acto ou contrato de direito público ou privado em que o autarca tenha interesse. A lei exige que o membro do órgão autárquico - de qualquer órgão autárquico- não participe; não decida, não delibere, abstendo-se de qualquer intervenção, seja qual for a forma que revista ou porque se manifeste.»

Mais à frente, diz o mesmo parecer da procuradoria Geral da República:

«No que aos contratos respeita, tal significa que o membro do órgão autárquico deve abster-se de intervir em qualquer momento do itere negocial: negociações, celebração, execução.»

E o próprio parecer da Procuradoria Geral da República sustenta explicitamente, posição doutrinária de um autor que refere expressamente, o seguinte e peço a vossa atenção:

«Os membros dos órgãos autárquicos, podem ter interesse no processo administrativo, acto ou contracto de direito público ou privado em que intervenha a autarquia de que fazem parte, mas desde que não intervenham, no exercício das suas funções ou por causa delas, em tais actos, contratos ou processos, não perdem o mandato, nem tal acto é nulo ou anulável.» Quer dizer e continuo a citar: «Quando tenham interesse em tais actos e desde que se declarem ou requeiram o seu impedimento de neles intervir, como membros de órgãos autárquicos, pode a autarquia livremente praticar tais actos ou celebrar contratos com o titular do órgão declarado impedido e este de neles intervir, até directamente, não nesta última qualidade de autarca, como é óbvio, mas sim como titular do interesse particular em conflito com o interesse público. O que não pode é intervir na qualidade de autarca.»

Toda esta profunda investigação doutrinária desencadeada pela Procuradoria Geral da República, conclui de um formar para nós lapidar. Nessa conclusão do parecer pode ler-se:

«Entendimento diferente traduzir-se-ia, com efeito, em muitas situações, numa solução demasiado violenta e excessiva para os autarcas, acarretando do mesmo passo, reflexos profundamente negativos para a vida do próprio órgão, impedindo ou dificultando o seu normal e regular funcionamento». Estamos a pensar, diz o parecer, «sobretudo, nas pequenas autarquias do interior do país, onde os membros dos órgãos autárquicos, são muitas vezes proprietários de pequenos estabelecimentos comerciais e ou industriais, de pequenas empresas de serviços, com as quais as autarquias têm, dir-se-ia necessariamente, de manter relações contratuais. E não só. O autarca ficaria desarmado, sem possibilidade de se opor a que fosse contra ele instaurada uma acção para perda de mandato, ainda que se tivesse abtido de intervir, nomeadamente não participando na reunião do órgão que deliberou a celebração do contrato.»

Esta é a interpretação, que a Procuradoria Geral da República faz da legislação vigente. Esta é a resposta do nosso ponto de vista, que existe para as suspeições infames e ignóbeis, peço perdão da expressão, que aqui foram lançadas sobre dois membros da Assembleia.

Aprendemos e eu ao longo de um mandato de um ano, aprendi, que aqui Sr. Presidente, se pode debater livremente, mas há limites que não devem ser descorados, que não devem ser ultrapassados. Esta é a interpretação que sufragamos, porque é a interpretação da Procuradoria Geral da República. É evidente que do ponto de vista pessoal, os visados saem como se nada aconteceu, porque como diz o nosso povo: “não ofende quem quer, mas quem pode.” E termino com duas breves notas.

A primeira é para desafiar o Sr. Deputado, que neste caso foi o Sr. Deputado delator, a utilizar o mesmo procedimento contra mim e contra o Sr. Deputado Diogo Machado. Já no decurso deste mandato, a propósito de assunto aqui discutido, nós utilizamos o procedimento, que este parecer contempla. Pedimos para não intervir e está em acta, numa matéria, na discussão e votação de uma matéria sobre a qual podíamos objectivamente ter qualquer interesse. Sr. Deputado, aqui estão mais dois voluntários, faça a denúncia, cá estaremos para nos defender, com muita honra, muito bem acompanhados pelo Sr. Gaspar Albino, pelo Sr. Victor Martins.

Segundo aspecto que me parece importante Sr. Presidente, parece-me que é inconcebível que esta Assembleia não se possa defender contra aquilo que eu considero que é uma verdadeira calúnia. Peço portanto, que V.Ex.a considere e com muita urgência, em sede de Regimento ou não, logo se verá, que esta Assembleia crie com carácter permanente, uma Comissão de verificação de mandatos e uma Comissão que do ponto de vista eminentemente jurídico se pronuncie sobre estas situações. Porque se um Deputado, qualquer que seja, for chamado a prestar qualquer tipo de esclarecimento ou sobre ele impender qualquer tipo de denúncia, considero que é mister, à semelhança por exemplo, do que acontece na própria Assembleia da República, que existe uma Comissão da própria Assembleia, que também se faça ouvir e que também diga aquilo que tem a dizer. Não posso permitir Sr. Presidente, que esta Assembleia, sobre um membro ou sobre dois membros, desta Assembleia, de bancadas diferentes, se lancem suspeições e que a Assembleia continue, passe para o período da ordem do dia, como se nada tivesse acontecido.

O Sr. Deputado delator pode protestar esta minha intervenção se quiser, devo dizer-lhe que não retiro uma vírgula aquilo que disse. Muito obrigado Sr. Presidente e peço desculpa do tempo que ocupei.”

Entretanto entraram na sala os vogais Jorge Carvalho Arroiteia e Armando Manuel Dinis Vieira.

Presidente da Mesa:

“Não ocupou realmente mais do tempo que lhe estava atribuído, mas isso vem sendo uma pecha. Propôs dois problemas; um reporta-se ao voto de pesar. Sobre isso devo dizer o seguinte; primeiro, o voto foi apresentado oralmente, não teria que ser por escrito. Abriram-se intervenções sobre ele. Parece ser praxe desta Câmara não votar votos de pesar - não votar expressamente; e foi assim que se cumpriu. De qualquer maneira penso que a homenagem, que tinha que ser prestada ao falecido, foi prestada. Para além disso, entendo que não pode repetir-se o processo, pelo menos nesta Sessão legislativa. Transitou. Na altura teria cabido recurso e exigência de votação expressa, isso não foi feito e portanto transitou. Quanto a esta sua intervenção, fica apenas a sua opinião e da próxima vez se fará como for por maioria decidido, votando ou não votando.

De qualquer maneira, devo dizer o seguinte: penso que é preferível, quando se trata de uma homenagem póstuma, que as pessoas digam o que pensam sobre o falecido e a tendência é para ser elogioso, porque se é trazido aqui o problema, é porque é alguém que tinha ou teve

mérito para isso. Não sei se acabará por ser contra o que se pretende, abrir uma discussão, uma devassa do passado do falecido (não é o problema do resultado da votação, mas é o debate sobre isso). Penso que não é o caso ou não será por hipótese negativo, quando se quer homenagear postumamente alguém, abrir uma devassa sobre os méritos e os deméritos do falecido. Eu achei que ficou criado um clima de respeito e de apreço pelo Sr. Henrique Fidalgo.

Quanto à segunda questão que põe, a sua intervenção jurídica, como insigne jurisconsulto que é, foi muito interessante. Esse parecer da Procuradoria Geral da República existe, com o teor que referiu, mas já agora devo dizer com toda a franqueza e sinceridade, que não me parece, que pelo Sr. António Salavessa tenham sido levantadas, ao contrário do que disse, suspeições sobre a honorabilidade das pessoas referidas e muito menos suspeições infames e ignóbeis. É uma perspectiva, eu posso pessoalmente não gostar do tipo de intervenção do género que o Sr. Salavessa fez, mas a coisa reporta-se à perspectiva estritamente técnica-jurídica e política se quiserem. Mas não sobre a honorabilidade.

Agora, num aspecto V.Ex.a tem razão, é que o comum das pessoas quando se fala de irregularidade, irregularidade jurídica, pode extravasar e interpretar mal o que seja isso de irregularidade e pode admitir e pensar, alguém, que se trata de irregularidades infamantes. Não foi o caso, e o Sr. António Salavessa não é culpado directo dessas interpretações possíveis. Embora politicamente, se quiser, mas eu não sou seu conselheiro, talvez devesse pensar e admitir, que a intervenção que fez, seja susceptível dessa interpretação e portanto, poderia ter tido outro tipo de intervenção, mas isso é problema dele, não é problema meu, que não sou censor, ou se quiserem e adequando, controlador do Sr. António Salavessa. Quanto ao seu rodapé e “post scriptum”, se calhar e sem desprimor, talvez tenha sido o aspecto mais importante da sua intervenção, sem desprimor para a primeira parte, que é isso de se criar uma Comissão Permanente de Ética, no Parlamento Nacional é assim que se chama. É pensável isso, não vejo a grande utilidade, poderia ter uma utilidade consultiva; quem tivesse dúvidas se poderia eventualmente fazer isto ou aquilo, poderia consultar preventivamente essa Comissão de Ética, ou Comissão de Direitos Liberdades e Garantias, ou Comissão de Incompatibilidades, como lhe queiram chamar. Não vejo que tenha interesse jurídico, a existência dessa Comissão de Ética, porque não é da nossa competência, tanto quanto penso, julgar as incompatibilidades e as perdas de mandato. Portanto seria uma Comissão, capaz de dar parecer, mas com algum risco, qual seja este, feita uma maioria política; porque isto é um órgão político, no sentido de determinado parecer, ser essa Comissão desrespeitada, por ventura, pela decisão que os tribunais, competentes viessem depois a tomar. O que seria negativo para o prestígio desta Assembleia. De qualquer maneira, tem alguma pertinência ou toda a pertinência essa sua sugestão. Podemos abordar isso num debate, antes da ordem do dia, ou podemos até agendar para uma próxima reunião um debate aberto e amplo, que hoje não me parece que é muito oportuno.

De qualquer maneira a sua intervenção teve substância jurídica e pertinência política e interesse social. Assim, os órgãos da Comunicação Social apanhem a súmula e o essencial, da sua intervenção e a divulguem no sentido, de preservar as pessoas de interpretações, destorcidas e erróneas, da opinião pública, que possam de algum modo macular a sua reputação e o seu prestígio. Também sobre esse aspecto, teve interesse a sua intervenção.”

Vogal Britaldo Rodrigues:

“Obrigado Sr. Presidente. Em relação ao primeiro ponto que foi focado, eu devo dizer que ontem, pelo que ouvi, tinha sido também meu entendimento, que não era praxe nesta Assembleia votar votos de pesar. Fiquei lamentavelmente surpreendido quando me

informaram, que essa não é a praxe. Outros votos têm sido considerados e votados e referiram-me nomeadamente, o Padre Arménio e João Sarabando. Portanto, é uma situação diferente; houve um tratamento diferenciado. E dado essa diferença de tratamento, acho que terá existido algum desprimor, talvez voluntário ou não; mesmo porque existiram alguns sorrisos que me fizeram acreditar que talvez não fosse involuntário. E ia eu dizendo, que portanto, houve algum desprimor no tratamento deste caso. E face a este desprimor, eu creio que a pessoa a quem queremos prestar essa homenagem talvez, enfim, não gostasse de voltarmos a insistir nesse ponto. Desta forma, naturalmente e apreciando a postura que foi feita pela bancada do PP, eu direi que se a bancada do PP quiser apresentar de novo este assunto, nós associar-nos-emos a ela; mas por nós depois de tudo o que se passou acho que não vale a pena continuar a insistir, porque houve um desprimor injustificável e não vale a pena insistir.

No que diz respeito a outro ponto, que foi também citado, eu diria que há atitudes que por mais que apelem ao cumprimento de leis; e as leis podem ser justas ou injustas, aplicáveis ou não, nunca deviam ser tomadas estas atitudes quando delas resulta o prejuízo da comunidade em que nos inserimos. É o que hoje infelizmente assistimos, quando da atitude do PCP, poderia resultar a saída desta Assembleia, de dois Aveirenses ilustres.

Conhecedores que somos, do empenho, do entusiasmo, com que Victor Martins e Gaspar Albino, vivem a Cidade de Aveiro, tratar-se-ia de duas perdas significativas. Mais uma vez, a falta de inteligência, de clarividência, se evidenciou no PCP. Partido de vistas curtas, mais preocupado com o “show off”, com o seu interesse limitado, do que com o bem comum. Mais uma prova de mediocridade comunista. Será talvez tempo, daqueles, que disponibilizam algum do seu tempo para a actividade política, exigirem mais respeito, para com eles. Muitas leis que temos, evidenciam que o legislador parte da presunção, que todo o político é suspeito e todos os Partidos, inclusivamente o meu, têm participado nesta demagogia. E ao fim e ao cabo, contrariamente, ao que talvez pretendam, vêm descredibilizando os que se disponibilizam a participar na vida política a todos os níveis. Embora noutra contexto e a outra escala, eu diria exemplificando, que um Secretário de Estado das Pescas, não pode nunca ter sido armador, nunca pode ter tido uma empresa, nunca pode ter vivido as dificuldades resultantes da actividade da pesca, porque é raro qualquer empresa não ter nenhuma relação com o Estado. Então qualquer dia a vida política, vai ficar limitada a funcionários de carreira do Estado ou eventualmente a funcionários de algum partido político. O que talvez possa interessar ao PCP, mas não a nós, que defendemos a iniciativa privada.

Julgo porém, e tanto quanto me foi dado a informar, que a legislação invocada pelo PCP não se aplica, e sobretudo a um Presidente de Junta de Freguesia. Por isso, o facto de o Sr. Victor Martins, ter permanecido sereno nesta bancada aguardando a decisão justa sobre esta matéria, em claro respeito pelos eleitores, que em larga margem o querem Presidente da Junta de Freguesia de S.ta Joana, merece da minha parte, da parte da minha bancada, o nosso apoio e a nossa admiração. Porque e fique bem claro, que o próprio membro do PCP - Sr. António Salavessa - teve de reconhecer e cito: “que a questão levantada, não foi porque os deputados visados, tenham cometido qualquer crime ou ilegalidade, ou seja, não está em causa a seriedade de ninguém”, mas tão só, tentar aplicar legislação, que julgo mal aplicada, não adaptável a esta situação de 1976. Que pela primeira vez, alguém se lembrou de procurar ao fim de tantos anos, em que decerto, situações análogas não foram visadas. A situação do Sr. Victor Martins, como Presidente de Junta, é claramente diferente dos membros eleitos directamente para esta Assembleia. Este é o entendimento de vários juristas e ele decerto o irá explicitar no momento próprio. Entretanto, cumprimento o Sr. Victor

Martins, pela coragem, pelo empenhamento e pelo sentido de dever político por continuar aqui entre nós. Decerto, que teve que recalcar o que apetece fazer; ele e de certeza também o Sr. Gaspar Albino. Quando alguém devotado à causa política e pública, alguém que tem aberto a porta ao desenvolvimento inquestionável, nomeadamente no caso do Sr. Victor Martins, da Freguesia de S.ta Joana, acaba por ver essa porta dirigir-se a ele na tentativa de lhe baterem com ela na cara. Os contornos de toda esta encenação merecem a nossa atenção futura.

Entretanto, Sr. Victor Martins, Sr. Gaspar Albino: bem hajam, por permanecerem bravamente connosco, até que a questão se clarifique. Muito obrigado, Sr. Presidente.”

Entretanto entrou na sala o vogal Pedro Machado Pires da Rosa.

Vogal António Salavessa:

“Eu acho extremamente interessante, que duas reuniões depois, tenha havido alguma resposta ou alguns comentários ao que já se passou. Pelo menos, as certezas não eram tão grandes no dia, foi preciso fazer algum trabalho de casa, algumas consultas, para se vir com uma posição à Assembleia. Em relação aos termos utilizados pelo primeiro interveniente, eu quero dizer com toda a clareza, que não sou delator no sentido de fazer queixas escondidas, seja de quem for e onde for. O que eu trouxe a esta Assembleia, foram factos, não foram invenções; factos que constam das actas da Câmara Municipal de Aveiro e que são do conhecimento público; factos que não são negados como é óbvio, pelos próprios, nem pelo Sr. Gaspar Albino, nem pelo Sr. Victor Martins; factos que se resumem há existência de contratos entre empresas de que estes dois membros da Assembleia, é assim que eu os trato, são sócios gerentes, com a autarquia.

No meu entendimento, e no entendimento dos juristas a quem eu normalmente recorro, este tipo de contrato, porque não se trata de um qualquer contrato avulso, em que o membro visado se ausenta da votação, que já aqui aconteceu e que é perfeitamente normal, não é esse o tipo de contrato que está em causa. O que está em causa são contratos de execução continuada, que é uma coisa relativamente diferente. Dos exemplos que pude colher nas actas da Câmara e que foram transmitidos aos juristas, a ideia que foi dada é que: quer o contrato que diz respeito aos cartazes e autocolantes de todos os certames da Agrovouga, durante o ano; quer o contrato de fornecimento de material de papelaria à Câmara, que a empresa do Sr. Victor Martins ganhou, são contratos de execução continuada. Ora é pura e simplesmente nesse ponto que a questão da perda de mandato se coloca, porque essa é uma questão de inelegibilidade, e todo e qualquer membro da Assembleia ou da autarquia, que se coloque em posição de inelegibilidade, perde por isso o mandato.

É evidente que eu tive conhecimento de vários pareceres, de várias decisões, nomeadamente do Tribunal Constitucional, não só de Pareceres da Procuradoria Geral da República, mas peças de julgamentos do Tribunal Constitucional, em que alguns casos eram apreciados. Nomeadamente, o caso de membros de freguesias, que não eram Presidentes de Juntas e podiam perfeitamente ter esses tipos de contratos com o Município, o que já não poderia acontecer com Presidentes de Junta.

Portanto, não se trata de uma brincadeira, não se trata de “show off”, trata-se de uma convicção baseada na Lei. Podem dizer, caros colegas, que a Lei não está certa, que está errada, que devia ser alterada. Há de certeza entre os partidos que tomaram esta posição, maiorias suficientes para alterar e erradicar da Lei estes princípios. Mas entretanto, no meu ponto de vista e no ponto de vista do PCP, não é uma coisa absurda a impossibilidade de pessoas que têm contratos continuados, de execução continuada, com a autarquia, não

poderem exercer o mandato nessa autarquia. Para mim não é nenhum absurdo. Trata-se de uma opção. E não são 60.000 eleitores de Aveiro, que estão nestas condições. Não exageremos o cenário. São muito poucas as pessoas que têm contratos pontuais com a autarquia, muito menos contratos de execução continuada. Nada obriga, no nosso entender, a existência destes contratos; é efectivamente impeditiva, eu disse-o na intervenção. Porque quando as pessoas têm contratos continuados com a autarquia, como é que nós avaliamos a independência de facto, quando estamos a olhar para uma pessoa que está a votar? Da defesa da própria pessoa, para que não se façam juízos errados sobre a pessoa. Para não se dizer: está votar desta maneira, ou se está a elogiar o Presidente da Câmara, ou se está a dizer qualquer coisa, o que é que é a razão? É a opinião própria ou não é a opinião própria? Portanto, é uma questão perfeitamente legítima, no que diz respeito à sua fundamentação e por isso, ela foi feita. Não cabe à Assembleia julgar. Não quis de forma alguma, que a minha intervenção nesse dia, tivesse o cariz de julgamento, até pelo contrário. Desejei e desejo que, as empresas destes dois membros da Assembleia, das quais são sócios gerentes, tenham muitas relações com a Câmara, façam grandes negócios com a Câmara, que sejam extremamente prósperos. Mas que em nossa opinião, não devem ter assento na Assembleia, por causa disso mesmo. Para que não haja confusões, para que se separe bem, o que é público do que é privado.

Quanto à intervenção, ela foi, conforme do conhecimento de todos os membros das bancadas, foi ponderada, não foi insultuosa, nem mesmo ao nível da invocação dos princípios. Porque os princípios que invoquei, não deixei de considerar, que eram certamente extensivos a todos os membros da Assembleia. Portanto nem esse nível, invoquei para o PCP, uma qualidade diferente da dos restantes membros da Assembleia, nomeadamente dos próprios visados. Trata-se de saber agora, se isto tem cabimento legal ou não. Não é a nós que nos compete decidir.

Se o seguimento deste processo levar há perda de mandato, destes dois membros da Assembleia, isso quer dizer apenas uma coisa: que não podem ser ao mesmo tempo membros da Assembleia e proprietários de empresas, ou sócios gerentes de empresas, com este vínculo. Não quero dizer mais nada, se o parecer das entidades competentes para julgar, for a de que têm assento na Assembleia, então foi um erro de apreciação, foi um erro de interpretação.

Quanto ao fundo da questão, em relação à possibilidade legal disso acontecer, quanto ao fundo da matéria, continuamos a pensar que era bom que houvesse uma separação definitiva, entre este tipo de contratos e a qualidade de eleitor. Aqui é uma opinião política, neste caso.”

Entretanto entraram na sala os Vogais Rogério Mário Madaíl da Silva e João José Ferreira da Maia.

Vogal Virgínia da Silva Veiga:

“Muito resumidamente, só uma pequena achega à intervenção do Sr. Salavessa neste sentido e aliás às anteriores também, porque julgo que o assunto de alguma forma merece, que sejam ouvidas as opiniões das outras pessoas sobre este caso concreto. Eu reafirmo a posição que já aqui assumi. No sentido que, acho perfeitamente legítimo e até extremamente acertado, que o Sr. Salavessa tenha trazido aqui este problema. Antes aqui que noutra sitio qualquer; é aqui que ele deve ser trazido e que a atitude dele é perfeitamente correcta, é democrática e está longe de ser uma atitude de delação. Com franqueza, também, tenhamos tento nos termos, sob pena de se perder a razão.

Há outra coisa, em que não estou de acordo com ele: é que com toda a franqueza, se pelo simples facto de haver um contrato de natureza continuada, uma pessoa passar à condição de não votar aqui, senão sob suspeição, eu pergunto se nós aqui no Partido Socialista também estamos sob suspeição, pelo facto de sermos do Partido Socialista, portanto o Partido que elegeu o Presidente, quer dizer, não faz assim muito sentido. É preciso dizer as coisas e pensá-las um pouco mais profundamente. E se isso tivesse sido feito, penso que o assunto nem chegaria aqui a ser trazido. Mas isso é outra história.

Finalmente, para me solidarizar com o Presidente da Mesa, na avisada posição que assumiu na questão dos votos de pesar. Porque estava aqui presente, e devo dizer que tenho ponderado o que foi falado na última reunião e aquilo que foi dito, hoje aqui mesmo, pelo Presidente da Mesa e pelas outras pessoas. E na realidade, sem tomar partido, sobre se devem ou não ser levados à votação, gostaria de apelar um pouco a todos os membros desta Assembleia, para que pensem e que pensem bem, todas as situações, não me estou a referir a nenhuma em concreto, que tragam cá. Têm havido aqui votos, em que se omitem outras pessoas nas mesmas circunstâncias de saúde e que fazem parte desta Assembleia, não me cumpre a mim, aqui estar a chamar à atenção.

Por outro lado, trazem-se votos de pesar, que como diz e muito bem o Sr. Presidente da Mesa, podem suscitar discussões, sobre a própria personalidade dos visados, como já aliás aconteceu. Eu por exemplo, digo-lhe já, que se trouxerem aqui alguém, que não tenha sido de facto um democrata; pese embora pesar imenso o falecimento de qualquer Município Aveirense, nunca subscreveria um voto de pesar, no sentido, em que ele aqui poderia ser votado. É evidente, que o sentido do alargamento democrático da nossa mentalidade, tem óbvios limites. Não tragam por exemplo, vamos admitir por hipótese remota, um voto de pesar sob alguém que estivesse ligado à PIDE (vamos admitir em tese), imaginem eu que estive presa pela PIDE, a votar agora aqui, era o que faltava.”

Entretanto entrou na sala o Vogal António Manuel Gonçalves Pinho Vinagre.

Vogal Henrique Diz:

“Sr. Presidente muito brevemente, só para esclarecer o Sr. Deputado António Salavessa, que é muito natural que os partidos que encaram com seriedade a sua actividade nesta Assembleia, procurem informar-se correctamente sobre os assuntos antes de os trazer aqui. Portanto, não pode nem deve estranhar, que tenham sido necessárias duas reuniões, para vir aqui, falar sobre um assunto que o Sr. Deputado trouxe, para surpresa de toda a gente. Muito obrigado.”

Vogal Diogo Soares Machado:

“Sr. Presidente se me dá licença, como já tenho mais um bocadinho de voz, também eu utilizava esta postura.

Ora bem, os mesmos dois pontos começando talvez, pelo voto de pesar aqui trazido, novamente pelo meu colega de bancada Dr. João Pedro Dias: começava exactamente por associar a bancada do Partido Popular a esse voto de pesar e por comunicar à Mesa e à sua ilustre Presidência, de que o Partido Popular faz seu também este voto de pesar, que o reapresenta ou que apresenta um novo, que se traduz exactamente no mesmo, com uma única alteração final, pedindo que o voto seja entregue à família. E então, tendo a Mesa já conhecimento do texto, abstenho-me de o ler e peço, requeremos nós bancada do Partido Popular, que seja votado este voto de pesar, sem mais subterfúgios.

E requer, para que os que foram presos pela PIDE, eu não foi preso, felizmente ainda não era nascido, também não foi preso depois do 25 de Abril, mas o meu pai foi. Mas o meu pai que não foi preso pela PIDE, foi preso após o 25 de Abril, também não teve sequer uma palavra a dizer no indulto presidencial ao camarada Otelio Saraiva de Carvalho. Estas é que são estas. Não se podem invocar determinados valores para um lado e determinados valores para o outro. Mas políticas à parte, porque nunca esta bancada depreendeu nada disso na apresentação deste voto de pesar pelo falecimento do Sr. Junqueiro Fidalgo, nunca a bancada do PSD lhe deu um cariz político. Como tal nós nos associamos a este voto. O que está aqui em causa é um voto de pesar de um Aveirense, que concorde-se ou não fez obra por esta cidade, nomeadamente na defesa da imprensa regional. E é isto simplesmente que aqui está em causa. Quanto a este assunto o texto será entregue e pedimos que seja votado.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, apenas para politicamente, afirmar aqui alto e bom som, em nome também da bancada do Partido Popular, que no seguimento da intervenção do Dr. João Pedro Dias, o tempo que nós demorámos a pronunciarmo-nos sobre este assunto: chamem-lhe o que quiserem, podem chamar-lhe trabalhos de casa ou outra coisa qualquer, foi o tempo que nós bancada entendemos, como necessário e suficiente, para reflectir, amadurecer, preparar e efectivar uma resposta, a um ataque que foge ao nosso espectro de actuação político-partidária, nomeadamente nesta Assembleia. Não foge ao espectro de outros partidos, pensávamos nós que esse tipo de actuação estava há anos erradicada da nossa sociedade; no entanto, não estão Sr. Presidente. E já aqui foi afirmado hoje, pelo autor, que se as entidades competentes, julgarem pela improcedência desta queixa, Sr. Presidente, “foi um erro.” Foi aqui dito, perdoou-se-me, com uma cara lavada que eu não via há muito tempo (para não lhe chamar outra coisa) que se as entidades competentes julgarem improcedente, “foi apenas um erro.” Terá sido apenas um erro? E enquanto as entidades competentes não julgarem, como é que fica a reputação, o prestígio, a postura que toda a gente conhece destas duas pessoas. E quem é que vai pedir desculpas depois? É o autor? É o delator? É o Deputado do Partido Comunista Português? Quem é que pede desculpa, Sr. Presidente? “foi apenas um erro?” Esta é a postura, que nos meus 29 anos, nunca pude conscientemente observar em órgãos políticos, mas que infelizmente, ao fim de quatro mandatos nesta Assembleia; aquilo que o meu pai me contava, venho a comprovar que é verdade! Diz o povo e com razão “não se pode matar um homem e pedir desculpa à família depois”. Não pode. Aquilo que nós exigimos, bancada do Partido Popular, é que claramente o autor (e retiro o termo delator), responda aquilo que quiser, mas que seja coerente consigo próprio. E que se as entidades competentes julgarem improcedente essa queixa, o Sr. tenha a mesma cara, as mesmas mãos limpas e a mesma tranquilidade, para vir a esta Assembleia: primeiro pedir desculpa aos visados; segundo pedir desculpa à opinião pública Aveirense; terceiro pedir desculpa a esta Câmara, pela suspeita grave que lançou impunemente. Se assim não o fizer, sobre dois ilustres Aveirenses, um deles o Sr. Gaspar Albino, já o era antes do Sr. o ser ou eu. E há uma coisa que eu também aprendi em casa: é que a quem já era, antes de nós sermos, discorde-se ou concorde-se, política ou ideologicamente, mas deve-se respeito. E isso o Sr. Deputado do Partido Comunista Português, nesta casa, não demonstrou. Ou não aprendeu ou está esquecido! Muito obrigado Sr. Presidente.”

Entretanto entrou na sala o Vogal Victor Manuel da Silva Martins.

Vogal António Salavessa:

“Só dois apontamentos: em primeiro lugar, em lado nenhum, em sitio nenhum, foi colocado em causa a honra e a dignidade. A única coisa que foi colocada em causa é a

compatibilidade de assento nesta Assembleia, com o exercício da qualidade de sócio gerente. Isto não é uma questão de honra, não é uma questão de dignidade. É uma questão de incompatibilidade de coisas. Se uma pessoa não pode exercer por esta razão, isso não quer dizer que a actividade que a pessoa desempenha, não é nobre; que a atitude, que o contrato não é lícito, não quero dizer nada disso, nunca o disse, nem nunca o direi. Portanto, não me ponham na minha boca aquilo que eu não disse; não façam disto uma questão que não é. Quanto às atitudes, depois da decisão das entidades competentes, cá estaremos para as tomar. Não antecipo qualquer atitude em relação a isso. Mas já disse uma coisa: disse e repito, que o facto das entidades judiciais poderem decidir de determinada maneira, isso não quer dizer que o PCP, não entenda que a coexistência de determinado tipo de contratos, com o exercício de mandatos, não é a melhor coisa; não é coisa boa. O PCP também defende e votou contra o financiamento de partidos políticos, por empresas privadas. E as empresas privadas, estão a financiar partidos políticos, inclusive partidos que votaram a favor. O PCP sempre disse, que não recebe qualquer apoio de qualquer entidade privada. Hoje as contas são públicas e o partido não recebe nenhum, recusa, votou contra e recusa. Não é como aqueles que hoje falam contra esse tipo de financiamento e que na altura votaram a Lei. E isto para dizer o quê? Que há questões que se colocam no plano jurídico e há questões que se colocam no plano político. O que aqui está e eu leio a última frase das exposições que entreguei no Ministério Público, tal como anunciei aqui: “é no pressuposto que a razão me assista nesta exposição”. A razão pode assistir pode não assistir. Agora, a convicção política que está por trás continua a existir. Não misturemos assuntos privados com assuntos públicos.”

Vogal Diogo Soares Machado:

“Sr. Presidente, dá-me licença: é só no sentido de dizer que a bancada do Partido Popular, para que fique aqui bem claro, que houve juízo de valores na intervenção do Deputado do Partido Comunista Português, e requer à Mesa, que seja ouvida a gravação da sua intervenção.”

Presidente da Mesa:

“Está indeferido. Depois na acta a gente discute. Minhas Senhoras e Meus Senhores, a Mesa deliberou por maioria não aceitar este voto de pesar pelas razões que passo a explicar: Nesta deliberação da Mesa cabe recurso naturalmente, mas já agora, se formos fazer todo o percurso jurídico da situação, se a câmara corrigir e rectificar a deliberação da Mesa e passarmos ao tema digamos assim, dessa eventual deliberação da câmara cabe arguição de nulidade. Não serei eu a suscitá-la, mas há quem o quiser fazer. Além disso, devo dizer o seguinte, porque isso na outra reunião não foi suscitado, porque senão havia votação e como não houve (bem ou mal) não estava em causa a velha praxe (recente), de no período antes da ordem do dia não haver deliberações - salvo se alguém se opuser a isso, se ninguém se opuser, haver então deliberações. Daí que, eu vou comunicar à Assembleia a decisão da Mesa, que é no sentido de não aceitar. (já fundamentarei) Cabe recurso para o plenário; o plenário pode decidir de outra maneira; se decidir aceitar a proposta terei que consultar a câmara no sentido de saber se alguém se opõe à votação. Se ninguém se opuser, vamos votar, se for essa a vontade da maioria. Se alguém se opuser, não votaremos; pela história antiga que não vale a pena repetir. Eu vou ler o texto, que não tem que ser rigoroso: «O Sr. Junqueiro Fidalgo, Director do Semanário “O Aveiro”, faleceu ontem e foi hoje o seu funeral. (hoje isto reporta-se a sexta feira passada) Ilustre Aveirense por opção, homem leal,

defensor das suas ideias, sem desrespeito pelas dos outros. Defensor intransigente pela escrita, de valores que calam fundo nos Aveirenses. Para ele a solidariedade não era palavra vã.

Assim, proponho a esta Assembleia um voto de pesar pelo falecimento de Henrique Junqueiro Fidalgo.»

Complementarmente pelo Deputado Diogo Soares Machado, foi dito que: “deve ser comunicado à família” pressuponho, no caso de o voto ser aprovado, porque se o voto fosse rejeitado, não faria sentido; seria uma indignidade.

A razão da Mesa não aceitar a proposta é esta: este assunto foi debatido, foi apresentado antes da ordem do dia, sobre ele abriu-se algum debate e depois das intervenções, lisonjeiras para o falecido, com mais ou menos ênfase, naturalmente. Eu próprio fiz uma intervenção nesse sentido. Foi entendido, por ser alegadamente praxe da câmara (afirmação que eu não pude controlar, mas que não foi na hora desmentida) que, os votos de pesar não eram susceptíveis de votação, por razões pressupostas, que já foram aqui afloradas. Daí que, por se verificar uma situação, de caso julgado (passo a expressão), penso que nesta Sessão da Assembleia Municipal o tema não pode voltar a ser discutido. Daí que a deliberação maioritária da Mesa é de não aceitar hoje esta proposta, que é como quem diz, a reabertura da abordagem deste tema. É esta a deliberação da Mesa. Se alguém quiser recorrer a Mesa aceitará o recurso, naturalmente. Devo esclarecer, que o recurso tem que ser fundamentado oralmente, não precisam de ser fundamentados por escrito. Se ninguém quiser, penso que com toda a franqueza e com toda a sinceridade, que toda esta polémica, se o Sr. Junqueiro Fidalgo fosse vivo, agradava-lhe; era um homem de polémicas, era um homem de combate, de luta. Normalmente sempre que houve lutas eu estive do outro lado da barricada. Mas também devo dizer que também tive com ele longas horas de debate e de colóquio, com divergências diametrais, mas foram sempre correctas e cordiais essas conversas. Estivemos até também num programa de rádio, onde cada um punha os seus pontos de vista, (em Estarreja) e onde eu me metia com ele, brincando com os seus pontos de vista que por vezes eram radicais, outras vezes dizia ele, que radical estava a ser eu. Eram polémicas interessantes (também estava a Dr. Lurdes Breu), foi um período muito interessante.

Com toda a franqueza e sinceridade. Eu que já disse da minha consideração pelo falecido e também disse das minhas divergências e que era um homem polémico, que tinha muitos amigos e também inimigos, penso que a homenagem estava feita e penso se quiserem foi agora sublinhada. Mas democraticamente aplicam-se as regras, quem quiser recorrer da decisão da Mesa, poderá fazê-lo e submeterei o recurso, que terá que ser fundamentado juridicamente, porque é de questão jurídica que se trata. Portanto se houver recurso eu porei isso à decisão da câmara.”

Vogal Diogo Soares Machado:

“Sr. Presidente, obviamente que a Mesa será soberana e no seguimento da decisão, ao que sei democrática, no seu seio, a bancada do Partido Popular poderia até ter poupado esse tempo de discussão, retirando este voto de pesar. Gostaríamos no entanto de salientar três factos: primeiro, é claramente desprimoroso para um Aveirense como foi Junqueiro Fidalgo, todo este debater inconsequente deste assunto. Segundo, que a opinião pública Aveirense, fique certa de que a bancada do Partido Popular presta publicamente um voto de louvor ao Aveirense que foi Henrique Junqueiro Fidalgo. Em terceiro lugar, discordar veementemente da condução dos trabalhos, neste ponto, por parte da Mesa, permitindo-nos apresentar um voto de censura a essa mesma Mesa, que hoje apenas e só, não passará de um voto de censura verbal. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa:

“Penso que está ultimado o tema. A censura verbal; eu de quatro anos de tropa não tive nenhuma punição, mas uma vez fui admoestado verbalmente: não consta da folha de registo, eu fiz a continência ao capitão e ficou tudo bem.

Reservo-me o direito de pedir aos serviços, que me façam um apanhado do debate do outro dia e do debate de hoje, para que se escreva uma carta à família do falecido. Uma carta selectiva, onde diga aquilo que me pareça correcto e justo, no sentido de ter havido aqui, mais expressivo ou menos, uma homenagem ao Aveirense que faleceu. Ou então farei uma síntese, para não ter que estar a citar, da tónica predominante e exclusiva, porque aqui ninguém fez qualquer censura ou qualquer reserva à personalidade falecido. Escreverei uma carta dando conta desse clima da Assembleia; deixem isso a meu critério.”

Vogal Armando Vieira:

“Sr. Presidente, estou manifestamente surpreendido com V.Ex.a! Já há dias disse que aprecio muito V.Ex.a, pelo seu aveirismo, pela frontalidade, pelo calor que põe no debate das coisas, mas ultimamente (e julgo descortinar as razões) V.Ex.a está a praticar o chamado politicamente correcto. E eu fico surpreendido e fico triste. Porque acho que isso desvaloriza o grande Aveirense que é Carlos Candal.

Digo isto a propósito de Junqueiro Fidalgo. Estive em tantos jantares, em tantos debates onde V.Ex.a esteve; com gosto. Sinceramente na votação da Mesa, esperava uma posição diferente acerca desta pessoa, porque o merecia e o merece de todos nós (independentemente do que se possa dizer). Eu devo aqui dizer que, já votei nesta Assembleia votos de pesar, de pessoas claramente identificadas com partidos, que faziam listas de pessoas a abater (das quais eu fiz parte; era tão importante que cheguei a fazer parte dessas listas) e nem por isso me coibi de votar esses votos de pesar, em silêncio, porque saber perdoar é uma grande virtude. E na morte, temos que saber respeitar quem lá vai.

E a propósito disto, Sr. Presidente, deixe-me dizer-lhe só mais outra coisa: registei aqui no dia da apresentação deste debate, duas coisas que me entristeceram (porque já votei como lhes disse, em silêncio, esses votos de pesar, porque politicamente discordava dessas pessoas, mas que humanamente eram pessoas que eu respeitava), duas atitudes que nunca vou esquecer na minha vida: a primeira, foi a reacção do Sr. Presidente da Câmara, quando foi apresentado este voto de pesar. A segunda, foi os sorrisos vindos da bancada Socialista, que eu não esperava (que foi notado por muita gente), sendo como são pessoas de bem, que acontecesse a propósito de um voto de pesar de uma pessoa que já tinha sido sepultada.”

Presidente da Mesa:

“Bem... desculpar-me-á o Sr. Armando Vieira, mas a decisão da Mesa é de cunho estritamente jurídico, discutível. V.Ex.a se discorda interpõe recurso, não tem que estar a discutir uma tomada de posição que é de cunho estritamente jurídico. Eu antecipo e antecipei, que votava a favor o voto e até fiz elogios. Se calhar fui a pessoa, antes de haver este texto na Mesa, que mais elogiosa foi para o falecido. Mas tudo bem.”

Vogal João Pedro Dias:

“Sr. Presidente vou ser muito rápido. Sinto-me de certa forma, devo dizer algum remorso, por ter introduzido uma vez mais esta discussão. Mas fi-lo porque pensei que o bom senso tivesse imperado e esperava, nomeadamente que V.Ex.a não se ativesse a questões jurídicas, como facilmente pode constatar, a câmara com uma simples votação teria sabido contornar.

Simplesmente esperava que V.Ex.a tivesse tido a percepção, que não estavam em causa apenas questões jurídicas, que outros valores mais altos estariam levantados. E gostaria de dizer: que V.Ex.a, Sr. Presidente, desta vez a composição da câmara (por mim apenas falo), mas se sinto que aqui está a composição da câmara, desta vez, mais por respeito à pessoa de quem estamos a cuidar, do que propriamente em homenagem ao juridicismo da decisão de V.Ex.a, a decisão da Câmara desta vez conforma-se com a tomada de posição de Mesa.

Sr. Presidente, eu não sei se no futuro a câmara terá a mesma tolerância. E como Aveirense e tendo em conta a figura de V.Ex.a, eu gostava Sr. Presidente, que V.Ex.a, tivesse a sensibilidade de saber a Assembleia que está a presidir. Naturalmente no respeito pela diversidade, no respeito pela pluralidade, mas Sr. Presidente, não nos obrigue muitas vezes a sermos confrontados com situações em que podemos ter que recorrer da Mesa. Não é isso que pretendemos. Peço-lhe em nome pessoal, que saiba interpretar correctamente o sentido da câmara. Este voto tinha sido votado sem dificuldade nenhuma, sem problema rigorosamente nenhum, sem nos atermos a qualquer tipo de interpretação jurídica, a qualquer tipo de praxe (que é um falso argumento), porque as praxes e os hábitos fazem-se e têm o seu começo, mas desta vez pela nossa parte vamos fazer de conta que nada aconteceu, repito, em respeito à memória da pessoa que era objecto deste voto.”

Presidente da Mesa:

“Muito obrigado Sr. Dr. Devo dizer-lhe que sendo V.Ex.a um eminente jurista, o mais graduado aqui presente, não teceu nenhum argumento de ordem jurídica. E em matéria de política, somos todos políticos.

Já agora, devo dizer o seguinte: V.Ex.a na hora, salvo lapso ou omissão, era membro da Mesa e nada disse! E se eu fui informado de ouvido, que era praxe de não votar votos de pesar. Fui e não sei se era assim ou se não era; já fui membro desta Assembleia durante sete anos, não me recordo. Eu devia ter sido emendado, V.Ex.a como membro da Mesa tacitamente contestou aquilo que terá sido um erro. Hoje a inaceitação deste voto, poderá não ser politicamente correcto e socialmente desagradável “só que atrás de tempos, tempos vêm” e eu não vou consentir, poderei ser posto em causa pela Assembleia, mas não vou consentir que se repitam aqui discussões já ultimadas. Porque senão podemos correr o risco de chegar à anarquia, à incosequência, ao entupimento dos trabalhos, é disso que se trata, é um problemas de principio jurídico de condução dos trabalhos, de interpretação regimental, é disso que se trata. Senão num dia votamos uma coisa, no dia seguinte há uma recaída, um repensar, voltamos a votar e depois no outro dia anula-se a votação; a Assembleia é soberana pode votar a mesma coisa, sim, não, também e mais que também e depois voltar ao sim, depois voltar ao não. Bem, se não houver uma regra de caso julgado ou de encerramento dos debates, não sei o que aconteceria ou o que acontecerá. É esse o porquê do meu voto, o outro voto da Mesa terá tido o seu próprio porquê.

Considero este tema encerrado, repito que terei muito gosto em escrever à família uma carta, dando o tom lisonjeiro, que penso poder recolher do que paira nesta Assembleia.

Bem, vou eu próprio inscrever-me para um minuto de intervenção (se me permitem falo daqui não tem nada de político, nem de controverso), eu queria - mas não está cá o Dr. Capão Filipe - queria dar-lhe uma prenda. Uma prenda envenenada.

Que é isto: na Expo era distribuído este papel, que só me chegou um à mão, depois não consegui quem me fosse lá buscar uma colecção. Contactei ainda estas numerosas entidades que vêm aqui, Área Metropolitana do Porto, Associação de Municípios de Vale do Sousa, Região de Turismo da Serra do Marão, mas não tive sucesso.

Eu queria oferecer isto ao Dr. Capão Filipe, já tenho cópias para V.Ex.as, como não consegui exemplares, mandei tirar fotocópias a cores (que me custou uma nota preta, mas o dinheiro é para gastar), para terem uma cópia. A ideia é esta, o Dr. Capão Filipe, muito anti-coimbrão, que se ponha à tabela, porque o problema aveirense não é a Sul, é a Norte. E não farei mais comentários, porque o papel fala por si.”

Vogal Britaldo Rodrigues:

“Sr. Presidente, se põe o tema da Regionalização aqui, eu também tenho de falar. É que eu fico preocupado com a intenção que aqui está ao mostrar aquilo.”

Presidente da Mesa:

“A intenção é esta (e já agora podemos abrir aqui uma mini discussão). O problema é este; eu não sou regionalista feroz, sou regionalista aceitável. Não penso que o nosso atraso seja por falta de regionalização, não penso que a regionalização seja a panaceia universal, não penso isso.

Eu estou é preocupado, porque a regionalização tem assento constitucional e se chumbar o referendo, vamos passar dez anos sem discutir a regionalização. Mas se não for suprimido o preceito constitucional; exige maioria para o efeito, vai haver um momento em que o tema da regionalização volta. Houve três momentos na história da nossa democracia em que a regionalização podia ter avançado. Um, aquando do bloco central; não avançou. Talvez tenha haver com a actual perspectiva política do Dr. Mário Soares, talvez tenha haver com isso, não discutirei. O outro momento foi quando o PSD teve maioria. O terceiro momento é agora, em que há uma maioria que defende a regionalização.

Quando se formar nova maioria e o problema da regionalização vier novamente à baila e for implementada a regionalização, Aveiro Concelho, se se mantiver o Porto, não houver uma inundação ou um dilúvio, Aveiro Concelho, vai ter sério prejuízo por não ter aprovado esta regionalização. Bem, não estou a dizer nada de novo.”

Vogal Britaldo Rodrigues:

“É só um problema que me preocupa, como Aveirense, que é o seguinte: estamos perante uma proposta de regionalização, nomeadamente a Beira Litoral e eu percebo o que o Sr. Presidente diz, a sua preocupação. Se por acaso não for aprovada esta região da Beira Litoral, pode ser pior, porque depois em vez de haver esta relação, esta possível subordinação a Coimbra, teremos em relação ao Porto. E por aí surge a ideia, o melhor é votarmos sim agora. E eu acho que isso é falacioso e acho que me vou bater para o NÃO agora, porque não me interessa isso e quando aparecer outra vez, debater-me-ei também que NÃO.

Não vou dizer que, com a dúvida de poder ser pior o melhor é votarmos aqui uma coisa má. É essa a minha preocupação, que este mapa pode induzir.”

Vogal Diogo Soares Machado:

“Sr. Presidente, só uma pergunta de alguém que ainda está a formar alguma opinião. Se o Sr. Presidente diz, que perdendo os Concelhos do Norte do Distrito, fica irremediavelmente subjugada ao poder administrativo de Coimbra, então o Sr. Presidente vai pelo menos votar não à segunda pergunta? Não concorda de certeza com este mapa que gentilmente nos distribuiu.”

Presidente da Mesa:

“Esse não é o mapa que é. Esse é o mapa que eles queriam. O Sr. Deputado tem é que ver o mapa que o PS e o PC propõem, pelos vistos não sabe.”

Vogal Diogo Soares Machado:

“Só para terminar, Sr. Presidente. Eu aprendi ao longo da minha vida a respeitá-lo e a ouvi-lo, como alguém que de Aveiro, sabe muito mais do que eu. E deixe-me dizer-lhe, que não é com grande agrado que o vejo ao lado do PCP a defender algumas coisas que são claramente indefensáveis para o Concelho de Aveiro.”

Presidente da Mesa:

“Já agora, desculpem lá, vai acabar o diálogo, mas devo dizer o seguinte: militei contra o fascismo antes do 25 de Abril, ao lado do Partido Comunista Português, tive muito gosto nisso. O Partido Comunista tinha verdadeiros heróis na luta contra o fascismo. Depois do 25 de Abril, integrei e ainda integro, os Movimentos da Paz onde a maioria é de Comunistas. Considero que os Comunistas são bons autarcas. Há um estilo de Comunista, que eu considero verdadeiramente insuportável, e que é o culpado, de um certo, mas amplo anticomunismo que se gerou em Portugal. Lamento, mas como eu não sou comunista, nem tutor dos comunistas, cada um age como entende e tem os resultados que merece. Isto a propósito do meu apoio; eu não tenho problema de estar ao lado de quem quer que seja.”

Vamos passar ao ponto dois da ordem de trabalhos, sendo certo que o Sr. António Salavessa, que em tempos tinha proposto uma alteração na ordem de trabalhos, retirou essa proposta. E sendo também certo e é inovação, porque o ponto número cinco da ordem de trabalhos, chamado Contribuição Autárquica, deixa de ter sentido, porque a Câmara também o retirou, vou ler o documento:

“ Na sequência da deliberação de Câmara tomada na sua última reunião, venho solicitar-lhe que retire da ordem de trabalhos da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, em curso, o ponto n.º 5, relativo à Contribuição Autárquica. Com efeito, a Câmara apercebeu-se, à posteriori, que a base legal na qual fundou a sua proposta estava desactualizada e decidiu, por isso, por unanimidade, retirar a proposta enviada à Assembleia Municipal e tornar a deliberar sobre o assunto”.

Este pedido de retirada, dado que o tema tinha sido agendado a pedido da Câmara, tendo havido uma deliberação nesse sentido, deve ser diferido salvo objecção de alguém. Portanto, se não houver objecção o ponto n.º 5 será suprimido.

Não havendo objecção passamos ao ponto n.º 2 da ordem de trabalhos.

Vogal Diogo Soares Machado:

“Sr. Presidente, não é questão de objecção, objectivamente não podia objectar, nem a minha bancada o faria, porque até aos olhos do mais leigo, claramente havia uma base legal errada nesta proposta da Câmara e repito, até aos olhos do mais leigo.

Aquilo que quero aqui dizer, em nome da bancada do Partido Popular Sr. Presidente, é que: não achamos concebível que uma proposta, deste teor, com esta importância para os munícipes deste Concelho, que se traduziria num aumento talvez impensável de uma contribuição ou de um imposto que taxa, os habitantes deste Concelho de Aveiro, ainda por cima venha a esta Assembleia mal fundamentada legalmente. E mais uma vez, Sr. Presidente da Mesa, a Câmara Municipal se aperceba à posteriori, quero aqui deixar bem vincada, a posição da bancada do Partido Popular, dizendo alto e bom som e para quem queira ouvir, que é inadmissível um erro deste teor, inadmissível. Nunca o toleraríamos, mas Sr.

Presidente da Mesa, esse não seria o primeiro motivo pelo qual nós votaríamos contra. Reafirmo então, Sr. Presidente, que é o sentir da bancada do Partido Popular, que nove meses após o início deste mandato, numa ordem de trabalhos tão carregada, um ponto como é o da Contribuição Autárquica, venha para esta Assembleia mal elaborado, fundamentado, por parte da Câmara. Muito obrigado.”

Vogal Britaldo Rodrigues:

“É só de facto para notar que, aquilo que temos dito há muito tempo nesta bancada e que cada vez mais se evidencia a falta de rigor que existe nesta Câmara. Temos verificado múltiplas situações, em que esta bancada exige inclusivamente, coisas tão simples como planos de tesouraria quando há pedidos de alguns empréstimos, quando se fala de leasing imobiliários, temos insistido nestas preocupações e nestas preocupações sobre serviços de dívida e não obstante temos sucessivamente até votado a favor, na tal perspectiva de benefício da dívida, que se deve dar a um Executivo camarário que acabava de aparecer, que se propunha alterar situações com as quais nós não concordávamos e esse benefício da dívida foi sistematicamente dado.

Quero de facto concordar com esta situação, porque finalmente a Câmara vem demonstrar perante todos nós Aveirenses, que reconhece de facto a sua falta de rigor, que tem de retirar de facto desta ordem de trabalhos, um ponto em que efectivamente havia erros. Isto é mau, isto de facto leva-nos a concordar com a posição da Câmara obviamente, mas a deixar bem evidente: é que esta Câmara assim, perdido o benefício da dívida que nós lhe temos dado, de facto, irá ter problemas, para todos nós infelizmente Aveirenses e como foi aqui bem destacado, nomeadamente pelo Sr. Arquitecto Pompílio Souto, dizendo que estamos a cair de facto numa situação complicada para o futuro.”

Vogal Filipe Brandão:

“Sr. Presidente, eu pedi a palavra, confesso, não sei ao abrigo de que disposição regimental; mas já que hoje, nesta sessão, foi admitida a figura regimental do comentário, eu tomei a palavra apenas para denunciar o absurdo que foram as intervenções dos ilustres colegas que me precederam, por discutir a retirada de uma matéria que já não está submetida à discussão, de um assunto que, como muito bem disse o Sr. Presidente da Câmara e não poderia deixar de ser: “a deliberação da retirada foi tomada por unanimidade”, ou seja, com os votos dos Exmos representantes na Câmara Municipal. Que obviamente, com um pressuposto que não era correcto, retiraram. Portanto, dizer que é uma proposta errada, é erróneo, porque esta proposta nem sequer está à discussão.”

Vogal António Salavessa:

“Sobre a substância não direi nada; até porque a matéria virá cá noutra altura. Sobre o processo, parece-me que pela primeira vez estamos perante uma atitude bem tomada, isto é, uma retirada em condições, com deliberação camarária, de um ponto da ordem de trabalhos, pelas razões que foram aduzidas. É pena que o mesmo não tenha acontecido em circunstâncias anteriores; se calhar por parte de S. Jacinto ou outras que tal e esperamos que venha a ser este o comportamento no futuro. Se há erro detectado, a Câmara pode reunir ordinariamente ou extraordinariamente e tomar a decisão natural de retirar o que está mal.”

Presidente da Câmara:

“Muito obrigado Sr. Presidente.

Eu só queria dar uma explicação, toda a gente já percebeu porque é que retiramos, mas eu queria repudiar os comentários que ouvi a esse propósito. Porque justamente por estarmos preocupados com o rigor é que optamos por o fazer, grave seria, aí sim, é que poderíamos ter sido acusados de ter falta de rigor, se tivéssemos deixado passar em claro a falha. Uma vez que nos apercebemos e que estava em causa, matéria tão importante, como os encargos para os contribuintes, não havia alternativa, tínhamos mesmo, em nome do rigor e da seriedade de retirar a proposta. Agradeço que compreendam isso. Muito obrigado.”

Vogal Diogo Soares Machado:

“Eu gostava que através do Sr. Presidente da Mesa, (é possível esta figura regimental, creio eu) me fosse esclarecido, como é que é possível (e nunca antes isto se verificou), que uma proposta desta importância fosse deliberada, fosse votada em reunião de Câmara erradamente, ou seja, uma proposta errada. E que depois tenha que haver uma outra reunião de Câmara, para se votar a retirada. Isto antes nunca aconteceu, eu gostava de ser esclarecido claramente porque é que isto aconteceu?”

Presidente da Mesa:

“É a chamada democracia evolutiva. V.Ex.as quando quiserem censurar a Câmara, têm muitas maneiras de o fazer. Para além da conversa fiada, as Câmaras censuram-se com votações. Podem apresentar uma moção, tudo bem! Podem chumbar as propostas... até têm agora uma jeitosa - Aveiro Digital.”

Seguidamente e dado o adiantado da hora o Sr. Presidente da Mesa interrompeu os trabalhos, seguindo-se um intervalo para jantar.

2ª PARTE

Pelas 22.00 horas, foram retomados os trabalhos, presididos por Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, secretariado pelo Primeiro Secretário, João Pedro Simões Dias e pelo Segundo Secretário, Custódio das Neves Lopes Ramos, e com a presença dos seguintes Vogais: Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga, José Augusto Fernandes Júnior, João Pires da Rosa, Álvaro Patrício do Bem, Pedro Machado Pires da Rosa, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, Fernando Cardoso Leitão Miranda, João Alberto Simões Barbosa, Britaldo Normando de Oliveira Rodrigues, Henrique Manuel Morais Diz, Jorge Carvalho Arroiteia, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Virgílio António Couceiro da Cruz Nogueira, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, Rogério Mário Madaíl da Silva, Fernando Vieira Ferreira, Joaquim António Gaspar Melo Albino, António Sousa Dinis Correia, João José Ferreira da Maia, Dinis Marques, Manuel Arede de Jesus, Manuel Branco Pontes e António Manuel dos Santos Salavessa.

Procedeu-se à chamada e verificaram-se as faltas dos Vogais: Raul Ventura Martins, Libério da Silva Santos, Lucas Amaro Rodrigues, Armando Manuel Dinis Vieira, Jorge Manuel do Nascimento, Luís Miguel Capão Filipe, Manuel Simões Madaíl e Élio Manuel Delgado da Maia.

Retomados os trabalhos o Sr. Presidente da Mesa deu continuidade à ordem de trabalhos prevista para esta Sessão.

PONTO N.º 2 - AVEIRO DIGITAL - CONSÓRCIO

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal na sua reunião de 17/09/98, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal e faz parte do original desta acta em anexo).

Presidente da Câmara:

“Muito obrigado Sr. Presidente.

A Câmara traz a esta Assembleia Municipal, uma proposta de adesão a um consórcio, a celebrar entre a Portugal Telecom, a Câmara Municipal de Aveiro e a Universidade de Aveiro.

Este consórcio tem como objectivo desenvolver o projecto “Aveiro Cidade Digital”. É um projecto piloto em termos nacionais, inovador, original. Aveiro tem de facto o privilégio, em termos nacionais, de poder servir de palco para testar e generalizar o uso das novas tecnologias da informação e da comunicação. E sobretudo tirar partido da sua importância estratégica.

Nos dias que correm e cada vez mais será assim: quem tiver mais informação e quem souber criar mais informação vai andar à frente dos outros. E a Cidade Digital, vai permitir isso mesmo. Vai permitir que tenhamos novos métodos de trabalho em Aveiro. Tenhamos mais eficiência administrativa. Que tenhamos mais participação dos cidadãos e portanto, que seja possível respondermos eficazmente a situações de exclusão social e portanto provocarmos fenómenos de inclusão e integração social, através do uso das novas tecnologias. Vai permitir formar pessoas, porque não basta ter computadores, na utilização destes meios e é portanto um projecto muito ambicioso, que pode mudar radicalmente a forma de nos organizarmos, de nos relacionarmos entre nós ao nível local, mas também sobretudo ao nível nacional e universal.

Porque é que Aveiro foi escolhida? Foi escolhida porque tinha de facto alguns trunfos importantes. Aveiro tinha e tem, um Centro de Estudos e Telecomunicações da Portugal Telecom, com experiência no terreno e com aplicações de carácter demonstrativo, que ilustravam bem como as novas tecnologias podem ser postas ao serviço das pessoas.

Tem uma Universidade com um curso de Telecomunicações, também muito importante. Dispõe de duas redes de TV Cabo. Dispõe de duas infra-estruturas de banda larga. Dispõe de uma rede de pequenas e médias empresas, importantes. Uma população jovem, que usa bastante a Internet. E depois as tais experiências no terreno com aplicações muito concretas, designadamente na saúde, na vigilância de florestas, assistência, etc.

Do ponto de vista da Administração Autárquica, é evidente que para nós constitui um desafio enorme. E trata-se de aproveitarmos este ensejo, para darmos o salto e para passarmos de uma idade (não vou dizer que é uma idade média), de um estado de desenvolvimento de eficiência administrativa, para um estado de excelência da Administração Autárquica.

O desafio que temos pela frente, não apenas um desafio meramente tecnológico. Ao nível da tecnologia, digamos que a ciência já domina tudo aquilo que é necessário, para construirmos a Cidade Digital. O grande desafio que temos é ao nível das pessoas: é sabermos se temos ou não, uma sociedade capaz de criar projectos, formar pessoas, e relacionar os projectos entre si, de forma a que Aveiro de facto constitua um exemplo do que pode vir a ser uma Cidade Digital.

Constituiu-se logo no início do ano um grupo de trabalho, com a função de elaborar um programa. Programa esse que foi amplamente distribuído. Caracteriza-se por ser um programa que visa desenvolver toda a Cidade, mobilizar as pessoas e acolher iniciativas. Caracteriza-se por ser um programa, que é destinado aos Cidadãos, que neste sentido têm que perceber, que existe alguma utilidade na resolução e na facilitação dos seus problemas do dia-a-dia. Tem que ter uma utilidade sensível e visível. As pessoas têm que perceber que a sua vida junto dos Tribunais, do Registo Civil e da Câmara, vai ser simplificado. As empresas têm que perceber, que pelo facto de terem acesso a determinadas informações, por via da Internet, que os seus negócios podem andar mais depressa, porque obtêm informações e comercializam de uma forma mais rápida e portanto o mercado também se alarga.

E outra nota saliente em relação ao programa: além de ser um programa para a Cidade toda e para os Cidadãos, é para ser feito pelos Cidadãos. Isto é: é um programa de natureza aberta, que uma vez terminado o trabalho feito, continua receptivo e aberto a novas iniciativas e a novos projectos. Tem um horizonte temporal; dois mais seis anos, que corresponde ao termo deste quadro comunitário de apoio e ao desenvolvimento do seguinte. E, identificaram-se nesse programa oito áreas de intervenção, que recobrem de uma forma mais ou menos exaustiva, aqueles núcleos que nos pareceram ser absolutamente irreduzíveis, para que se pudesse começar a construir uma Cidade Digital. Os núcleos são os seguintes:

Um primeiro de carácter transversal; que vai ser útil a toda a gente e a todos os operadores que queiram aderir ao sistema; chamamo-lhe “Comunidade Digital”. Tem haver com a implementação de mecanismos de acesso à informação, desde as lojas dos cidadãos, a mecanismos que permitam aos cidadãos com necessidades especiais manterem-se também integrados. Tem haver com acesso à Administração Local e Central, Administração Judiciária, Finanças, Registos Cíveis, Notários, etc. Tem haver com instrumentos utilizados por toda a gente, como uma base cartográfica digital, para macro-planeamento e gestão urbana. Tem haver com instrumentos que permitam uma transferência electrónica de dados muito fácil, entre todos os municípios. E sobretudo, que permita formar as pessoas e modernizar os métodos de trabalho, tendo em vista a tal “Sociedade da Informação”.

Depois uma grande área de intervenção deste projecto, seria naturalmente a área da autarquia. Aqui, muitas ideias apareceram, desde conectar as Juntas de Freguesia entre si e ao mesmo tempo com a Câmara Municipal, permitindo que o Presidente da Câmara receba ali as queixas mais depressa e vice-versa; explicar mais rapidamente porque é que ainda não pôde resolver os problemas; até à implementação de um cadastro predial rústico e urbano digital: saber onde é que fica, a quem pertence, que características tem o terreno, qual é o valor, etc. E que isto tudo possa fazer-se com um toque no terminal de computador, ou se calhar através de um gabinete de arquitectura, que esteja interessado nisso. Tem haver com a gestão digitalizada, dos Planos de Pormenor, do Plano Director Municipal e Plano de Urbanização. Tem haver com a gestão telemática, das redes de água, saneamento, iluminação, gás e telecomunicações. Gestão de transportes públicos. Prevenção e Protecção Civil. Enfim, monitorizar a qualidade do ambiente; uma linha verde de queixas dos municípios, será bem eficaz.

Terceira área de intervenção: as escolas, naturalmente. Generalizar o uso das novas tecnologias da informação junto das escolas. É absolutamente fundamental.

Quarta área de intervenção; a Universidade. A Universidade desenvolve também projectos muito interessantes nesta área e ter uma Universidade Digital, pode ser uma ponta de lança neste projecto.

A Saúde, os Hospitais, sabermos se podemos ter ou não ter Telemedicina. Tirar radiografias aqui e enviá-las para um hospital, onde elas são necessárias. Análises, operações cirúrgicas

por Telemedicina, etc. Toda a área relativa à Solidariedade; tecido produtivo, onde inserimos naturalmente as empresas.

Finalmente, informação, cultura e lazer. Conectar todas as Associações Culturais devidamente credenciadas. Os clubes desportivos, de forma a que possam participar activa e passivamente na vida cultural através da telemática, por exemplo, carregar as agendas quando estiverem autorizados para isso. Saber on-line qual é a agenda disponível em termos desportivos, culturais, etc.

Para desenvolver este programa, que é um desafio e que ninguém sabe exactamente onde é que isto vai parar e é também um aliciante porque estamos a descobrir o futuro e temos a oportunidade de em Aveiro, andarmos à frente em relação a todo o resto do país.

Desenhou-se um quadro institucional muito leve, que tem uma direcção e um gabinete técnico, um conselho estratégico e um fórum. O gabinete técnico, como a palavra indica será composto por técnicos e tem como funções, avaliar tecnicamente os projectos que são submetidos. A Direcção, toma as grandes decisões relativamente ao desenvolvimento do projecto. O Conselho de Estratégia, reúne de quando em quando e é composto para além dos membros do consórcio, por um Sr. Ministro da Ciência e Tecnologia, pelo Sr. Ministro do Equipamento, Planeamento e Administração do Território e pela missão para a Sociedade da Informação, que pareceu na altura, entidades que devíamos associar a este projecto. Não só porque foram elas que desencadearam o processo, mas também porque na altura de se negociarem novas linhas de financiamento para o mesmo, é através delas, que essas linhas irão ser negociadas e portanto convém que estejam associadas às grandes linhas estratégicas deste plano.

Além disso, institucionalizou-se também um Fórum Digital. O Fórum Digital, é um fórum que estará aberto a todas as pessoas, a todas as entidades, cujos projectos já estão aprovados e que portanto já estão a desenvolver este conceito; mas também a todos aqueles que não estando ainda dentro, têm curiosidade em ver o que é que se passa na Sociedade Digital e têm vontade de participar, de estar presente, de ouvir quais são os problemas, quais são as pistas, quais são as possibilidades.

Fizemos além disso e para desenvolver este projecto, um enorme trabalho de divulgação. Tiveram lugar variadíssimas reuniões de difusão e eu queria só aqui recordar algumas:

Reunimos todas as juntas de freguesia e devo dizer que as reuniões foram muito participadas; Aradas, Cacia, Eirol, Eixo, Esgueira, Gloria, Nariz, N.º de Fátima, Oliveirinha, Requeixo, S. Bernardo, S. Jacinto, S.ta Joana e Vera Cruz, reunimos todos os técnicos da Câmara, dos seus diferentes departamentos, reunimos todos os representantes da imprensa regional e representantes de jornais nacionais, sediados em Aveiro. Reunimos todas as escolas secundárias, bem como outras escolas: música, etc. Reunimos no sector da Saúde, o Hospital de Aveiro, a Sub-Região de Saúde, o Centro de Saúde, a Ordem dos Médicos, o Sindicato de Enfermeiros, Direcção dos Bombeiros Novos, Velhos, Administração da CliRia. No sector da Solidariedade, o Sr. Bispo de Aveiro, a S.ta Casa da Misericórdia, APPACDM, CERCIIV, os Rotários, os Lions e o Lions S.ta Joana. No tecido produtivo, a Associação Industrial de Águeda, a AIDA, a Associação Comercial de Aveiro, a ANJE, o IAPMEI, O ICEP, o Centro de Emprego, a UGT, a CGTP, o Centro Ecológico da Cerâmica e do Vidro, Centro Ecológico do Calçado. Tudo isto é importante, porque convém que as pessoas percebam que de facto, que o trabalho de divulgação e de difusão foi exaustivo.

Informação, Cultura e Lazer: o Director do Museu, Biblioteca, Instituto de Desporto, INATEL, Comunicação, Fundação Jacinto Magalhães, Instituto Português da Juventude, Associação Académica e ainda Comandante da PSP, JAPA, EDP, Lusitânia Gás, Rota da Luz, Associação de Planeadores do Território, etc., etc.

Foram além disso publicados nos Diários da Cidade, as condições de pré-candidatura, foi um êxito, as candidaturas de pré-candidatura, nós tínhamos e temos uma linha de 750 mil contos para aproveitar para este projecto. O montante total das candidaturas apresentadas atingiu 3 milhões 954 contos, ou seja superamos largamente as expectativas do Sr. Ministro quando escolheu Aveiro para este desafio e de facto toda a gente ficou entusiasmada. É evidente que como só temos nesta fase 750 mil contos para gastar, houve alguns projectos que ficaram pelo caminho. Tivemos o cuidado de convidar, um painel de técnicos reputados nas respectivas áreas, para procederem a esta selecção. Neste momento estão em cima da mesa, quarenta e dois projectos e decorre um processo de negociação com os respectivos promotores, para ver até que ponto é que pode haver redução dos financiamentos que eles próprios pediram, sem prejuízo do projecto se manter.

Todas as áreas estão razoavelmente representadas, ao nível dos projectos; umas mais do que outras naturalmente. Há projectos mais importantes em termos quantitativos na primeira área, construir a Comunidade Digital.

A área das Autarquias está também bem representada. E depois o Tecido Produtivo, a Informação, Cultura e Lazer, são os sectores que se seguem.

Queria ainda dizer em relação ao consórcio, muito rapidamente, que o funcionamento do consórcio não implica encargos directos para a Câmara. Trata-se de um consórcio externo, ou seja, cada um dos membros do Consórcio, pode nas suas relações com terceiros, continuar a invocar a sua qualidade e pode invocar a qualidade de membro do consórcio e portanto, não se espantem se virem nos jornais, ou em sessões públicas, aparecer um membro isolado invocando a qualidade de membro do consórcio de Aveiro Digital, porque de facto o Consórcio externo tem essa característica.

O chefe do consórcio, será a Câmara Municipal de Aveiro. Embora sendo o parceiro menos habilitado, por razões óbvias, do ponto de vista técnico, como se trata de pôr a técnica ao serviço de um novo tipo de relação entre os cidadãos, foi fácil chegar-se à conclusão, que o chefe do consórcio teria que ser a Câmara Municipal de Aveiro.

Ia a dizer que o funcionamento deste consórcio e das pessoas que tecnicamente vão trabalhar para analisar os projectos, não traz custos para a Câmara Municipal de Aveiro. Os custos de cada um serão suportados, por cada um, ou seja não há o risco de a Câmara Municipal de Aveiro, estar a pagar despesas da Portugal Telecom ou vice-versa, ou da Universidade.

Portanto, era com base neste quadro, que têm ainda que ter presente que, se o consórcio for aprovado terá que não só concluir o trabalho dos projectos que estão pendentes, como também encontrar, desde já, novas fontes de financiamento para que as candidaturas que num primeiro momento ficaram de fora e outras novas que entretanto venham a acontecer, possam vir a ser sensibilizadas. O Consórcio irá portanto desenvolver essas tarefas e é neste momento urgente a sua formalização, justamente para poder, operacionalizar o consórcio e dotá-lo de uma equipa com características técnicas, que permitam que rapidamente este dinheiro, seja canalizado para os projectos.

Chamo à atenção, finalmente, que o que está em jogo é Aveiro poder aproveitar uma oportunidade de trazer para os nossos agentes que tiveram a iniciativa de apresentar projectos 750 mil contos a fundo perdido; cada promotor terá, em princípio, que ter capacidade para suportar a sua parte equivalente a 25%. Claro que isto é variável consoante os projectos, mas em geral o cenário é este. E consideramos por isso, que é uma oportunidade excelente, histórica mesmo, para que Aveiro fique na vanguarda da Sociedade da Informação em Portugal. Muito obrigado.”

Entretanto entraram na sala os Vogais Manuel Júlio Braga Alves, Diogo Manuel Santos Soares Machado, Joaquim dos Santos Abreu e António Manuel Gonçalves Pinho Vinagre.

Vogal António Salavessa:

“O Sr. Presidente da Câmara, vem-nos falar de urgência e da importância de aprovar o projecto. Eu lembro-me das palavras que disse aqui na Sessão anterior.

O Sr. Presidente dirá, mas a sensação com que eu fico é a seguinte: eu disse que quando o Sr. Presidente pode contornar a Assembleia, contorna. Quando não pode contornar, então, vem cá!

E de facto esse relatório imenso e extraordinário de participação, que eu aplaudo, sem ter havido uma informação desenvolvida à Assembleia Municipal, para mobilizar estas vontades para este grande objectivo, certamente histórico e nobre, não me parece que tenha sido a melhor forma de actuar. Com certeza que a Assembleia Municipal, como órgão representativo que é, teria tido muito interesse em discutir numa fase mais inicial, para agora quando nos aparece esta deliberação formal, de aprovação do Consórcio, nós já estarmos bem metidos dentro do espírito. Não quer dizer que não se leiam jornais, que não se conheçam as coisas, que não se acompanhem, mas do ponto de vista institucional, é de facto um acto que podia ter tido cabimento e que teria sido muito bom. Porque senão, a sensação com que nós ficamos, é esta (pelo menos eu fico), em termos de Assembleia Municipal, isto está completamente virado ao contrário. Quer dizer, há um consórcio que já existe à N meses, que já distribuiu financiamentos, que já decidiu sobre aprovação de projectos e que está agora a pedir autorização para ser constituído - e se a gente dissesse que Não! Não estou a sugerir isso. Mas se nós disséssemos que não! E se disséssemos: Oh Sr. Presidente, então só nos traz isso agora! Não senhor, vai para trás e amanche-se. Ficavam goradas naturalmente, as expectativas de toda a gente que apresentou projectos, assim como o objectivo geral.

Sr. Presidente, esta não deve ser a maneira normal de trabalhar com a Assembleia. Trabalhe connosco mais cedo, envolva-nos de corpo e alma nos grandes projectos de Aveiro, que nós estamos cá, para dizer SIM; não estamos cá para dizer NÃO. Estamos cá para dizer SIM, naquilo que é importante. Quando há coisas a que temos que dizer NÃO, dizemos; mas é evidente, que não dizemos NÃO ao projecto - Aveiro Cidade Digital. Por isso, Sr. Presidente, evite este tipo de questões. E acho que era perfeitamente possível, e o Sr. Presidente o dirá, na Sessão Ordinária de Junho esta questão ter sido agendada, quando já estavam de facto os projectos em andamento.

Portanto, em termos de Assembleia Municipal, podemos dizer que as coisas estão a começar, quando já estão extremamente avançadas no terreno, na prática.

Mas já que, estamos hoje a decidir uma formalidade; eu não gosto de me ficar pelas formalidades e quando os munícipes me contactam e me falam e me transmitem questões, é evidente que eu faço eco delas nesta Assembleia, a fim delas serem respondidas ou explicadas.

A primeira questão é a seguinte: há quem se pergunte, porque razão sendo a Câmara Municipal de Aveiro, a chefe do Consórcio, porque é que foi a Portugal Telecom a anunciar os resultados dos projectos que foram aprovados?

Parece-me que seria lógico, numa situação destas, que não fosse a Telecom, mas sim o dono, o chefe do projecto ou pelo menos em conjunto, a fazerem o anúncio dos projectos já aprovados.

Também me chamaram à atenção para o seguinte: é que os critérios que determinaram a aprovação destes projectos, foram fundamentalmente técnicos (entre aqueles que foram

aprovados), quando o programa nos objectivos e no enquadramento está muito longe de ser um programa que se limite a aspectos meramente técnicos, antes pelo contrário, e cito o próprio caderninho: «é da convicção dos promotores, que este é um programa cultural, muito mais do que um programa muito mais meramente tecnológico». Até citava o Sr. Reitor da Universidade de Aveiro, pelo motivo de se ter referido a ele como «um programa, mais para os cidadãos, do que para as empresas». Ora, sendo um programa para os cidadãos e tenho havido este volume enorme de projectos apresentados, gostava que o Sr. Presidente dissesse quantos dos projectos aprovados não são exclusivamente da Câmara, da Portugal Telecom e da Universidade de Aveiro. Quer dizer, quantos programas externos às entidades do consórcio, foram de facto contemplados. Pela informação que me foi dada, é que só a Portugal Telecom viu aprovados metade dos projectos, que apresentou através do CET. Admito que no princípio, alguns destes projectos possam ser estruturantes: mas tantos projectos ao mesmo tempo? Uma percentagem, ao que me dizem bastante elevada, de projectos do próprio consórcio não me parece ser o caminho mais adequado. É evidente, que há muito caminho pela frente, há muito terreno para andar. Nós acreditamos que esta questão da “Sociedade da Informação”, pode abrir perspectivas novas de desenvolvimento, independentemente de algumas questões, que podem ser metidas lateralmente, como quem domina o sistema; mas deixamos isso para outros fóruns, não para este. Mas aquilo que parece evidente à partida, é que esta Cidade Digital está a ser criada, talvez precise também de ser um pouco democratizada. Tenho dito.”

Vogal Diogo Soares Machado:

“Sr. Presidente muito obrigado. Eu começaria por dizer que este é talvez um daqueles projectos, que nenhuma oposição credível e responsável, enquanto tal, se pode dar ao luxo de chumbar, apenas por birra política. E começava por aqui, porque é claro que para o CDS/PP, projectos como este, do consórcio Aveiro Digital, são importantes e diria mesmo mais: são se calhar vitais para o desenvolvimento do nosso Concelho. Obviamente estamos às portas do século XXI, obviamente também, que esta é claramente uma aposta para virar confiantemente o virar do século e entrar de “peito feito”, no século que aí vem.

Este é hoje o sentir, a atitude, a postura do Partido Popular, como foi e certamente já estarão à espera que eu fale nisto, como foi há quatro anos atrás, concretamente em Setembro de 94. Não foi no entanto infelizmente e alguns dos caros colegas de Assembleia, estarão recordados, não foi no entanto, esta a postura de todas as bancadas, nomeadamente do PS, enquanto bancada da oposição. Mais, como facilmente se pode comprovar, foi claramente um comportamento adverso a este que eu acabei de enunciar. E se não vejamos: na referida acta n.º 16, do mês de Setembro de 94, eu apenas vos lerei alguns excertos curtos, por exemplo: o à altura e actualmente também Presidente da Junta de Freguesia da Vera Cruz, dizia: «que este não era um problema importante para a Câmara», considerou ser mais importante, «que a Câmara comece antes, a solucionar problemas de carências de saneamento básico, que se fazem sentir na Freguesia da Vera Cruz» e eu recorde, que já quando nesta Assembleia, neste mandato se falou em quantos metros de saneamento ficarão por fazer, para construir o Lago; e recorde a promessa do Sr. Presidente da Câmara - que até final do seu mandato, terá noventa por cento do saneamento concluído - recorde que a oposição, foi à altura rotulada, de não ter vista para o futuro. Ora agora, fazemos cá uma confusão! Confundir um Lago, símbolo de uma Metrópole, com saneamento; por amor de Deus! Isto se calhar, até é provincianismo barato. Mas aqui está: «a Câmara deve começar por solucionar os problemas de saneamento básico que se fazem sentir na Freguesia da Vera Cruz»

Recordo eu, que este projecto que eu estou a falar era a “Pluricanal”. E recordo também, que a “Pluricanal” foi rejeitada. Ora bem, para que a actual Câmara tenha hoje baixado a esta Assembleia e já vimos que subido não pode ser, com um projecto deste cariz e deste teor, uma de duas: ou o saneamento da Freguesia da Vera Cruz, (porque o projecto foi rejeitado à quatro anos) já está feito e o Sr. Barbosa vai votar a favor! Ou o saneamento da Freguesia da Vera Cruz, por inactividade dos Executivos anteriores, ainda não está feito, e então coerentemente o Sr. Barbosa tem que votar contra. «Porque há coisas mais importantes». Esta é uma.

Podíamos até continuar, para uma outra Deputada da bancada do Partido Socialista, que dizia: «que a sociedade tem por objecto a exploração e operação da televisão por cabo e outros serviços de telecomunicações». E em sua opinião «a Câmara não tem nem vocação, nem competência, para participar em sociedades deste teor». Ora bem, por aquilo que eu li no projecto de consórcio ou no contrato de consórcio, o teor da sociedade é o mesmo. E a não ser que à altura se duvidasse da boa fé, do actual Executivo - o que eu admito, perfeitamente normal; pois que diabo, investir numa televisão por cabo quando havia tanto saneamento para fazer. A não ser isso, que se confie agora plenamente, na boa fé deste Executivo, o que digo desde já, até pode ser o caso desta bancada; a Sr.^a Deputada na altura e felizmente ainda entre nós, nesta Assembleia obviamente, terá que proceder da mesma maneira. Porque se à altura não teria, hoje não terá. Basta ler o contrato de consórcio que é idêntico, e sabe tão bem disso como eu.

Andando um pouco mais para a frente e porque se calhar já chega de citações, eu permitirme-ia apenas, focar - e esta para mim, é a mais importante - focar a declaração de voto dos Srs. Vereadores Socialistas, na reunião de Câmara na altura. E esta declaração de voto faz-me imediatamente e para já, recordar um pequeno episódio que aconteceu aqui antes do intervalo para jantar, em que fomos acusados, a bancada do PP e a bancada do PSD, de fazermos uma intervenção absurda, «aliás, ao contrário das intervenções ou das votações, dos nossos Vereadores, em reunião de Câmara». Fomos acusados, de praticar uma intervenção absurda, porque os nossos Vereadores tinham votado a favor da retirada da proposta; (diga-se em abono da verdade, que conscientemente e porque a tinham chumbado antes, era isso que tinham que fazer) e de termos um comportamento diametralmente oposto, aquele que os nossos Vereadores tiveram. E é o caso!

Em 94, os Srs. Vereadores: Nogueira de Lemos e Eduardo Feio, em declaração de voto (e eu peço desculpa de demorar só um pouquinho mais) «A instalação da consulta que vai permitir a colocação do cabo de fibra óptica, numa grande parte da Cidade de Aveiro, levanta-nos por um lado e verdade seja dita, a preocupação da sua rentabilidade a curto prazo, quer numa perspectiva social, quer numa perspectiva financeira.

A forma mais imediata de o fazer, (ou seja, rentabilizá-la) é indubitavelmente através da utilização de parte daquela infra-estrutura, por uma empresa exploradora de TV por cabo. A nosso ver as vantagens da participação da Câmara de Aveiro, numa empresa com esse objectivo, são: primeiro, permitir a formalização imediata de uma sociedade - A Pluricanal - cuja constituição, poderia sofrer sérios atrasos pela não participação do Município, pelo facto de ter tido claramente o papel dinamizador e coordenador deste processo. Atrasos nesta matéria, prejudicariam nomeadamente, o subsequente processo de licenciamento.

Ao terem-se escolhido parceiros locais como a Universidade de Aveiro e a AIDA, ficaram criadas condições, para já em fase de implementação do projecto, ser possível a abertura a outras entidades, que a nosso ver são fundamentais para o êxito do projecto: investidores privados locais e nacionais». Eu podia continuar por aqui, dizendo por exemplo no ponto quarto, os Srs. Vereadores Socialistas e bem, dizem: «a utilização da parte restante da infra-

estrutura já referida, por serviços de interesse municipal, será muito provavelmente facilitada, pela posição accionista do município naquela empresa».

Posto isto, aquilo que eu vos quero dizer, é que o Partido Popular, há quatro anos tinha apresentado um projecto, porque as infra-estruturas seriam da Câmara também. Poderia, com se comprova pela declaração de voto, dos Srs. Vereadores Socialistas e por ser um projecto de banda larga, isto para os mais técnicos, poderia facilmente, bem coordenado, bem conduzido, bem dirigido, rentabilizar-se por forma e está na declaração de voto dos Srs. Vereadores do Partido Socialista à altura, transformar-se naquilo que hoje é o Aveiro Digital. Ora se à altura estávamos de acordo e eu recordo, que a coordenação da Câmara Municipal de Aveiro permitiu a colocação da infra-estrutura no terreno, se à altura estávamos de acordo, coerentemente continuamos de acordo. Se à altura aprovamos ou votamos favoravelmente, hoje fá-lo-emos da mesma forma. Porque os nossos objectivos da altura, são os mesmos que são hoje; o futuro deste Concelho.

No entanto, e porque (faz bem recordar-me Sr. Salavessa) o projecto é diferente, eu gostava de colocar quatro questões, ao Sr. Presidente da Câmara, muito rápidas e muito directas:

Primeira, quantas candidaturas foram apresentadas por entidades e por área de intervenção. Em segundo lugar, quantas dessas candidaturas cabem à Universidade de Aveiro, à Portugal Telecom e à Câmara Municipal, sejam estas, interessados principais ou imediatamente interessados, ou interessados colaterais. Em terceiro lugar, quantas candidaturas a este projecto cabem a entidades exteriores a estas que acabamos de falar, quantas? Em quarto lugar, quem é que aprova as candidaturas? Quem é que decide da validade ou não, das candidaturas? Ou se calhar mais bem dito: quem é que decidiu, da validade ou não das candidaturas? Porque como dizia e bem (e às vezes eu tenho que concordar com o Sr. Deputado do Partido Comunista Português) o Sr. Deputado António Salavessa, ao que eu li nos jornais, já há projectos aprovados. Li por exemplo, que a Portugal Telecom tinha apresentado 17 candidaturas e 15 estavam já aprovadas. Ora, seja verdade, e se é verdade é grave, porque estamos aqui a aprovar hoje ou não, pela nossa parte digo desde já que sim mais uma vez, um consórcio que terá depois de decidir sobre a validade ou não dos projectos. E há uma semana a atrás, pôde-se ler, que a Portugal Telecom, como entidade principal já tinha quinze dos dezassete projectos aprovados. É verdade? É mentira? Sr. Presidente da Câmara, por favor esclareça-nos e esclareça-nos também quem é que decide da validade ou não, das candidaturas a este projecto.

Eu terminaria dizendo, que como já várias vezes dissemos em assuntos de vital importância para este Município, que este Executivo Municipal, terá obviamente - até um certo limite - da bancada do Partido Popular, o apoio que necessita ou que necessitará, para desenvolver ou implementar projectos, que como este, são projectos de vital importância para a Cidade e para o Concelho. Lembro-lhe Sr. Presidente da Câmara, ou permita-me que daqui a três anos lhe recorde a nossa postura aqui, e pode ter a certeza e podem todos os Membros da Assembleia Municipal ter a certeza, que daqui a três anos, a postura do CDS/PP será a mesma, como foi há quatro anos atrás. Podem ter a certeza, que em nome da nossa coerência e daquilo que queremos para Aveiro - objectivos claros, definidos, concisos e concretos como este, aprovaremos sempre, a bem das gentes deste Concelho. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa:

“O Sr. Deputado fez aí um busca histórico interessante. Mas como já foi dito, o projecto dessa vez era um e agora é outro. Deixe-me dizer-lhe o seguinte, porque fez aí um incitamento à indisciplina de voto da bancada do Partido Socialista, o elenco é outro, e os

Srs. Deputados que citou estão obrigados à disciplina de voto. E o nosso grupo decidiu votar a favor. Não provoque indisciplina no grupo Socialista. Tenha paciência.”

Vogal Henrique Diz:

“Sr. Presidente e Caros Colegas, eu hoje estou particularmente grato, em ter tomado um dia a decisão, de que a minha área de intervenção universitária era na gestão estratégica, porque isso permite-me hoje sem receio de incompatibilidades vir aqui colocar algumas questões.

Por acaso também, tive o conhecimento recente, de que se realizou ainda há pouco tempo uma conferência sobre Cidades Digitais, na Alemanha, onde eu penso que teria sido muito útil, que alguém do Gabinete Técnico ou do Consórcio, tivesse estado presente, possivelmente terá estado, no sentido de recolher as experiências de outras cidades que estão mais avançadas que nós.

Eu gostaria de começar, entretanto o assunto principal, por agradecer a quem criou as condições para que hoje Aveiro pudesse ter sido escolhida, entre outros motivos, a quem criou as condições técnicas para que hoje Aveiro, fosse a Sede da Cidade Digital, que se vai iniciar em Portugal. E portanto, não posso deixar de lembrar, quem teve a coragem, (contra muitos ventos e marés) de lançar o CET, peça fundamental neste projecto e quem teve a visão para ao criar a Universidade de Aveiro, para decidir, que nela seria criado um Departamento de Engenharia Electrónica e de Telecomunicações. Uma área, que até essa altura, estava menos desenvolvida em Portugal.

Falou o Sr. Presidente, acerca do desafio que constitui o projecto Aveiro Cidade Digital, desafio que espero eu, não seja fundamentalmente um desafio de carácter tecnológico e venha a ser um desafio de carácter sociológico. E porque é que eu digo isto?

Porque quando olho para dois dos membros do Consórcio, cuja aprovação hoje aqui estamos para fazer, não posso deixar de ter receio que as questões tecnológicas se sobreponham às questões sociais. O grande desafio de Aveiro Cidade Digital, não é possivelmente, o desafio de desenvolvimento tecnológico. Não estou a dizer com isto, que não haja desenvolvimento tecnológico para fazer, há garantidamente. E amanhã alguns dos meus colegas, certamente me vão lembrar, qual dele é. Há certamente desafio tecnológico a fazer. Mas o desafio fundamental, na utilização das tecnologias da informação pela Cidade, pela Sociedade, é claramente um desafio de carácter sociológico. De maneira que eu espero que a Câmara Municipal de Aveiro, venha a ter neste consórcio, o papel de grande dinamizador da vontade dos Cidadãos e pelos Cidadãos. Espero que venha a ser esse o seu papel determinante. E espero que as outras entidades envolvidas o façam também, dentro das suas capacidades específicas, que nessa matéria, não serão eventualmente tão adequadas como as da Câmara Municipal.

De facto o que o Sr. Presidente disse na sua intervenção, que estávamos aqui num programa para Cidadãos e pelos Cidadãos. Eu devo dizer-lhe, Sr. Presidente, que como eu já estou digitalizado há muito tempo, as grandes queixas que recebi, recebi-as por vias que a “Aveiro Cidade Digital”, virá certamente a transportar para todos os Cidadãos.

Devo dizer-lhe que eu não tenho medo do futuro nesta matéria, na medida em que vejo os miúdos da escola, utilizarem a Internet com o mesmo à vontade, com que eu, quando tinha a idade deles lia o “Cisco Kid” e o “Búfalo Bill”. Portanto não tenho medo dessa questão. O que eu tenho medo, é da capacidade que nós tenhamos hoje em dia, para despertar o interesse das empresas por um lado (essas talvez mais fáceis) e das instituições do Estado por outro. O Sr. Presidente falou em questões, como a Telemedicina; falou em questões como os Tribunais; como Notariado, etc. Eu não tenho dúvidas, que sob o ponto de vista tecnológico,

que nós não temos problemas em avançar nesse sentido. Não tenho dúvidas, de que vamos poder dar apoio social à terceira idade, utilizando as infra-estruturas que “Aveiro Cidade Digital”, vai poder implementar. Não tenho dúvidas sobre isso!

Mas, tenho dúvidas é que, nós tenhamos neste momento, a capacidade para convencer as pessoas de que esse é o caminho. E nesse sentido, penso que o papel da Câmara Municipal de Aveiro, é um papel determinante. No entanto, Sr. Presidente, deixe-me dizer-lhe que para um papel tão determinante, algo está a começar muito mal aqui. Porque, como é que é possível, Sr. Presidente, que estando nós em fase de discussão acesa da adesão da Câmara Municipal de Aveiro ao Consórcio, cujo objectivo - art.º 2 «tem por objecto a execução do programa Aveiro Cidade Digital», como é que é possível, estando nós aqui a discutir este assunto hoje e embora penso eu pelas intervenções que já ouvi, não tendo ouvido a do Partido Socialista, não tenho dúvidas, já ouvi o Sr. Presidente falar em nome do líder da bancada do Partido Socialista e, portanto, não tenho dúvidas sobre o resultado do voto aqui. Embora não tenha dúvidas sobre a sua aprovação, como é que é possível, que nesta fase tenha sido comunicado através da comunicação social - aliás que eu espero, que lucre muito com isto, de tal forma que eu possa ler os Jornais Regionais na integra, no sitio onde trabalho - como é que é possível nestas circunstâncias, que já haja aparentemente resultados, senão definitivos, pelo menos provisórios? Como é que é possível que nestas circunstâncias, eu pergunto mesmo, já tenha havido concursos? Como é que é possível!?

Como é que é possível Sr. Presidente, que nos órgãos de gestão de um projecto desta natureza, apareça fundamentalmente o Poder Central?

Como é que é possível que o Conselho de Estratégia, seja constituído por representantes do Ministério da Ciência e da Tecnologia? Ministério do Equipamento, Planeamento e Administração do Território? Missão para a Sociedade da Informação? E depois se diga vagamente (eu não estou contra a presença destes senhores), mas estou contra é o facto de depois se dizer vagamente «e de outras entidades ou individualidades relevantes». Ainda não foi possível até este momento, identificar quais são as outras entidades ou individualidades relevantes? Ainda não foi possível? Se foi, porque razão não foi já mencionado? Como é que é possível Sr. Presidente, que estejamos na presença de um consórcio, cujo objecto é a execução do programa Aveiro, que abre candidaturas para apresentação de projectos, em que a decisão e a avaliação dos projectos é da responsabilidade do gabinete técnico do programa, o qual é constituído, assume funções de apoio à Direcção da Comissão de Gestão e cujo a última decisão cabe à Comissão de Gestão, quando na Comissão de Gestão, Sr. Presidente, estão alguns dos principais interessados nos projectos? Isto não é incestuoso, Sr. Presidente? Eu devo dizer-lhe, que ao longo da minha vida, já tive ocasião de estar em instituições que avaliavam projectos. Essas instituições, não podiam concorrer aos programas em que avaliavam projectos. Parece-me um pouco estranho, que neste caso possam!

Como é que é possível, que segundo o que consta, a Portugal Telecom tenha feito aprovar ou tenha sido aprovado, provisoriamente, projectos da Portugal Telecom no número em que foram aprovados, quando se deixam outras instituições de fora? Será que só a Portugal Telecom, é que tem capacidade da implementação sociológica do programa? Ou estamos perante um programa de desenvolvimento tecnológico? Algo está aqui errado e aquilo que o Sr. Presidente disse, não é correcto: «é um programa para os Cidadãos e pelos Cidadãos».

Sr. Presidente, eu gostaria que as respostas que vai dar, me tranquilizassem. Eu não tenho dúvidas, acerca do sentido de voto que vou ter, nunca tive. Penso que o desafio da Cidade Digital é um dos desafios mais importantes, para uma cidade como Aveiro. Porque não tenho dúvidas também, (e é isso que eu ensino aos meus alunos também e portanto, não posso ter

dúvidas) que quem dominar a informação nos próximos anos, vai deter o Poder. Não tenho dúvidas sobre isso. Ora, como nós queremos que seja Aveiro a ter o Poder, não queremos que sejam outras Cidades, então não tenho dúvidas que deve ser Aveiro a garantir o sucesso deste programa “Cidade Digital”.

Mas Sr. Presidente, não posso deixar de ter dúvidas sobre a forma como tudo está organizado e como tudo parece ir concretizar-se. E tenho alguns receios, que longe dos objectivos de desenvolvimento da “Cidade Digital”, nós estejamos é a caminho do desenvolvimento de uma Cidade Tecnológica, que não é exactamente a mesma coisa e não tem exactamente as mesmas consequências.

Eu gostaria Sr. Presidente, que me pudesse responder, que muitos dos pequenos projectos de entidades privadas que concorreram, foram aprovados ou vão ser aprovados, dado que ainda não terão sido, não podem ter sido certamente, formalmente pelo menos não foram, que vão poder ser aprovados e vão contribuir para a difusão da utilização das tecnologias da informação na Cidade de Aveiro e nos pontos onde é necessário que eles se enquadrem. Muito obrigado.”

Vogal Rogério Madaíl:

“Muito obrigado Sr. Presidente. Bem, em face das exposições feitas pelos meus antecessores, vou ser telegráfico nesta minha intervenção. Primeiro, para manifestar o meu apoio a este projecto, que considero credível, de interesse inequívoco para o Concelho de Aveiro. Segunda questão que eu punha: em minha opinião acho que o seu sucesso, dependerá da mudança de mentalidades. Eu gostaria de ouvir a opinião do Sr. Presidente, sobre esta minha afirmação, se concorda ou não, porque acho que não está totalmente implícito nesta exposição.

Uma outra questão que queria referir, é que não foi politicamente correcto apresentar-se aqui uma situação de política de facto consumado e penso que isto, pode levar até uns laivos de uma certa desqualificação nesta Assembleia, ou seja apresentar a situação já como consumada.

Queria ainda pôr algumas questões, que eram as seguintes: que critérios de selecção é que foram definidos para a selecção dos projectos? Qual a repartição dos montantes por áreas? Na medida em que a Câmara, na qualidade de chefe de Consórcio, deve ter esses dados bem claros. Muito obrigado.”

Vogal Virgílio Nogueira:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados. A adesão da Câmara Municipal de Aveiro ao consórcio gestor do programa “Aveiro Cidade Digital”, não me merece qualquer contestação, porque as entidades a que se associa - a Universidade de Aveiro e o CET (Centro de Estudos e Telecomunicações) - revestem-se de integridade técnica e capacidade científica que neste caso, são garantes de condução qualificada e profícua do programa.

A Câmara Municipal de Aveiro pode, no âmbito deste programa vanguardista, modernizar-se técnica e administrativamente, melhorando os seus procedimentos funcionais e agilizando a sua relação com os munícipes. Trata-se de uma oportunidade invejável que não deve ser desperdiçada.

Este programa da Cidade Digital pretende embrenhar-se profundamente na nossa comunidade em diferentes níveis, seja, o económico, social, educativo, recreativo ou outro.

É pois, um programa de largo alcance que entrará no quotidiano dos cidadãos, democratizando o acesso às novas tecnologias da informação e abrindo as portas da sociedade da comunicação.

Ainda nos apraz salientar, que o Programa em causa promoveu uma ampla participação que se traduziu, segundo a imprensa, “na apresentação de dezenas de projectos”.

O que entendemos ser importante, é que o desenvolvimento do Programa Cidade Digital se proceda nos trâmites da normalidade e da transparência. E não achamos normal que a comunicação de selecção e aprovação de uma candidatura se proceda, como tem acontecido, por mera informação oral.

Parece-nos mais conveniente que a selecção e aprovação dos projectos e dos respectivos orçamentos e prazos de execução, deva ser feita mediante comunicação escrita às entidades candidatas, resguardando assim o Programa Aveiro Cidade Digital, de dúvidas e contradições a que situações menos explícitas, podem e já estão a dar azo. Muito obrigado”

Vogal Filipe Brandão:

“Sr. Presidente, Srs. Vogais. Começava a minha intervenção, por subscrever o justo reconhecimento feito, pelo Prof. Henrique Diz, ao Centro de Estudos e Telecomunicações da Portugal Telecom e à Universidade de Aveiro, enquanto obreiros das condições que justificaram que Aveiro fosse hoje escolhida para iniciar e desenvolver o Programa Cidades Digitais. Sendo que, não será menos justo, reconhecer e estender esse reconhecimento ao Governo do Partido Socialista, presidido pelo meu Camarada António Guterres, precisamente por ter feito, esse reconhecimento. Porque infelizmente, durante muito tempo esse reconhecimento, justíssimo, não foi feito. E não é pelo facto de ultimamente se ter vindo a repetir em vários casos, o reconhecimento da importância de Aveiro, que esse reconhecimento deixa de ser, justificadamente frisado.

O Programa Cidade Digital é, aliás, do ponto de vista cronológico recente, o primeiro de vários exemplos do protagonismo de Aveiro. Todos nós Aveirenses, sentimos justificado orgulho, pelo reconhecimento nacional da urbe aveirense, como polo de desenvolvimento de uma matéria tão directamente imbricada pelo desenvolvimento e pelo progresso. Portanto, como o meu camarada Carlos Candal acabou o suspense, o Partido Socialista votará favoravelmente, obviamente. Portanto essa parte resulta prejudicada pela sua intervenção.

Porque a bancada do Partido Socialista foi directamente visada pelo Sr. Diogo Machado, pela comparação com a “Pluricanal”, eu devo dizer-lhe - já contava com essa comparação - não porque ela fosse justa, antes pelo contrário e será demonstrado, mas porque seria previsível. E devo dizer que o meu amigo Diogo Machado, foi particularmente infeliz, não só pela total divergência das matérias hoje em apreço, mas por trazer à coacção que já aquando do Sociedade “Pluricanal”, a Câmara de então conseguiu não só o mérito de ter todos os votos da oposição contra, como conseguiu inclusive que nem todos os votos do partido que então suportava a Câmara, subscrevessem esse projecto; o que desde logo diz da idoneidade da matéria então em causa.

Porque de facto, hoje e então se tratam de matérias absolutamente diferentes. (eu estou particularmente à vontade, trouxe a acta) Estranhamente não intervim nessa reunião, por acaso estava convencido que o tinha feito, porque tinha fortes convicções sobre isso, que as mantenho.

Desde logo a diferença fundamental - e não é o facto de o meu querido amigo, Diogo Machado, não ser jurista que o desculpará de não fazer essa distinção - entre uma sociedade comercial e um consórcio, é abissal. Entre uma pessoa colectiva de direito privado, que visa o lucro e um consórcio, não há semelhança. Desde logo, como o Prof. Henrique Diz, de forma assaz, sucinta e brilhante, (como é seu timbre) frisou, o objecto do consórcio é o que se consagra aqui, no seu artigo segundo. Portanto, pelo desenvolvimento de um projecto abrangente e mobilizador da sociedade; enquanto o objecto da sociedade “Pluricanal”, era

a exploração e comercialização de um negócio da televisão por cabo. Portanto nada de semelhante.

E outras questões, eram particularmente pertinentes e justificadoras do voto contrário de toda a oposição de então e inclusive, da não subscrição por parte da maioria. É que a sociedade “Pluricanal”, era uma sociedade que se pretendia incluir no exercício de um negócio privado, em que a adesão da Câmara ao capital social de uma empresa, podia ser justificadamente entendida como uma distorção da concorrência. E, essa sociedade objectivamente, prosseguia o lucro, não tinha qualquer função altruísta. Essa função era pertencente a uma capa para o objectivo primordial de qualquer sociedade, que é a obtenção do lucro.

Mas finalmente, e lembro-me, V.Ex.a, Sr. Diogo Machado, não citou o Prof. Manuel António, se ele me permitiria focar nos pontos que ele de forma incisiva tocou na altura, a questão fundamental e pela qual foi chumbado liminarmente, a questão da adesão à “Pluricanal”, é que ao contrário deste consórcio, cujos parceiros são de reconhecida, incontestada, idoneidade e solvabilidade, ou seja, não passa pela cabeça de ninguém que o potentado, como seja a Portugal Telecom, ou uma pessoa colectiva de direito público como é a Universidade, vejam no parceiro Câmara, o garante da solvabilidade dos compromissos societários. Coisa que, ficou de forma clara aquando da discussão então da “Pluricanal”, haveria o risco e o risco sério, de a participação da Câmara Municipal no Capital Social da empresa privada, não visar outro escopo senão garantir a solvabilidade das suas dívidas, portanto do seu passivo, que previsivelmente poderia vir a optar.

Portanto, vir confundir hoje “alhos com bugalhos”, porque de facto a dissimilitude é nula. Desde logo pela figura, uma figura de adesão a uma sociedade, com a participação a um consórcio, com parceiros sob os prismas atrás citados, não tem qualquer tipo de comparação. Foi, refira-se, uma comparação muito infeliz e que portanto fica aqui completamente desmontada.

Sr. Diogo Machado, não é que, (a rematar) V.Ex.a não vá encontrar durante este mandato algumas evoluções no pensamento, que possam derivar do facto de entretanto, gostosamente, o Município ter passado a ter uma gestão do Partido Socialista. Porém, falhou claramente o alvo. Não é seguramente nesta matéria, que V.Ex.a vai encontrar essa conclusão.”

Entretanto entrou na sala o Vogal Victor Manuel da Silva Martins.

Vogal Virgínia da Silva Veiga:

“Bem... quis o acaso que eu efectivamente me tivesse inscrito a seguir ao meu camarada de bancada Filipe Neto Brandão, mas felizmente. Porque estão dadas muitas das explicações, relativamente a outros lugares não paralelos aqui citados e eu estou só a falar para o Sr. Presidente da Mesa, que é para ele se quiser a seguir defender a honra ou pedir um esclarecimento, só por causa da intervenção que fez, a propósito de eventuais apelos às divergências de voto na bancada do Partido Socialista. Vai ver que não tem razão pelo seguinte: é que ainda não é desta que eu mudei de ideias. A minha ideia é rigorosamente a mesma.

Sempre mantendo a mesma linha de coerência e de pensamento, entendo que a Câmara Municipal, tal como outrora não estava vocacionada para entrar em projectos do género “Pluricanal”, que nada tinham a ver, como disse o Dr. Filipe Neto Brandão e muito bem, quer quando ao objecto, quer quanto aos fins, têm hoje toda a vocação para projectos desta natureza e portanto, teria sempre o meu voto favorável.

Se eu tivesse alguma dúvida, contra o conteúdo e poderia ter, porque por exemplo não estive nas cerimónias onde foram feitas as explicações, se eu tivesse alguma dúvida, então restava-me sempre - neste momento devo dizer, que num projecto desta natureza, a tal questão da confiança na Câmara. E eu tenho muita!

Agora para o Sr. Presidente da Câmara. Eu percebi nesta reunião e já não troco reunião com Sessão, espero eu, porque razão é que ele me dizia da outra vez, que respondia hoje à questão que eu tinha levantado sobre à Assembleia Municipal. É que efectivamente e subscrevo outra vez o Sr. Presidente da Mesa: é de estranhar! É. E eu tenho de dizer isto com a franqueza que me caracteriza e só para que realmente, se não exagere nesta quase tentação que existe; não estou a dizer que seja aqui com este Executivo, mas na generalidade dos Executivos, de às vezes tentar evitar que as pessoas venham precocemente à Assembleia, para que se possa adiantar em serviço e para se ganhar tempo e por aí fora. É um bocadinho perigoso e portanto eu gostaria de advertir em relação a isso. Ai subscrevia as palavras do Sr. Salavessa e preocupa-me de alguma forma (e só falo disto porque isto já apareceu muitas vezes latente, nas mais delas), que a Assembleia Municipal, quando se diz assim: este projecto visa designadamente uma coisa importantíssima, que não tem nada haver com televisões por cabo como é óbvio, como seja a ligação entre as autarquias; as duas autarquias existentes - a freguesia e o município. Só que é entre freguesias, freguesia e Executivo municipal: e “cadé” (como dizem os brasileiros) a outra parte do município de Aveiro, que é a Assembleia Municipal. Não está aqui! E não está em lado nenhum. E portanto, eu gostaria que ficasse de alguma forma, penso eu também esclarecido, não penso que tenha sido intencional, que também os Deputados Municipais serão contemplados com certeza, nos projectos de execução de Aveiro Digital e portanto, que os munícipes vão também e os Sr. Presidentes de Junta, vão poder falar connosco desta maneira, para apresentarem as suas reclamações ou as suas sugestões ou os seus esclarecimentos. A este propósito também, gostaria de fazer só um pequeno à parte a propósito ainda de por exemplo não termos de estar presentes, em determinadas situações de esclarecimento sobre esta matéria.

Não estivemos nós, aqueles que compõem por direito próprio a Assembleia Municipal, não estiveram aqueles que fazem parte da constituição da Assembleia Municipal por inerência, que são os Sr. Presidentes de Junta. E se estivessem, como muitos deles são daquilo a que usualmente aqui se aponta como freguesias rurais, teria também tido mais uma oportunidade para ver, que não devemos fazer aqui confusão entre o que é rural e o que é rústico. Este projecto, é também um projecto rural; vai ter repercussões enormes para as Juntas de Freguesia e de mais valia para as próprias Juntas de Freguesia.

Finalmente, eu diria apenas o seguinte, repetia: esta Câmara Municipal não estava - a Câmara é a mesma, faço lembrar - vocacionada para projectos da natureza da “Pluricanal”, está sem dúvida vocacionada para estes e, portanto, desta vez terá o meu voto favorável, exactamente com a mesma argumentação da outra.”

Vogal João Barbosa:

“Eu vou ser curto e objectivo. E só pedi a palavra, Sr. Presidente, porque foi invocado o meu nome pelo Sr. Diogo Machado.

Mas, o interessante da intervenção do meu amigo, é que mais uma vez ao referir-se à minha pessoa baralhou tudo, e porquê? Estamos a discutir hoje o Consórcio que é: Aveiro Cidade Digital. E há quatro anos, discutíamos uma sociedade que era o “Pluricanal”. Naquela altura e em defesa dos interesses de Aveiro e acima de tudo também, da Freguesia da Vera

Cruz, votei contra. Votei com a maioria, que reprovou o projecto e como sabe, também houve votos contrários do CDS.

Naturalmente que hoje, depois de ouvir todos os intervenientes, inclusive, o meu amigo Diogo Machado, terei de votar a favor - porque estes é que são os interesses de Aveiro. Só isto.”

Presidente da Câmara:

“Muito obrigado Sr. Presidente. Em primeiro lugar as observações do Sr. Salavessa, que aliás foram também retomadas por outras pessoas.

Devo dizer que este consórcio não veio cá antes à Assembleia Municipal, porque não podia ter vindo. De facto em Junho o processo negocial, que estávamos a desenvolver com a Universidade e com a Portugal Telecom, não estava ainda maduro, para poder trazer cá o contrato por minuta - o contrato consórcio.

Mas por outro lado toda esta dinâmica e as partes envolvidas, aperceberam-se que isto era um processo que não podia ficar parado à espera de alguns passos formais e substanciais, que eram importantes e de facto continuámos a imprimir ao processo, um ritmo próprio e adequado, à possibilidade de poder vir a absorver estes 750 mil contos até ao fim do ano, como tinha que ser. E portanto é essa a única razão, não houve obviamente nenhuma vontade de não associar a Assembleia Municipal ao processo. Como ainda agora recordou, os Sr. Presidentes de Freguesia, foram de facto mobilizados por outra via, mas a verdade é que não estavam as coisas ainda maduras para trazer à Assembleia Municipal.

Depois há aqui algumas confusões; eu também fiquei surpreendido com o que vi nos jornais. Não há projectos aprovados, aquilo que apareceu nos jornais por parte da Portugal Telecom - eu terei esta semana, se a Assembleia Municipal não continuar muitos mais dias - uma reunião do consórcio, com a Sr.^a Directora da Portugal Telecom, com o Centro de Estudos e com a Universidade, para percebermos exactamente o que é que se passou. O que se pode ter passado, imagino eu, é que de facto há já alguns projectos que foram triados, não estão ainda aprovados, porque não é a Portugal Telecom que aprova, é o Consórcio que vai aprovar através da sua Comissão de Gestão e essa aprovação ainda não foi feita. E portanto a única coisa que há, é que de facto aos poucos eles têm vindo a ser triados, mas a decisão final ainda não está tomada.

Estão alguns rejeitados, assinados pelas três partes, não há dúvidas sobre isso. As cartas que as pessoas receberam a rejeitar, foram assinadas pelas três partes envolvidas.

Depois uma observação ainda no que toca a uma maior democraticidade do projecto. Bom, eu só queria frisar que há um órgão, que se chama “Fórum Digital” que visa justamente, aglutinar, receber, acolher todas as entidades com vontade de participar activamente ou passivamente, no desenvolvimento dos trabalhos.

Depois, alguns números: foram perguntas que me colocaram e que foram feitas por várias pessoas.

Eu tenho aqui uma resenha, que me diz que, entre os projectos que nesta fase estão triados e que são os tais quarenta e dois projectos, cerca de trinta são propostos por empresas privadas e é de facto o maior número. Depois temos alguns de Freguesias, Clubes e Associações, dois de Freguesias em que participa a Câmara também, dois dos Serviços Municipalizados, sete da Câmara de Aveiro, a Universidade de Aveiro é proponente em dois e participa em vários e a PT é participante em vários, porque de facto a PT é um parceiro especialmente habilitado e participa em vários. Não quer dizer que sejam só projectos da PT. Esta associado de facto a vários projectos. Mas, friso: a decisão final não está ainda tomada. Agora, claro que isto começa a causar algumas perguntas, é natural, porque as pessoas apresentaram os seus projectos, começam a ter algumas respostas, está a negociação a ser

feita e portanto é natural que haja alguma, curiosidade em relação à forma como o processo se está a desenvolver. Mas já agora, em relação aos critérios que foram retidos, foi um trabalho muito sério e os critérios que foram considerados, foram por exemplo: Impacto e valor acrescentado centrado nos cidadãos do Concelho de Aveiro; obediência genérica aos princípios estratégicos e aos objectivos gerais do programa; contribuição objectiva para a conclusão de uma ou mais metas do programa; depois o impacto social e económico; melhoria da qualidade de vida dos cidadãos; facilitação do acesso aos serviços da informação; promoção da igualdade de oportunidades; melhorias das condições de trabalho; aumento da competitividade do tecido produtivo; carácter inovador e estratégico do projecto; inovação ao nível dos produtos e processos; inovação organizacional; relevância estratégica para as instituições; depois a adequação da metodologia/tecnologia, orçamento e calendarização das actividades, aos objectivos definidos no projecto.

Os parâmetros considerados foram: adequação das tarefas e da sua calendarização aos objectivos e prazos definidos; razoabilidade de orçamento face às tarefas e aos objectivos propostos; estabilidade da tecnologia e a sua adequação e relevância, face aos objectivos propostos e por aí fora (eu dispenso-me de ler, porque de facto há mais quatro parâmetros, com sub parâmetros a ter em conta).

O trabalho do painel de avaliadores foi de facto muito bom, não há dúvidas sobre isso e o exercício que está agora a acontecer, é de alguma forma comprimir os projectos. É fazer caber o montante de financiamento pedido, de dois milhões e tal contos, em 750 mil contos. Isso obviamente é um processo agora melindroso.

As candidaturas todas que foram apresentadas: foram setenta e tal candidaturas, apontavam para pedidos de financiamento para projectos, no valor de 3 milhões 954 mil contos. É evidente que o painel de avaliadores, foi reduzindo isto e alguns foram afastados, por não corresponderem minimamente aos objectivos do projecto e baixo-se para 2 milhões 277 mil contos. E portanto, como só há 750 mil contos disponíveis e não se esqueçam dos 250 mil contos, que são os 25% com que cada um dos promotores tem que entrar: portanto estamos a falar de um milhão de contos. Cada parte entra com 25%.

Depois tinha aqui outras questões colocadas pelo Sr. Prof. Henrique Diz e eu felicito-me pelo Sr. Prof. ter dúvidas, porque este projecto para ter êxito, implica que as pessoas se interroguem, façam questões, se associem. E o Sr. Prof. colocou algumas questões pertinentes.

Mas as dúvidas que colocou neste caso, digamos que confortam a via que tem vindo a ser seguida. De facto o desafio, não é tecnológico, é sociológico. E eu queria dizer-lhe que mesmo nesta fase da negociação - e já o foi na primeira fase, do painel de avaliadores - um dos critérios mais importantes de ponderação, é a ponderação da componente sociológica. Saber por exemplo, qual é a incidência social que o investimento em causa vai ter. Porque um projecto pode ser muito bonito, mas só servir para mim e para o Feio, contribui pouco para a Sociedade Digital. Portanto a incidência social, a abrangência, a capacidade de intervir na construção, está a ser um factor absolutamente importante.

A capacidade para convencer as pessoas - dúvida que o consórcio a tenha...

Nós temos essas dúvidas, mas uma coisa lhes garanto: se formalizarmos o Consórcio, a nossa capacidade, a nossa operacionalidade em termos de persuasão e campanha de sensibilização das pessoas, aumenta, evidentemente.

Quanto aos resultados, já me referi.

Quanto ao Conselho de Estratégia. O Conselho de Estratégia, foi uma sugestão que apareceu com base nesta ideia: era interessante, uma vez que foi o Sr. Ministro da Ciência e Tecnologia que nos deu o "input", e uma vez que é o Ministério do Equipamento e da

Administração do Território, que vai também ter alguma responsabilidade na captação de financiamentos em Bruxelas, para este tipo de projectos. Pareceu interessante associá-los para saber qual é a perspectiva deles em relação à forma como estamos a desenvolver o projecto. Portanto, associá-los em termos estratégicos e depois deixamos naturalmente, a porta aberta - como leu e bem, a parte final - não está de forma vaga; está aberta a porta. Está aberta porque não quisemos ter uma perspectiva, mais notarial, de estar a inventariar todas possibilidades que tínhamos de associar e correríamos o risco de deixar alguma importante de fora.

Depois o Sr. Dr. Rogério Madaíl, também me colocou aqui algumas questões. Obviamente o projecto aposta na mudança de mentalidades. Consideramos uma condição de êxito do programa, caso contrário equipamos os Clubes, as Associações, as Freguesias de computadores, mas como a história muito recente já comprova: depois os computadores ficam desligados e nada se faz.

Finalmente, uma questão do Sr. Virgílio Nogueira, à qual penso que já respondi.

Essas informações orais, a que se refere, penso que tem haver com o momento em que estamos a imputar de facto, a proceder a uma negociação oral do projecto, mas naturalmente isso terá que ser depois formalizado por escrito o resultado dessa negociação.

A Dr. Virgínia Veiga, chama à atenção e bem que os membros da Assembleia Municipal deveriam também, ser associados. E eu digo óptimo! Ainda bem que diz isso. Porque toda a filosofia do projecto, é de que seja um projecto aberto, receptivo às iniciativas de toda a sociedade e designadamente da Assembleia Municipal. Portanto, se se achar conveniente, útil que a Assembleia Municipal, promova um projecto de interligação aos seus membros, para melhor terem acesso, por exemplo, às actas da Câmara, às datas das actas da Câmara e às decisões de Câmara, que é para o Sr. Salavessa poder depois perceber melhor como é que as coisas se passaram e aos números de uma forma mais directa terão, obviamente todo o apoio.”

Vogal Henrique Diz:

“Sr. Presidente da Câmara, eu gostaria de fazer um rápido comentário às suas respostas.

O Sr. Presidente da Câmara tem utilizado, se me permite dizer-lhe, bastante mal a capacidade da Assembleia Municipal. Porque conforme afirmou, a propósito da data em que trouxe este projecto à Assembleia, «só agora as coisas estão maduras».

Ora Sr. Presidente, se olhar à sua volta pode verificar que esta Assembleia Municipal, pode ser utilizada de uma forma que o Sr. Presidente não utiliza. Que é dando contribuições nas fases iniciais dos processos. O Sr. Presidente em vez de trazer aqui os factos completamente estudados, deveria confiar suficientemente na Assembleia Municipal, para os trazer aqui num estado mais embrionário, que permiti-se a contribuição das diversas pessoas que fazem parte da Assembleia Municipal, de tal forma que depois se tornasse mais fácil a aprovação das decisões. Mas enfim, isso é uma prerrogativa que o Sr. Presidente tem, de não proceder desta maneira. Mas eu penso que estaria melhor avisado se assim o fizesse.

Já agora Sr. Presidente, deixe-me dizer-lhe outra coisa: o Sr. Presidente afirma que ainda não houve nenhuma decisão; o que houve foi uma triagem. Oh Sr. Presidente! Nós podemos jogar com as palavras o que quisermos; quer queiramos quer não, até porque já foram comunicadas às pessoas que os seus projectos foram recusados. Até porque a outras pessoas já foi comunicado, que estão em negociação os seus projectos. Quer queiramos quer não, Sr. Presidente, houve uma avaliação de projectos, sem que este consórcio estivesse constituído. O que significa - se me perdoa a expressão popular - que o carro andou à frente dos bois.

Não há dúvidas sobre isso. Andou claramente! E portanto, seria útil que estes processos não se repetissem.

Por outro lado ainda, o Sr. Presidente não me respondeu, a uma questão que eu penso que é pertinente, que é: como é que é possível, que a decisão final seja tomada pelas mesmas entidades, que podem concorrer e ter projectos aprovados? É uma questão, em que eu penso que é necessário reflectir maduramente. E já agora, que voltei a isso, gostava que me explicasse, para quem se faz recurso das decisões da Comissão de Avaliação?

Para terminar. Oh Sr. Presidente! Se o projecto já está maduro como o Sr. Presidente diz e está tão maduro que já houve concursos, não me diga Sr. Presidente, que não era possível saber já qual era a constituição do Conselho de Estratégia.”

Vogal Diogo Soares Machado:

“Sr. Presidente, esclarecerá esta Assembleia de que realmente é como eu digo, a seguir à nossa réplica, o Presidente da Câmara não tem direito de resposta, o que é perfeitamente anacrónico, é estúpido.

E no que toca a esclarecimentos, daqueles que eu lhe pedi, Sr. Presidente, “ZERO”, como diz o meu amigo Abreu. Mas eu começava por dizer o seguinte: eu estou nesta reunião a discutir este ponto da ordem de trabalhos, perfeitamente perplexo, digo-vos mesmo mais: como Dupon e Dupon, estou mesmo muito perplexo! Porque isto me faz lembrar, claramente as Sessões da Assembleia do mandato anterior - ouçam! Tirado a papel químico. Com uma única diferença. é que temos agora a bancada do PS a defender o Executivo, como é seu papel e temos a nós próprios deste lado, o PSD continua equidistante, a bancada do executivo mudou também substancialmente, é óbvio - inclusivamente a Mesa.

Mas em termos de substância de discussão, estamos a repetir exactamente as mesmas coisas e de uma forma que me parece completamente improdutiva para a discussão. Porque vejamos: argumentos aqui aduzidos para cima da mesa, foram positivamente rejeitados (e se calhar bem), pela bancada do Partido Socialista, da mesma forma que eu recordo alguns colegas meus de bancada fazerem-no há dois, há três, há quatro anos atrás e não houve nada que tivesse mudado, Sr. Presidente!

Eu não queria mesmo recorrer a um adágio popular que fala do balde, mas quer dizer: é esquisito. E porque é que é esquisito? Porque obviamente nós éramos criticados no mandato anterior, por apresentar as propostas em cima da altura, em cima do joelho, mal fundamentadas, pouco concretizadas, pouca informação para os Srs. Deputados Municipais, pouca substância na maneira como as propostas eram apresentadas, pouco cuidado e diga-se de passagem, que com pouco cuidado ou nenhum esta proposta é-nos apresentada exactamente da mesma forma, como os Srs. criticavam, exactamente da mesma forma. Portanto vamos lá ver uma coisa: o que está aqui em causa, é obviamente a validade do projecto. O que está aqui em causa também é obviamente uma postura da oposição completamente diferente, daquela que os Srs. do Partido Socialista tinham na altura. Porque nós não criticámos as folhas de papel agrafadas com a deliberação camarária e não dissemos atirando os papéis para cima da mesa: - é pouco Sr. Presidente! Não dissemos nada disso. Aquilo que nós dissemos a abrir, é que o projecto tem que ser aprovado, porque tem valor! Porque é fundamental para o desenvolvimento do Concelho. Mas aquilo que também dissemos a abrir, é que outro projecto, que obviamente não era igual e nunca na minha intervenção isso foi salientado, nunca! Poderia facilmente através da coordenação do Município e porque as infra-estruturas a colocar, eram infra-estruturas que facilmente poderiam ser rentabilizadas desta maneira. E temos entre nós Deputados Municipais, que para além disso são técnicos altamente reputados e sabem que isto é perfeitamente possível.

Quanto aos esclarecimentos que eu lhe pedi Sr. Presidente. Não me disse quantas candidaturas (disse-me por alto que eram 47), agora são 42 e nenhuma está aprovada. O que saiu nos jornais, (e a responsabilidade é das três partes envolvidas no consórcio, das três, porque a informação de alguma parte deve ter saído) é que das quarenta e duas, quinze eram projectos aprovados pela Telecom. De um total de setenta, quarenta e duas estavam aprovadas, quinze das quais eram da Telecom. Não houve directa ou indirectamente, o jornal não refere, um desmentido claro por parte do Sr. Presidente da Câmara, em que não há projectos aprovados. Disse-nos vagamente que já houve uma triagem. E agora eu pergunto: estamos ou não estamos a discutir o assunto ao contrário? Quer dizer, porque eu até acho ridículo, nesta Assembleia, eu ou qualquer colega meu, estarmos preocupados com a triagem - estamos a discutir uma triagem!

Sr. Presidente da Câmara, desculpe-me que lhe diga: essa triagem não deveria nunca existir, antes desta Assembleia aprovar o Consórcio, por amor de Deus! Ou seremos nós todos que estaremos errados! Quer dizer - não estamos de certeza! E se esta Assembleia decidisse, Sr. Presidente da Câmara: “o Senhor não tem autorização, para participar nesse consórcio” o que é que o Sr. Fazia? Ia ter com os seus amigos do Consórcio e dizia: meus amigos, olhem; a Assembleia não me deu autorização, retiramos o projecto da Câmara, retiramos tudo isso, as triagem negativas ou os projectos rejeitados (porque já há projectos rejeitados) e o Sr. Presidente da Câmara disse aqui que havia projectos rejeitados - não disse quais e eu gostava de saber, já agora.

Não sabe quais são os projectos rejeitados, mas todos eles têm a sua assinatura, Sr. Presidente! Como é que é possível, ... por amor de Deus! Expliquem-me!

Como é que é possível, fazer-se uma triagem, apresentar-se projectos; mas atenção, todos rejeitados com a assinatura das três partes e depois dizer-se aqui: “que sinceramente não sei quais são os rejeitados” - Então o Sr. não os assinou? Não percebo que raio de discussão estamos aqui a ter. E termino por aqui.”

Presidente da Mesa.

“Já entendemos, não bata mais no “ceguinho”. Já repetiu a mesma coisa cinco vezes. Os ilustres Deputados Municipais que andam a flunar pelo foyer, façam a finesa. Isto aqui não é vir despejar o saco e vou-me embora. As pessoas têm que ouvir os outros, porque faz parte das regras democráticas. Desculpar-me-ão.”

Vogal António Salavessa:

“Em primeiro eu queria dar-lhe razão, isto não é sempre a discordar! De facto o regimento, nos pontos da ordem de trabalho não prevê réplica. Por isso, se nós temos réplica, o Sr. Presidente terá que a ter naturalmente.

Eu acho que esta discussão serviu no essencial, na minha opinião para perceber, ou pelo menos para apontar duas coisas: uma é que, é importante a participação da Assembleia Municipal, em momentos que não sejam os de aprovação formal de certo tipo de documentos. Penso que nesta Assembleia Municipal, existe massa crítica, para dar um contributo importante, sensível, quando de facto temos um projecto com uma área de intervenção específica que se chama “Autarquias e Serviços de Âmbito Concelhio” e que teria justificado perfeitamente uma Sessão ou uma reunião informal, em que trocássemos impressões sobre esta parte específica e sobre o programa em geral e que hoje não estaríamos com certeza, com esta sensação de estar a aprovar uma coisa, porque tem que ser, para não prejudicar as coisas que já estão em andamento.

Em segundo lugar, penso que o debate demonstrou que é preciso fazer algum esforço para a democratização da “Cidade Digital”, quer nos processos da sua construção, quer nos seus objectivos.”

Vogal Virgínia da Silva Veiga:

“Penso que a discussão hoje teria sido um pouco mais breve se realmente, tivesse havido hipótese, de termos participado de uma forma mais aberta na fase de discussão de tudo isto. Mas compreendo também que, e voltamos aos nove meses de gestação que compreendo que seja um pouco talvez por causa disso também e pelo excesso de trabalho, que está à vista nas propostas que hoje nos são aqui apresentadas.

Só para dizer o seguinte ao Sr. Presidente da Câmara: verdade seja, que a Assembleia Municipal, como sabe melhor que nós, não tem qualquer hipótese de apresentar um projecto quer porque não tem competência, não tem meios financeiros, não tem meios pessoais e, portanto, num caso desta natureza como em outros similares, terá sempre que ser a Câmara Municipal, com a política que tiver em relação à Assembleia, a incluir a Assembleia nos projectos ou não. Era só isto que queria dizer.”

Entretanto saíram da sala os Vogais Ana Carla Guerra de Miranda Macedo e Manuel Branco Pontes.

Presidente da Câmara:

“Bom, eu tomei a devida nota da observação da Dr.ª Virgínia, e acho que a Câmara pode de facto, providenciar e tomar a iniciativa, no sentido de criar um projecto que se adequa às necessidades e limitações da Assembleia Municipal. Penso que podemos tomar isso em mãos. Em relação a questão suscitada pelo Sr. Prof. Henrique Diz: «como é que as entidades que decidem, vão decidir em causa própria?» Devo dizer-lhe que foi uma questão que nós próprios colocamos, porque a certa altura de facto tínhamos uma dupla qualidade: de proponentes de projectos e de entidade que vai decidir esses mesmos projectos. E portanto, tanto quanto sei, o mecanismo que instituímos vai no sentido de que, sempre que for a Câmara, na sua qualidade de proponente ela não fará parte da qualidade de júri e assim sucessivamente. Continua a ter algumas fragilidades, mas foi o esquema que encontramos para não comprometer de facto o princípio da confusão entre quem é parte e quem é proponente. Mas é evidente, que a própria natureza do projecto, faria e seria absolutamente indispensável que estas três partes apresentassem muitos projectos de qualidade.

Depois as perguntas do Diogo Machado: diz-me que está muito perplexo por causa de ter pouca informação, em relação a este projecto.

A informação que foi distribuída se calhar não sendo volumosa, tinha sido suficiente para habilitar esta Assembleia a aperceber-se da importância deste projecto. E tanto é que as opiniões estão formadas e têm sido expressas nesse sentido, independentemente, evidentemente de haver agora muita curiosidade sobre a forma como o processo tem vindo a desenrolar-se.

Eu gostava de tornar a frisar isto: há bocado eu já o disse e disse-o claramente - os projectos não foram formalmente aprovados. Disse e torno a repeti-lo: os projectos não foram formalmente aprovados, eu não sei exactamente o que se passou, quais foram as declarações no CET, que no certo tiveram esta ressonância toda. Mas não houve uma reunião do grupo de trabalho do Consórcio, a aprovar formalmente os projectos: isso torno-o a repetir aqui.

Só mais esta questão que eu queria que a Assembleia me acompanhasse nesta preocupação. Não há obviamente interesse nenhum, em deixar de fora ou deixar de lado a Assembleia neste

processo, pelo contrário. Só que nós apercebemo-nos, que se estivéssemos à espera que todo o processo burocrático e de construção do Consórcio, se estivesse pronto e formalizado para nessa altura começar a desencadear o processo de recepção de candidaturas, divulgação do projecto, de aceitação das candidaturas, de triagem, de análise, nós íamos perder a verba dos 750 mil contos que está cativada para este ano. Portanto, tivemos que queimar aqui algumas etapas, é evidente, mas apesar de tudo, mantendo e preservando aquilo que é essencial.

Bom, creio que respondi a todas as questões. Muito obrigado.”

Vogal Diogo Soares Machado:

“Se o Sr. Presidente da Câmara me pudesse esclarecer através de si, Sr. Presidente da Mesa, se considera informação suficiente, isto que aqui temos, porque é que não distribuiu (isto é só uma pequena pergunta, para não irmos mais longe, porque obviamente está aqui a utilizar um artifício). Obviamente, todos nós já percebemos, não se insista mais nele, porque todos nós nos apercebemos da validade do projecto.

Portanto, não se insista mais nele e não se atire areia para os olhos, de quem os têm muito abertos.

Agora, por favor, através do Sr. Presidente da Mesa, proporcione-me o esclarecimento: se na informação fundamental a ser distribuída aos Deputados Municipais, não deveria constar: quem avalia os projectos? Quais os critérios? Onde é que está isso aqui? E é para não irmos mais longe, porque nós queremos aprovar este projecto.”

Presidente da Mesa:

“Desculpem lá! Mas há aqui um inequívoco que se está a criar. Há alguns Deputados desta Assembleia, que de vez em quando se esquecem, que isto é uma Assembleia de funcionamento esporádico e ocasional. Porque se tudo for criticado, em todas as fases do processo por esta Assembleia, com esta cadencia de trabalho, passamos a ser um órgão permanente. Por mim estão à vontade - eu até sou pago pelo Estado para fazer política. Mas tudo bem, não queiramos é subverter. Não digo que isto não pudesse ter vindo cá mais cedo, não digo isso. Mas não sejamos perfeccionistas - NÓS! Podemos é exigir que a Câmara seja, porque a Câmara é profissional, tem staff.

Tirando esta moral da história, se me permite para amenizar as coisas, ou para me amenizar a mim próprio, vamos proceder à votação.”

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa colocou à votação da Assembleia o Ponto n.º 2 - Aveiro Digital - Consórcio; sendo o mesmo aprovado por unanimidade (11PS+11PSD+8PP+1PCP).

Seguiram-se as declarações de voto dos seguintes Vogais:

Vogal Diogo Soares Machado:

“É claro para o CDS/PP, projectos como o consórcio Aveiro Digital, são importantes para o desenvolvimento de Aveiro.

Numa época em que a troca de informação tem um peso estratégico tão grande é vital Aveiro participar em qualquer esforço neste sentido. Este é o sentir do CDS/PP, enquanto oposição responsável, mas também o foi enquanto poder.

Infelizmente para Aveiro, não foi esta posição de luta intransigente pelos interesses estratégicos e de afirmação de pioneirismo de Aveiro, que o actual Poder, leia-se ou ouça-se Partido Socialista, sempre teve nestas questões.

No mandato anterior o CDS/PP, veio propor a esta Assembleia uma infra-estrutura de Banda Larga associada a um projecto de TV por cabo, que não teve o tratamento de seriedade política, da oposição da altura.

Cabe, pois hoje aqui, nesta Assembleia Municipal, afirmar novamente a força das nossas convicções nesta área.

O CDS/PP entende, que nesta sociedade de hoje, mas também na de há 4 anos atrás, as infra-estruturas de comunicações devem ser considerados serviços básicos ao cidadão como o fornecimento de água, saneamento, energia, como telefones. Por isso defendemos esse projecto endógeno e de base local que permitiria através da criação de uma TV, dotar Aveiro de uma infra-estrutura que o hoje Consórcio Aveiro Digital poderia usufruir, sem ter que recorrer a serviços de entidades exteriores às forças empresariais vivas da cidade; leia-se Portugal Telecom.

Quem diria por exemplo, que num futuro próximo e com os lucros dessa sociedade não permitiria à Câmara Municipal de Aveiro oferecer um serviço de comunicações telefónicas locais aos munícipes, a exemplo de outros municípios europeus. Muito obrigado.”

Vogal Henrique Diz:

“Sr. Presidente, dada a importância do projecto - Aveiro Cidade Digital, para a Cidade de Aveiro e para os Cidadãos de Aveiro, o PSD não podia deixar de aprovar este projecto. No entanto, não pode deixar de manifestar as suas reservas relativamente a: primeiro - metodologia do trabalho da Câmara com a Assembleia, no que diz respeito a esta matéria. Consideramos de facto, que o projecto veio muito tarde à aprovação da Assembleia, numa altura em que, pese embora o jogo de palavras utilizado, de facto já tinha havido avaliação por um Consórcio que formalmente não existe.

Em segundo lugar - o PSD manifesta ainda as suas reservas, quanto à forma como é permitido, que entidades que gerem o projecto “Aveiro Digital”, decidam elas próprias, se se financiam ou não, através de projectos que apresentam, por muito importantes que eles sejam; e apesar de reconhecer que a essas entidades compete a apresentação de projectos. Deveria por isso, o Consórcio, ter encontrado formas de avaliação que garantissem total transparência no processo. Muito obrigado.”

Vogal António Salavessa:

“Votei a favor desta proposta, porque acreditamos nas possibilidades criadas pelo desenvolvimento das Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Sem esquecer todavia, que estamos perante ferramentas, equipamentos e sistemas, cuja utilização pode ter os mais diversos resultados, dependendo sobretudo, de quem detêm a sua propriedade e de qual é o sentido da sua utilização. Acreditamos que este programa pode servir o Concelho, apesar das dúvidas e interrogações que devem por isso mesmo ser colocadas, para que as correcções sejam possíveis.”

Vogal Filipe Brandão:

“Sr. Presidente, quanto ao mérito da questão, damos aqui por integralmente reproduzidos, todos os argumentos aduzidos aquando da discussão desta matéria. Do mesmo modo e pelos mesmos motivos, resultou claramente demonstrada a falta de fundamento das observações que o Partido Popular trouxe de casa e hoje viu claramente rechaçadas.”

Presidente da Mesa:

“Terminámos, antes de passarmos ao ponto n.º3 tenho de dar a mão à palmatória porque cometi uma injustiça - e peço desculpa ao visado - há pouco antes do jantar, quando falava do voto de pesar, mandei um remoque ao Dr. João Pedro Dias, acusando-o de não ter intervindo atempadamente. Foi uma crítica injusta porque ele já não estava na Mesa. Peço desculpa.”

PONTO N.º 3 - SOCIEDADE AVEIRO BASKET - ADESÃO.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal na sua reunião de 07/09/98, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal e faz parte do original desta acta em anexo).

Presidente da Mesa:

“Há uma declaração de interesses apresentada na Mesa, que passo a ler:

Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Vogal desta Assembleia eleito pela lista do Partido Socialista, atenta a circunstância de integrar os corpos sociais do Basquetebol Aveirense, e a conexão deste com o ponto n.º3 da ordem de trabalhos, vem comunicar ao Sr. Presidente da Mesa, que não participará, por isso, na sua discussão e votação daquele ponto, facto que solicito a V. Ex.ª faça constar em acta.

Está a constar em acta.”

Saiu da sala o Vogal Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão.

Presidente da Câmara:

“Muito obrigado Sr. Presidente. A proposta que eu trago a esta Assembleia hoje, introduz de facto uma novidade na forma de a Câmara se relacionar com os clubes desportivos. E a proposta muito concretamente é de que a Câmara, venha a aderir à Sociedade Anónima Desportiva - Aveiro Basket.

Eu penso que é consensual em todas as bancadas, a ideia de que a Câmara de Aveiro deve apoiar o Basket em Aveiro. E deve apoiá-lo em termos amadores (aí não há dúvidas) e digo eu também, que deve apoiá-lo em termos de Basket Profissional.

A Lei, estamos a falar de uma Lei que existe, que foi aprovada na Assembleia da República, prevê expressamente a possibilidade de as Câmaras Municipais, participarem nas Sociedades Desportivas. E prevê essa possibilidade, porque se presume que as Câmaras podem funcionar como elementos congregadores da dinâmica desportiva local e, portanto, constituir pólos onde os diferentes clubes, em vez de dispersarem energias, meios e capacidades, se associam, se congregam e são capazes de ter um desempenho mais competitivo.

A situação actual em Aveiro, onde eu recorde sempre houve e há, uma enorme tradição e uma enorme prática desportiva a nível do Basket, é no que toca à Sociedade Desportiva a seguinte: o Galitos, nunca entrou nesta Sociedade Anónima Desportiva, porque na altura a Câmara Municipal não entrou. A SAD ficou limitada ao Esgueira e ao Beira Mar e está na prática muito conotado com o Esgueira.

A Câmara pensa que deve associar-se à Sociedade Desportiva - e porquê?

Porque o Basket Profissional, com as transmissões televisivas que comporta - e são várias horas de televisão por ano - é um instrumento de divulgação de Aveiro. É portanto um instrumento mediático, potente, de afirmação da Cidade no contexto do país. Mostra a nós próprios e ao país, que somos uma Sociedade capaz de gerir uma equipa competitiva de alto

nível e capaz de disputar o título nacional. E isso é bom. Bom para a Sociedade e é bom para a nossa juventude. Porque todos nós já fomos mais jovens e todos nós vibrávamos com os craques, com os ídolos, construimos modelos, e é necessário portanto, e é vantajoso para os jovens amadores que estão a formar-se, poderem ter na sua terra uma equipa altamente competitiva, capaz de os motivar, para a prática da modalidade. É portanto um momento que pode ser muito favorável e muito positivo, em termos de auto estima de Aveiro e da sua capacidade de se afirmar como equipas de alto nível no país. É ainda por cima muito importante conseguirmos ter uma equipa e disputar a Liga Profissional de Basquetebol e a disputar o título, se quisermos ter força negocial perante o país, para negociar equipamentos desportivos que são importantes. Se deixarmos cair o Aveiro Basket, se deixarmos cair o Andebol no S. Bernardo e por aí fora (...) daqui a um ano quando for necessário chegar aos Srs. Governantes e dizer-lhes: Aveiro tem potencial desportivo enorme e está com défice de equipamentos desportivos em relação à prática desportiva que apresenta - precisamos do nosso Multi-usos, ninguém me acredita. E portanto, eu acho que o Município, a todos os títulos, tem toda a vantagem em apoiar o Basket Profissional. Agora em que termos? Entrar para que SAD?

Para uma Sociedade Desportiva que teria um capital de sessenta mil contos - neste momento tem cinquenta mil, portanto haveria um aumento de capital para sessenta mil contos - Para uma Sociedade Desportiva, em que pela primeira vez, os três clubes que praticam basquetebol em Aveiro, estão no mesmo clube. E portanto, não ficaria ninguém de fora. Em que estão numa posição pela primeira vez de igualdade: quinze por cento cada clube, mais quinze por cento para os particulares e quarenta por cento para a posição da Câmara. O que dá no caso da Câmara, de uma esforço financeiro de vinte e quatro mil contos, que seriam pagos ao longo de um ano.

Conseguimos com esta participação no capital, uma distribuição equilibrada do capital, que faz com que a Câmara, com qualquer outro clube ou com os grupos dos particulares, tenha maioria e que nenhum dos outros três clubes - ou os três juntos, tenham maioria. Como é que este processo se vai desenvolver?

Os particulares têm que vender vinte e seis mil acções; o Esgueira vender mil. Há portanto vinte sete mil acções à venda. Dessas vinte e sete mil acções, a Câmara compra dezanove, o Galitos compra quatro, e o Beira Mar compra quatro.

A Câmara comprando dezanove e subscrevendo cinco no aumento de capital, fica com vinte e quatro mil. O Galitos comprando quatro e subscrevendo cinco, no aumento de capital fica com nove mil. O Beira Mar comprando quatro e como já tem cinco, fica com nove mil. O Esgueira tem dez, vende um, fica com nove mil. Os particulares têm trinta e cinco, vendem vinte e seis, ficam com nove mil. Capital sessenta.

Bom, e em que condições é que eu formalizo a proposta de entrada para esta Sociedade, com o capital distribuído desta forma?

A primeira; já reafirmei - entrarem os três clubes, em posição de igualdade. A segunda; a Sociedade não tem dívidas. A partir do momento em que a Câmara entrar, não há dívidas do passado a ser cobradas; pomos o contador da Sociedade a zero. Salvo talvez, digo com toda a clareza: as dívidas, já relativas à época desportiva que está em curso.

Haverá autonomia de gestão, ou seja, haverá um Conselho de Administração, formado por representantes de todos os accionistas; mas por pessoas diferentes e por pessoas que não farão parte das direcções de cada um dos clubes, de forma de facto a conseguir a tal independência de gestão e que o Aveiro Basket nasça e apareça aos olhos de toda a gente, como uma Sociedade, liberta da influência privilegiada de qualquer um dos Clubes.

Haverá uma sede própria, distinta das sedes dos três Clubes. Haverá jogos nos dois pavilhões que estão aptos a recebê-los. Haverá necessariamente, rigor e transparência - e a própria lei o exige - as contas são certificadas por um revisor oficial de contas.

A informações que temos sobre esta Sociedade, é que tem um custo mensal de cerca de cinco mil e quinhentos contos.

Qual é o risco que a Câmara tem? O risco são vinte e quatro mil contos ao longo de um ano.

E devo chamar à atenção que se tudo isto falhasse, se se chegasse à conclusão que a Sociedade ia ser mal gerida, que os jovens não ligavam e não se sentiriam motivados, pelos jogadores profissionais; este custo é o equivalente a cerca de... ou dito de outra forma: o equivalente a um jogo de Basket na televisão (e passam vários jogos de Aveiro Basket na televisão) em termos de publicidade custaria dezasseis mil contos, ou seja, nós arriscando vinte e quatro mil contos conseguimos o equivalente se tivermos dois, três jogos (e consoante o desenrolar do campeonato), um investimento em publicidade na televisão, que pode ser cinco, seis, sete vezes superior.

Portanto, com este quadro, com a certeza de que vamos ter o contador a zero e que não haverá surpresas quanto a dívidas antigas, que estejam pendentes. Com a certeza também que a Sociedade não tem grandes patrimónios; tem um activo imobilizado incorpóreo que corresponde aos contratos dos jogadores e pouco mais. Não é nada de relevante. É uma Sociedade que não vale pelo que tem, mas vai valer pela forma como for gerida.

É necessário angariar “sponsors” para a equipa, é necessário saber quanto é que custam os jogadores, o aluguer dos pavilhões, etc. É uma sociedade que vai valer pela gestão que se fizer dela.

O investimento que a Câmara faz, é absolutamente limitado e contido; o risco é mínimo e os ganhos podem ser muitos.

Perante estes dados, eu proponho à Assembleia que de facto autorize a adesão à Sociedade Desportiva Aveiro Basket, com estas características.”

Entretanto saiu da sala o Vogal João Alberto Simões Barbosa.

Vogal João Pedro Dias:

“Sr. Presidente, Srs. Membros da Assembleia. Este é claramente um tema de actualidade e do meu ponto de vista, seria extremamente fácil, extremamente simpático e até politicamente correcto, chegarmos aqui e votarmos a favor e fazer de conta que não acontecia nada e passarmos ao ponto n.º 4 da ordem de trabalhos.

Há todavia deveres de consciência, que se nos impõem e por vezes falam mais alto e obrigam-nos a ser coerentes para connosco próprios. E quando se fala em Sociedades Desportivas, eu não posso esquecer que por altura da aprovação da lei quadro, da lei que regula as Sociedades Desportivas; por altura da aprovação dessa legislação na Assembleia da República, tive oportunidade de tecer algumas críticas a essa legislação. E uma das críticas que lhe teci, foi precisamente o facto de (e de resto devo dizer, que houve outros Srs. Deputados, inclusivamente de bancadas da Assembleia da República do PSD, do PP e de outros partidos a título individual, que fizeram a mesma referência, a mesma observação) a mesma contemplar a possibilidade de entidades publicas, municípios, regiões, sobretudo regiões autónomas, poderem vir a poder integrar o capital social dessas Sociedades. E portanto, por dever de consciência e de coerência, o facto de na altura pensar assim e de até hoje não me terem sido apresentados argumentos que fizessem prova do contrário, não me dão muita margem de manobra e, portanto, não votarei favoravelmente este projecto. Pese embora, devo dizer, continue a defender que, no Basket Profissional, no Basket de alta

competição as Sociedades Desportivas, são o futuro. Pese embora também, devo afirmá-lo, que as Sociedades Desportivas (e isto é um pequeno remoque ali para o nosso Presidente da Assembleia) é como a regionalização, também não são a panaceia para todas as coisas. Isto é, mais importante do que saber qual é a estrutura jurídica de quem participa num campeonato, mais importante do que isso, saber se são clubes ou sociedades desportivas, o que está em causa e o que as pessoas por vezes não têm dito, onde têm havido erros é nos critérios de gestão. Porque as entidades estão falidas, não é por serem associações ou clubes, estão falidas por erros de gestão. E esses erros de gestão, tanto os terão quer sejam sociedades desportivas, quer sejam clubes, quer continuem como clubes.

O Sr. Presidente apresenta o seu discurso de uma forma atraente. Eu todavia permitia-me dizer-lhe o seguinte, Sr. Presidente: sinceramente não me parece que seja muito importante, V.Ex.a dizer que a “sua Câmara” faz parte de uma Sociedade Desportiva, para ir buscar meios estatais, para o Pavilhão multi-usos ou para invocar apoios para o Pavilhão multi-usos, veja-se por exemplo o sucesso que V.Ex.a, conseguiu - alicerçado no planeamento anterior - por exemplo a propósito do novo Estádio que se anuncia. Não consta que tenha sido necessária existir uma Sociedade Desportiva. Mas isto é uma questão lateral.

Questões mais concretas e do meu ponto de vista mais importantes. Eu não gostava de ver, devo-lhe confessar, aumentar os seus problemas e ver as suas preocupações aumentadas, por exemplo, como acontecia com alguns clubes desportivos, a ver os atletas a fazerem fila à porta do seu gabinete, para receberem os seus vencimentos. Penso que os encargos que V.Ex.a tem, dispensarão também esse.

Tentando ir a coisas ainda mais sérias e ainda mais profundas. Diz-se nesses corredores dos “métiders” que a participação da Câmara não se ficará apenas por aquilo que é dito, isto é, pela subscrição da sua própria participação. Portanto, são alguns dos considerandos - eu podia invocar-lhe outro, que tem haver com uma filosofia de princípio. E aqui, esta é muito pessoal: eu entendo, com toda a sinceridade, perdoo-se-me que lhe diga, mas penso ter uma visão um bocado humanista da política e creio que em termos de dinheiros do erário público, (isto pode ser visto como demagogia, mas acredito que não é. Digo-o sentido) acho que enquanto houver outras carências, mais importantes, para serem satisfeitas, o desporto profissional, realço - profissional - não estará à cabeça dessas prioridades. Depois, V.Ex.a na sua intervenção aduziu outro argumento, que me deixou ainda mais preocupado. É que disse: «bom, se nós queremos ter uma equipa profissional de Basquetebol em força, em grande estilo e em grande forma, teremos que ir para a Sociedade Desportiva» mas depois, perdoo-me que lhe diga: eu acho que, a falha lhe atraiçoou o pensamento. Porque logo a seguir V.Ex.a a seguir falou no Andebol e logo a seguir falou no Futebol. A questão que eu lhe coloco é esta: até que ponto é que V.Ex.a Sr. Presidente, pensa que, a constituição desta Sociedade Anónima Desportiva, com a participação camarária, pode ser ou não a porta aberta para outro tipo de sociedades, nomeadamente para aquela que toda a gente sabe qual é, para aquela que envolve maiores verbas, maiores valores - que são as do Futebol?

Porque eu devo dizer-lhe, que não gostava por exemplo, de ver o Campeonato Nacional de Futebol da Primeira Divisão, transformado num campeonato da Associação Portuguesa de Municípios. A Câmara de Braga já é dona do Sporting de Braga ou para lá caminha, outras preparam-se para fazer o mesmo. Eu devo dizer-lhe, que qualquer dia temos o nosso campeonato profissional, transformado em Associação de Municípios disciplina Râguebi, disciplina Futebol, disciplina Basquetebol, e portanto a questão agora muito fulcral, que eu gostava de lhe pôr era o seguinte: eu gostava que nos esclarecesse, se de facto a presença ou a participação, para além das questões que já coloquei, se a participação nesta Sociedade Desportiva, corresponde a uma filosofia de princípio da Câmara Municipal; que entendo

devia participar em todas as Sociedades Desportivas ou em quais entende que deve participar? E se concretamente admite por exemplo, que venha a participar em sociedades desportivas, para outras modalidades de alta competição, nomeadamente o Andebol, nomeadamente o Futebol?

Se V.Ex.a me conseguir responder a isto, talvez consiga, enfim, atenuar os meus receios, embora como digo, por uma questão de coerência, por uma questão de consciência e de coerência para comigo próprio, pelos motivos aduzidos, não lhe possa dar o voto favorável. Mas penso que compreenderá, que por vezes a coerência impõe-se a outro tipo de obrigações e de valores.”

Vogal António Salavessa:

“Primeiro de tudo, duas ou três notas sobre a intervenção do Sr. Presidente, muito rápidas. Equipas competitivas, equipas que projectem a região. Eu acho que é um facto indesmentível, que Aveiro no sentido lato, tem hoje no mundo desportivo, em particular do Basquetebol, um enorme prestígio que lhe advém de um conjunto de equipas, algumas da Cidade de Aveiro, outras do tal Aveiro no sentido lato, que disputam títulos, taças, competições internacionais - seja o Beira Mar, seja o Esgueira, seja o Ilhiabum, a Ovarense, etc. Há um leque, há um prestígio na zona de Aveiro no Basquetebol, que dificilmente será superado pela existência de uma nova equipa, ou de uma equipa que se passe a chamar Aveiro Esgueira Basket... não é um grande valor acrescentado que vem aí!

Depois não serei delator, como já hoje aqui foi dito, tanto mais que o Sr. Presidente acenou com a cabeça afirmativamente, de que de facto, enquanto membro de uma sociedade assisti a uma Assembleia Geral e depois tive de sair intempestivamente, por razões de força maior não pude estar até ao fim, mas estive o tempo suficiente para ouvir o Presidente da Direcção, dizer: “que os problemas financeiros do clube, para entrar na Sociedade Desportiva, seriam resolvidos através de um subsídio da Câmara”, portanto a Câmara será sócia sem ser maioritária, dando aos outros os instrumentos para entrarem no capital, até porque a lei estabelece o plafond dos cinquenta por cento, para o Município. Já que íamos por esse caminho, que deixassem então a Câmara fazer o capital que entendesse, para irmos para o tal campeonato da Associação Nacional de Municípios, já aqui muito bem citado.

Portanto, há estas duas notas à margem e já no seguimento da intervenção.

Eu acho que todos estamos de acordo, quando falamos da importância do desporto na sociedade. E também estaremos de acordo, quando afirmamos que a autarquia deve ter um papel relevante, na dinamização e no apoio da actividade desportiva na área do Concelho.

Mas o consenso que se estabelece em torno destas frases mais ou menos genéricas, deixa de existir, quando a discussão passa para o domínio concreto. Na nossa perspectiva, na perspectiva política do PCP, a intervenção da autarquia na área desportiva, deve contribuir para o progresso social, para o desenvolvimento integrado do Concelho, dando atenção em particular à formação das crianças e dos jovens, à promoção da saúde, ao desporto para todos, à integração social dos jovens no combate à marginalização e na própria dinamização associativa e cultural do Concelho. Esta é a perspectiva que nós temos.

Aveiro carece de uma política desportiva municipal coerente e não de actos avulsos, mais ou menos isolados. Aqui voltamos à tal questão do Sr. Arq. Pompílio Souto, e que também neste particular parece estarmos a enveredar por aí. Não me parece que haja hoje definida uma política desportiva municipal, que tenha sido suficientemente discutida na Câmara, na Assembleia ou na sociedade Aveirense, mas já que não há isso, temos pelo menos o programa eleitoral de quem ganhou a Câmara. Ora no programa do candidato independente, Alberto Souto, há um capítulo sobre o desporto. Nesse programa eleitoral, em síntese, aponta para

três ou quatro vertentes: uma, a construção e reabilitação de infra-estruturas desportivas, com a rentabilização dessas estruturas; outra a organização de eventos desportivos e a promoção de prémios a associados; outra a celebração de protocolos de colaboração com escolas e Universidade; depois algumas coisas mais avulsas, conselho municipal, casa do desporto (não quero dizer que não sejam importantes), reformulação do programa do plano de pormenor da zona desportiva de Azurva, por aí fora!

Não há nada relativo à criação de Sociedades Anónimas Desportivas no seu programa. Nem esta, nem outra, nem nenhuma! E não quer dizer que fosse por falta de conhecimento. Portanto, as SAD foram criadas, por legislação publicada a 3 de Abril de 1997, estávamos perfeitamente, ou o Sr. Presidente estaria perfeitamente a tempo, se fosse essa a sua intenção de na altura definir isso como objectivo programático, a propor aos Aveirenses - coisa que não foi feita.

Ora, é reconhecido que esta questão das SAD é uma questão polémica e se na Cidade Digital, vejo ou vimos todas as razões para que o município pudesse entrar de corpo e alma num programa pioneiro; já nesta do Aveiro Esgueira Basket, as coisas não me parecem ser da mesma forma. A questão das SAD não é consensual nem em Portugal nem no estrangeiro, basta dizer que em França andam há cerca de dez anos a discutir um modelo das Sociedades Desportivas. E portanto, nós aqui foi um “ver se te avias”, enquanto definiram um modelo, ainda por cima com esta componente da participação de entidades de direito público, na constituição das Sociedades Anónimas Desportivas. O que é até interessante, é que normalmente não será o seu caso, em que há coerência, mas normalmente são os grandes defensores do papel da sociedade civil e da separação da dinâmica da sociedade civil, em relação ao papel do Estado ou das Instituições de Estado, que aparecem envolvidos nestes processos da constituição das SAD.

Ora, já foi dito, portanto, isto a avançar cria um precedente para o qual é preciso dar resposta. Qual é também, neste capítulo, a política da Câmara, em relação a outras modalidades, a outros clubes. Em quantas SAD está a pensar entrar, em que termos, por aí fora.

Portanto, eu acho que nós precisamos de avançar para objectivos que, não me repugna nada assumir como objectivos globais de mandato, os objectivos da sua candidatura, penso que é essa a questão essencial. A questão das SAD. Tanto mais com este perfil que hoje existe no desporto profissional e até na própria transmissão televisiva, do desporto profissional; que passa a ser de acesso relativamente restrito, porque está entregue como é sabido à Sport TV e não em canais abertos e de acesso generalizado. Portanto, essa carga publicitária é extremamente reduzida em função disso. Penso que é uma questão que merece melhor ponderação e à partida não estamos dispostos a colaborar na sua viabilização.”

Presidente da Mesa:

“Eu já fui um adepto fervoroso do Olimpismo, só que foi há muitos anos. O mundo mudou! E há uma coisa chamada desporto profissional, que é uma actividade económica e cuja participação das pessoas ou das instituições, deve obedecer a calculismos, tão profissionais como dos profissionais, que fazem o espectáculo chamado desportivo.

Agora há uma pergunta que eu lhe gostava de fazer, já agora sem ilusões: o PCP de Aveiro, é contra - pressupondo que o Beira Mar que é sobretudo um clube de Futebol Profissional - é contra os subsídios que a Câmara dá para o Beira Mar?

É um pedido de esclarecimento, já agora também tenho o direito a propor.”

Vogal António Salavessa:

“A esta parte do interrogatório, respondo da seguinte forma: aquilo que tem sido objecto de plano de actividade, expressa em plano de actividade e que tem tido normalmente a nossa abstenção ou a nossa aprovação, estamos de acordo. Agora, acho que desconhecemos muito daquilo que é feito ao relação ao Beira Mar ou em relação a outros clubes.

Portanto, há muita coisa, há muito subsidio indirecto que precisava de ser melhor avaliado e melhor quantificado, para nós termos uma noção exacta de qual é o apoio e o envolvimento da Câmara. A começar por exemplo pelas infra-estruturas que são colocadas à disposição, por concessão, que são uma fonte de receitas extraordinária.

Não queira uma resposta simples, para uma pergunta complexa.”

Vogal Britaldo Rodrigues:

“Muito obrigado Sr. Presidente.

Eu em primeiro lugar queria dizer o seguinte: é que uma das coisas que o Sr. Presidente acabou de dizer e falando até dos Olimpismos e das novas actividades desportivas, como elas agora são encaradas, disse, creio eu: «que é uma actividade económica importante».

Bom, eu estava agora a falar a propósito do assunto do Beira Mar, que já agora foi citado. Já no outro dia disse, que de facto a Câmara e dada a importância do desporto na sociedade, tem de facto obrigações perante o desporto da Cidade, de financiar esse desporto. E deve fazê-lo na justa medida do que lhe compete, nem mais, nem menos. Até a propósito do subsídio que foi dado agora ao Beira Mar, que se anunciou que ia aumentar, eu falei de facto que se o Beira Mar faz formação desportiva, se o Beira Mar tem equipamentos desportivos, que são utilizados pelos jovens e outras pessoas da nossa Cidade, naturalmente que acho que a Câmara deve financiar o Clube. Até além disso no caso do Beira Mar, até por causa da primeira divisão, até pode ter trazido novos visitantes a Aveiro. E se tentasse fazer uma quantificação da Indústria Hoteleira; o que é que pode ganhar com isso, ou não. Comércio em geral. Tudo isso pode ser pensado e pode encontrar-se de facto uma formula qualquer que nos diga que se deve atribuir apoio a um clube e deve ser esse e só esse. O que é justo, nem mais, nem menos. Porquê? Porque o dinheiro da Câmara é pouco, porque verificamos que inclusivamente, que independentemente, de certas situações de natureza legal, há uma vontade de aumentar-se significativamente uma contribuição autárquica, portanto isso vai incidir sobre os municípios, há muitos empréstimos. Portanto como eu digo, os financiamentos aos clubes têm de ser precisamente na sua justa medida.

Falei do Beira Mar, não sei se o Aveiro Basket, não devemos passar por uma situação semelhante, exactamente, a anterior. Não sei se sim ou não, mas olhando para a acta da reunião ordinária da Câmara de 07/09/98, leio aqui umas partes que de facto, tenho de chamar à atenção.

Diz-se por exemplo que na opinião do Sr. Presidente «é importante que Aveiro possua uma forte equipa de Basquetebol e isso tornar-se-á mais fácil, com a constituição de uma Sociedade perfeitamente independente dos órgãos directivos do clube, com uma gestão rigorosa e transparente», etc. Parece-me um paternalismo da Câmara face a esta futura Sociedade Desportiva, perante esta situação do Basquetebol e não sei se inclusivamente, muito aconselhável, que não tenha nada haver com os órgãos directivos do clube, é uma dúvida. E isto que roça ofensivo, quando se diz «com uma gestão rigorosa e transparente», será que de outra forma ela não seria? Por outro processo qualquer?

Também verifico que houve aqui algumas observações dos Srs. Vereadores. Por exemplo o Sr. Vereador Domingos Cerqueira, refere «que a finalidade das Sociedades Desportivas, como promotoras de espectáculos de alta competição, é a de ganhar dinheiro.»

A Vereadora Dr.ª Maria Antónia Pinho e Melo, em sua opinião «o envolvimento da Câmara e a utilização dos dinheiros públicos, tem de ser muito bem estudada e tem que ser muito rigoroso, para que seja transparente, atendendo que o Estado e a Sociedade Civil, têm que ter campos de intervenção, distintos.»

E o Sr. Vereador Eng.º Cruz Tavares, refere ainda «o envolvimento dos dinheiros dos contribuintes, em clubes que contratam jogadores com salários elevados.»

São de facto uma série de observações, que considero bastante pertinentes e que sobretudo, numa Sessão em que até se discutia - que foi retirado, mas estava para se discutir - problemas com aumentos da Contribuição Autárquica, eu fico de facto bastante preocupado com esta situação. Até porque ainda há momentos e da bancada do PS - eu creio que foi a Dr.ª Virgínia Veiga - ela dizia que “não concordava no passado e no presente com a inclusão da Câmara numa Sociedade que procure naturalmente lucro - e falava do Pluricanal”, não foi assim? Peço desculpa, não foi a Dr.ª Virgínia Veiga, mas alguém disse isso. A propósito do “Pluricanal”, disse isso.

Uma Sociedade Anónima Desportiva, de facto persegue como Sociedade Anónima lucros. E de facto tenho grandes dúvidas que através desta forma, seja a maneira adequada de perseguir. De facto cumpre à Câmara melhorar a formação desportiva, criar equipamentos desportivos para garantir a saúde física e a solidariedade que é necessária para com aqueles que praticam desporto.

No entanto, não sei se relativamente aos que procuram o desporto numa perspectiva profissional, se deve ser assacada a responsabilidade aos bolsos dos contribuintes. Muito obrigado.”

Vogal Nuno Tavares:

“Muito obrigado Sr. Presidente. Ora bem, o que eu queria dizer já terá e irá ser de certeza a florado, quer pelos oradores anteriores, quer por aqueles que se seguirão.

Eu penso que já tive ocasião de me referir ao problema do relacionamento no domínio desportivo, que do meu ponto de vista deve existir entre uma Câmara Municipal e as Associações ou os Clubes e as Instituições Desportivas do Concelho. E ela resume-se nisto:

Todo o apoio possível à formação, à ocupação dos tempos livres dos jovens, às Escolas, aos equipamentos, aos técnicos que se ocupam dessas classes juvenis, etc. Isto para mim é tanto mais verdade, quanto todos os entendidos são unânimes naquilo que se está a verificar, relativamente às questões que se levantam no futebol profissional. É que Portugal, não é um importador de talentos, mas um exportador de talentos. É isso que se está a verificar. Isto é: só é possível, com uma boa gestão - gestão rigorosa, parcimoniosa, séria, dos clubes desportivos, isto só é possível Portugal ou os Clubes Portugueses, manterem o nível competitivo aceitável em termos internacionais, se se apostar seriamente na formação desportiva.

E portanto, todos os apoios da autarquia relativamente aos clubes desportivos, apenas a título excepcional, devem ser canalizados, para o desporto profissional. Eu também não sou radical nisso. Ponto é, que os próprios profissionais e neste caso no Basquete isso parece-me muito claro, os profissionais devem aceitar a obrigação de dedicar os seus tempos livres à própria formação da Juventude. Serem eles próprios um exemplo, a serem vistos como exemplos de desportistas, pelos jovens.

Subscrevo também, as dúvidas que aqui foram postas quanto à limitação por parte da Câmara Municipal, na subscrição do capital, na parte que lhe compete ou se os clubes também subscrevem a sua quota parte do capital, através de subsídios previamente concebidos pela Câmara Municipal? Esta é uma questão que eu gostaria de ver respondida.

A segunda é: se esta modalidade de participação da Câmara Municipal, nas Sociedades Anónimas Desportivas, está prevista apenas para o Basquetebol ou se para outras modalidades?

Também estou de certa maneira de acordo com um pormenor, não menos importante, que foi focado pelo nosso colega desta Assembleia, o Sr. Salavessa, que não atribuo-o à partida, tanto importância, digamos, à projecção que o nome da Cidade e da Região (acho muito sugestivo o nome - Aveiro Basket. De facto é Aveiro). No entanto não me consta, melhor dizendo, que as transmissões do Basket Profissional tenham uma audiência por aí além na televisão. Tanto mais que como muito bem disse o Sr. Salavessa: “que agora, as transmissões desportivas aparecem repartidas e se calhar com um peso maior na TV codificada e paga na Sport TV, do que na RTP.”

Outra pergunta que eu gostaria de ver respondida, é se: a gestão de facto vai ser como o Sr. Presidente disse, portanto respondida, não! Mas repisada e sublinhada: se a gestão vai ser de facto rigorosa, qual o orçamento neste momento para a época corrente? Onde estão as receitas? São receitas de TV? De bilheteira? Qual o montante de despesas? Etc.

Isto é, resumindo e concluindo e querendo, digamos, colocar a minha posição que penso assumir: eu vejo por outro lado, é inegável, grandes expectativas e expectativas muito sérias da Câmara Municipal, nesta iniciativa. Vejo expectativas grandes também possivelmente nos adeptos do desporto e na própria comunidade Aveirense em todo este projecto. Ser-me-á portanto, difícil à partida, dizer desde já qual a posição que assumirei, sendo certo que não deixarei de ter na devida conta e de seriamente ponderar no meu voto, essas expectativas e esse desejo sério que a Câmara quer imprimir a esta acção e a esta iniciativa. Muito obrigado.”

Entretanto saiu da sala o Vogal Virgílio António Couceiro da Cruz Nogueira.

Vogal Rogério Madaíl:

“Muito obrigado. Eu tenho algumas reservas relativamente a esta participação da Câmara na SAD - Aveiro Esgueira Basket.

E tenho reservas porque, penso que a Câmara Municipal, não tem vocação para participar numa Sociedade deste tipo, nem sequer considero que tenha competências específicas, que nos garantam que possa gerir de uma forma mais eficiente um projecto deste género.

Não estou a pôr em causa a credibilidade, pelo contrário, mas estou a pôr em causa sim as competências específicas, para gerir um projecto que tenha auto sustentação. E sabemos que isto, em actividades profissionais, é preciso conhecer muito profundamente a forma como o desporto se realiza; onde é que vamos buscar os melhores profissionais e não vejo onde é que existe essa competência específica.

A outra questão que me faz levantar reservas, é o problema da rentabilidade ou melhor dizendo: o Custo/benefício, quer numa perspectiva desportiva e social, quer numa perspectiva financeira, quer numa perspectiva de promoção de Aveiro.

Numa perspectiva desportiva e social, eu penso que não será a melhor forma de promover o desporto em Aveiro; numa perspectiva financeira, o risco de a Câmara ter que ir assegurando a sobrevivência de uma Sociedade que ninguém garante a sua auto sustentação; pode ser gravosa, para a capacidade financeira da Câmara.

Numa perspectiva de promoção de Aveiro. Eu penso que essa promoção de Aveiro tem que ser feita através de uma política de turismo - que não tem existido! Essa política de turismo passa pela divulgação turística e por outras acções, que têm que ser desenvolvidas de uma

forma coordenada. E aí sim, aí é que poderemos realmente desenvolver e promover Aveiro, não só no nosso país, como também no estrangeiro, para captar turistas para a nossa zona. Também tenho algumas reservas, porque acho que a intervenção da Câmara pode ser considerada uma distorção no apoio às diferentes actividades, desportivas de primeiro plano do nosso Concelho: apoiar o Basket e mais tarde vai dizer-se, conforme já se falou aqui, porque não o futebol e porque não o Andebol e assim por diante. Uma outra reserva que eu tenho, relaciona-se com o risco que a participação da Câmara, seja uma forma de garantir a solvabilidade futura do projecto. Portanto, gostaria de pôr aqui uma questão: sabe o Sr. Presidente, qual a situação actual da Sociedade Aveiro Basket? Admitindo mesmo uma participação na Câmara de 24 mil contos, vem o Sr. Presidente dizer-nos que dos 24 mil, 19 mil são para a compra de acções e cinco mil para subscrição. Corrija-me se realmente estou enganado, mas a conclusão que eu tiro é que o dinheiro não vai para o clube mas vai para pagar acções de pessoas que lá têm dinheiro! De 24 mil contos, apenas cinco mil vão entrar no clube para criar fundo de maneiço; e o resto? Depreendo que seja para financiar prejuízos acumulados ou para financiar fundamentalmente os vendedores das acções. E fico-me por aqui. Muito obrigado.”

Vogal Manuel António Coimbra:

“Muito obrigado Sr. Presidente. É claro que uma Sociedade destas e quando pensamos na promoção do Basquetebol em Aveiro ou a promoção do desporto em Aveiro ou da Cidade de Aveiro, é claro que terei que estar em princípio de acordo. Agora, a maneira como o assunto está posto, é que tenho as minhas reservas. E vou explicar porquê. Eu vejo as actividades de desporto, profissional como um incentivo às camadas mais jovens para praticarem desporto e é assim que se tem passado, em Aveiro. É assim que o Basquetebol, também começou em Aveiro. O Basquetebol em Aveiro começa com alguns clubes a praticarem as suas modalidades, clubes que incentivam a sua prática e promovem a sua prática, quando é construído um Pavilhão. E eu lembro que, o Esgueira despontou para o Basquete, para a segunda divisão e depois primeira divisão, quando é construído o Pavilhão de Esgueira. O que quer dizer que o Pavilhão de Esgueira, foi o pólo dinamizador da prática do Basquetebol de qualidade. E com isso, arrastou toda uma população, todo um conjunto de camadas jovens, que começaram a praticar o Basquetebol e daí a excelência do Basquetebol em Esgueira. O Galitos, por sua vez, que nunca teve acesso a uma Pavilhão, atrasou-se nesta corrida de ter adeptos para o seu Basquetebol. De maneira que o Basquetebol do Galitos, apesar de bastante prestigiado há uns tempos atrás, permanece na segunda divisão. Isto quer dizer é que, há maneiras de incentivar os diversos clubes a atingirem diversos propósitos. Agora, estas dinâmicas, são dinâmicas da Sociedade Civil e nós temos que olhar muitas vezes para a sociedade civil e para a sociedade civil Aveirense em concreto, para nós percebermos como é que surge o desporto e como é que surgem estas rivalidades, muitas vezes saudáveis, nos próprios clubes. E o Basquetebol surge como uma modalidade de excelência em Aveiro, devido às rivalidades que sempre existiram nos diversos clubes da região de Aveiro. Agora, acho que se os clubes se querem juntar, muito bem! Vamos dar todo o apoio para que os clubes se juntem, mas ponto final! Só isso. Não podemos nunca, envolver-nos com os clubes, principalmente uma Câmara Municipal envolver-se com os clubes, com o risco de que já não são mais os clubes, já não é mais a rivalidade clubística e passou a ser a Câmara a gerir mais uma empresa, em que ninguém se identifica com ela. Porque os clubes só são importantes, enquanto há rivalidades. Enquanto os clubes vêm um

potencial adversário, num jogador da outra equipa, no adepto da outra equipa. E muitas destas rivalidades são rivalidades saudáveis. Eu vi muitos jogos de primeira divisão entre o Beira Mar e o Esgueira e o Beira Mar, com Pavilhões cheios. Eu não acredito que continuem a haver Pavilhões cheios, se não houver rivalidade. Não acredito sequer, que desenquadrando um clube da sua população de origem, as pessoas continuem a apoiar.

As pessoas do Esgueira, apoiam o Esgueira enquanto Esgueira, enquanto o jogo se disputar no Pavilhão do Esgueira. Não acredito que essas mesmas pessoas sintam a mesma motivação, para pegar num dia, num fim de semana, e virem para o Pavilhão do Galitos ou virem para o Pavilhão do Beira Mar ou irem para outro Pavilhão qualquer, com a mesma motivação. Não a têm! E por isso acho que a Câmara Municipal de Aveiro, ao entrar numa Sociedade, ao assumir esta Sociedade, aquilo que está a fazer - está a matar o Basquetebol em Aveiro, a nível profissional. Vai ter uma equipa de profissionais hoje, amanhã não a terá. Porque amanhã não tem clube nenhum, a apoiar. A não ser que seja a Câmara que continue a financiar os clubes. Porque é isso que a Câmara vai fazer.

A Câmara vai para além de ter os seus quarenta por cento, dar quinze por cento ao Beira Mar, para o Beira Mar dar à SAD, dar quinze por cento ao Galitos, para o Galitos dar à SAD e dar quinze por cento ao Esgueira, para o Esgueira dar à SAD. Então e não vai dar mais? É claro que vai ter de continuar a dar mais, porque vai ter que continuar a apoiar as actividades amadoras, ou seja, as classes mais jovens dos clubes. Ou seja, para além daquilo a Câmara vai ter que continuar a dar aquilo que sempre dá.

Acho que era preferível, que a Câmara dissesse assim, aos clubes: entendam-se! Ou então disputem essa rivalidade. E a Câmara só tem que apoiar aquele que oferecer melhores condições; aquele que mobilizar mais gente; aquele que projectar a Cidade mais longe. E mediante isso a Câmara tem que apoiar mais ou menos. Por isso, esse montante que a Câmara quer dar à SAD, dê-o aos clubes. Faça contratos, protocolos, faça o que quiser, mas dê-o de uma maneira concertada e justificada.

E esta minha posição em relação às Sociedades Anónimas, já vem de trás, já vem de há quatro anos. E ainda bem que lembraram a minha posição na Sociedade “Pluricanal”; porque o mesmo argumento que eu apresentei naquela altura, inserido na bancada do PSD e fazendo coro com a bancada do PS; nós na altura dizíamos que, as Câmaras Municipais não se deviam envolver em Sociedades Anónimas. Não é essa a função das Câmaras Municipais. É essa a função da sociedade civil. E a Câmara deve apoiar a sociedade civil, à sua maneira, não entrando no capital social dessas Sociedades.

Bom, mas é que a convocatória também nos induz de certa maneira em erro, porque nos fala que vamos aprovar uma Sociedade Desportiva chamada Aveiro Basket. Mas não vamos! Nós vamos apoiar ou vamos aprovar ou não a constituição de uma Sociedade Desportiva que se chama Aveiro e Esgueira Basket, ou seja, aquela ideia de “vamos projectar a imagem de Aveiro” ou do Esgueira. Por isso, talvez fosse preferível, porque o Esgueira está sempre presente e com toda a justiça. Que seja, vamos constituir uma Sociedade que é o Aveiro e Esgueira Basket. E vamos apoiar o Esgueira, porque eu acho que é artificial aquilo que nós queremos fazer, de inserir o Beira Mar e de inserir o Galitos, num projecto que o Beira Mar e o Galitos não têm nada, não se revêem, como nunca se reviram nestes anos. E o Galitos só se revê nesta Sociedade, porque o Sr. Presidente esteve lá na Assembleia Geral. Porque senão, eu acho, continuava a não se rever. A não ser que a Câmara diga assim: mas vocês não têm nada a perder!? Porque a Câmara paga tudo. Então isso aí qualquer um; está bem, então eu alinho, se não tenho nada a perder. E penso que é essa a posição do Galitos.

Por isso penso que seria muito mais justo, nós pensarmos assim: qual é o clube mais representativo de Aveiro, qual é o clube que pode projectar Aveiro e é esse clube que a Câmara deve apoiar.

Por isso, logo a partir da designação, estamos realmente a apoiar um único clube.

Em relação aos próprios estatutos. Diz o Sr. Presidente que, a Sede será uma “sede própria arranjada pela Câmara”. Mas não é o que diz os estatutos. Os estatutos falam mais uma vez, no Clube do Povo de Esgueira, como deve ser - a Sede é onde? É no Clube do Povo de Esgueira. Ah, mas mais tarde a Câmara vai arranjar uma Sede! Não interessa. A Sede é no Clube do Povo de Esgueira, está nos estatutos, tal como está no nome. Aliás e mais, não há qualquer referência nos estatutos à participação da Câmara Municipal de Aveiro. E por isso a SAD, pode continuar a existir, mesmo sem a Câmara Municipal de Aveiro. E está correcto, não é preciso a Câmara Municipal de Aveiro para nada!”

Reentrou na sala o Vogal Manuel Branco Pontes.

Presidente da Câmara:

“Dão-me licença, só para esta questão. Agradeço-lhe Sr. Presidente e agradeço-lhe Sr. Deputado Manuel Coimbra, porque de facto estava a labutar num erro e a culpa minha. Porque de facto, na exposição inicial eu não disse tudo - se calhar devia ter dito isso, mas havia muitos pontos a focar. De facto os estatutos que está a ler, são os estatutos da SAD actual, da SAD Esgueira Basket. É evidente, que se esta Assembleia Municipal aprovar a adesão da Câmara e do Galitos, à Sociedade Aveiro Basket, está já prevista alteração dos estatutos, da designação, e do local dos jogos obviamente. A redacção que tem aí, é a única que existe, porque é a única que podia existir.

Mas evidentemente, que assim que se verificar o acordo político em relação a esta adesão, os estatutos serão revistos.

Tive vontade de o interromper para que não insisti-se nesse aspecto. Muito obrigado.”

Vogal Manuel António Coimbra:

“Agradeço-lhe. Então aí a minha intervenção dirige-se à Mesa, que é: a que propósito é que nos distribuíram estes estatutos? Porque estes estatutos então não servem para mais do que uma mera informação sobre o passado. Mas isso não é dito! E isso era muito importante, porque todo o juízo ou grande parte do juízo de valor, no que diz respeito à constituição da nova SAD, foi feita a partir destes estatutos que estão aqui.

Bom, já agora eu pedia uma informação rápida: era se a nova designação passa a ser “Aveiro Basket” e não “Aveiro Esgueira Basket”?

Presidente da Câmara:

“Exactamente.”

Vogal Manuel António Coimbra:

“Então uma pergunta que poderá responder-me depois, diz respeito a se o lugar na Liga, é o lugar do Esgueira? Será que não havendo o nome do Esgueira, no nome da nova Sociedade, a nova Sociedade poderá ocupar o lugar do Esgueira?”

É uma pergunta que fica, não tem que responder agora. De maneira que eu poderia continuar só para rematar então a minha intervenção.

Já expliquei as razões económicas, as razões sociais penso que também não levam a que seja criada uma Sociedade como aquela que estamos aqui a tratar e se estamos a pensar em

promoção na televisão, não é com o Basquetebol, é com o futebol! Mas eu não tenho dúvidas nenhuma, se nós estivermos a pensar em minutos de televisão, em minutos de publicidade, então vamos é arranjar uma equipa para disputar o Campeonato Nacional da Primeira Divisão, mas pelos primeiros lugares e não para os últimos. Aí sim, aí tínhamos os minutos todos da televisão e não com o Basquetebol. Nunca com o Basquetebol!

Se nós pensarmos de outra maneira e dissermos assim: nós queremos promover Aveiro, através de modalidades em que Aveiro esteja bem colocado; digo-lhe Sr. Presidente, há outras modalidades que ainda não foram aqui focadas, em que se calhar com dez ou vinte por cento deste montante, Aveiro podia ter uma representação condigna nos jogos olímpicos que aí se aproximam. Digo-lhe isso.

Digo-lhe que com o montante, que nós temos aqui se a Câmara Municipal de Aveiro estivesse por ventura interessada em levar atletas Aveirenses em modalidades, em que em Aveiro já há projecção aos jogos olímpicos, este montante era suficiente para nós termos uma representação nos próximos jogos olímpicos ou daqui a seis anos. Digo-lhe isto e se quiser eu posso dizer nomes. E com isto terminava por agora. Muito obrigado.”

Entretanto saíram da sala os Vogais Fernando Vieira Ferreira e José Augusto Fernandes Júnior.

Vogal Virgínia da Silva Veiga:

“Nós estamos hoje aqui a discutir, é uma coisa que devo dizer, com aquela sinceridade que sempre me caracteriza e que nem todas as vezes é bem recebida, é uma coisa completamente nova. O que estamos a discutir hoje, tem uma filosofia completamente diferente dos assuntos todos que nos foram trazidos.

Não tem haver (para responder ao Sr. Prof. Britaldo Rodrigues), o objecto e o objectivo não são os mesmos, e eu nunca pus a questão do lucro, mas ela também não se põe aqui, salvo devido respeito, relativamente à “Pluricanal”; o assunto era mais profundo. Houve aqui um Sr. Deputado que fez aqui a delicadeza de lembrar as minhas palavras exactas na altura: eu fiz questão de dizer, que não considerava que a Câmara Municipal, devesse entrar em Sociedades daquela natureza e mantenho. Esta natureza é completamente diferente também.

Eu adivinho, não sei porquê, mas epidermicamente, que eu e ali o Sr. Prof. Dr. Henrique Diz, que temos até uma posição muito similar sobre regionalização, mas não vamos agora estar a protagonizar um SIM e um NÃO. Eu estou a favor de SIM! E vou dizer porquê:

Primeiro custou-me como disse, perceber que estamos perante uma questão inteiramente nova e a perceber uma coisa de que falou e muito bem, o Sr. Deputado Nuno Tavares. A coisa tem haver, com outras questões que foram aqui levantadas por mim até nas intervenções anteriores, quando falei do eventual protagonismo ou falta dele ou do lugar exacto da Assembleia Municipal; e que tem haver com o seguinte: já aqui disse mais que uma vez que, sem prescindir, para que se perceba que existe a Assembleia Municipal com os respectivos poderes, que não podem ser troncados, nem sempre a tal voz de comando de que se falava na última reunião, pode deixar de nos merecer a credibilidade da sua própria actuação.

Como disse o Dr. Nuno Tavares: “nota-se, sem dúvida, uma especial expectativa e um especial empenho do Sr. Presidente da Câmara, nesta difícil proposta, que a Câmara Municipal trouxe a esta Assembleia”. Nessas circunstâncias, é bom que as pessoas se perguntem porquê?

Mas a resposta já aqui foi dada. Em reuniões anteriores, falou-se muito claramente nisto: nós não vamos ter aqui em Aveiro, não podemos ter essa expectativa de ter um Pavilhão Multi-usos, semelhante ao que existia na Expo 98, não podemos ter essa expectativa! Mas o

Presidente da Câmara disse aqui que a tinha muito próxima e precisa de apoios para isso. E disse também, faço recordar - fazendo fé nas palavras dele: “que este era um passo importante nesse sentido”, não explicou muito mais, eu não lhe vou pedir que explique, se alguém quiser que o faça.

Eu pegaria agora, noutras coisas que aqui foram ditas, designadamente pelo Sr. Prof. António Coimbra, por causa do seguinte: Basket, nunca! Futebol, sim! Com toda a real franqueza e eu tenho imensa pena, de o Sr. Deputado Capão Filipe, embora perceba porquê não está nesta bancada, para o ver daquele lado defender o meu Basket da mesma maneira que eu defendi o futebol dele (não me ouve e não me dá importância nenhuma, mas ..., enfim). Bem, todas as situações sejam desta natureza, já não é mau.

Mas para ser breve, a questão que se põe é esta: já se falou aqui do apoio que a Câmara Municipal, tenciona dar ao Andebol; já se viu o que aconteceu com o Kayak Pólo e por essa via, no apoio indirecto também, que é dado a um desporto como a Natação. Sabemos e foi falado e ainda hoje foi notícia, o que está a ser feito pelo Remo. Eu peço imensa desculpa, foi também aqui dado apoio e nunca negado ao Futebol Profissional, eu não vejo porque não o Basket! E já agora permitam-me, pessoalissimamente, não vejo por isto: recordo como se fosse hoje, isso já não tem haver com questões, digamos assim, Municipais estritas, vir do então Colégio de Estarreja, assistir a jogos de Basket em Aveiro. E o Basket tem uma particularidade engraçada, porque por qualquer razão, que admitirão que falo de cátedra, é extremamente atractivo para assistências femininas. O que não acontece, como também sabem, em desportos como o futebol. Essa também seria uma razão mais, para eu achar que a Câmara Municipal deve, nos termos em que aliás o está a fazer, defender o Basket Profissional, porque ele como muito bem aqui foi dito, é, como todo o desporto profissional, factor indutor de apoio indirecto ao desporto amador.

Gostaria finalmente de dizer o seguinte: em síntese das intervenções anteriores de todos os Srs. Deputados Municipais, eu não vi que houvesse qualquer certeza, contra a eventual não aprovação deste projecto, desta proposta - peço desculpa, que é um projecto. Vi dúvidas! Muitas delas, muito legítimas devo dizer, e que penso, para as quais penso, que o Sr. Presidente da Câmara, terá em nome do seu Executivo que votou esta proposta, respostas.

Vi algumas dúvidas, algumas delas penso que sem sentido, como - peço desculpa, Sr. Deputado Dr. Rogério Madaíl: não penso que a questão deve ser posta em termos tão estritamente economicistas, como lhe fugiu. Penso que não é de forma alguma a sua alma e penso, finalmente o seguinte: nesta circunstância de dúvida, numa certeza de que realmente deve ser apoiado o Basket, tal como é o futebol e tal como vem sendo o caminho para o apoio ao Andebol, ao Kayak Pólo, à Natação, ao Remo e a outros desportos, penso que nesta situação de dúvida manifestada por alguns Srs. Deputados, penso que nós deveríamos dar esse benefício à Câmara Municipal.

E para quem me venha dizer, que isso tem acontecido até agora - tem sido dado o benefício da dúvida; eu peço desculpa, mas não tem. Tem sido dado o benefício da certeza.

Os Srs. Deputados têm apoiado, todas as grandes propostas que aqui foram trazidas, porque têm a certeza absoluta do seu êxito e da sua popularidade e politicamente não se atreveram a votar contra. E eu pergunto: se, e trata-se sem dúvida de um caso de pessoal empenho do Sr. Presidente da Câmara, se a Sociedade Aveiro Basket, vier a ter o êxito que ele pensa, que vai conseguir que ela tenha, se vier a ter, se não tiver sido dado o benefício da dúvida, eu gostaria de saber depois (e cá estarei para ver), qual será o resultado da minha certeza?”

Vogal Manuel António Coimbra:

“Sr. Presidente, só para clarificar. Muito obrigado. Eu vou ser muito rápido.

É só que a Dr. Virgínia Veiga, se calhar não ouviu a primeira parte da minha intervenção; em que eu fiz a apologia também do Basquetebol em Aveiro.

Agora a última parte e a parte que a Dr. Virgínia Veiga ouviu, em que eu fiz a apologia do futebol, eu estava-me a referir: à projecção de Aveiro na televisão. É que a projecção de Aveiro na televisão, tem de ser feita, é pelo futebol. Porque é só o futebol, que tem tempo de antena, não é o Basquetebol que tem tempo de antena. Era só neste sentido.

Eu acho muito bem que se apoie o Basquetebol, agora neste sentido de projecção na televisão, é só o futebol, não é mais nada.

E já agora, só clarificar um outro ponto, que diz respeito aos dois jogadores que neste momento o Badminton Clube de Aveiro tem, que são a base da Selecção Nacional de Juniores. Há dois jogadores que são a base da Selecção Nacional de Juniores. Penso que dez por cento ou vinte por cento deste apoio era suficiente para os termos no jogos olímpicos. Era isto.”

Vogal Pedro Pires da Rosa:

“Obrigadissimo Sr. Presidente.

É sem dúvida alguma, a meu ver, altamente incentivador para o desenvolvimento de qualquer modalidade, o seu sucesso no escalão Sénior e Profissional.

Contudo, Sr. Presidente da Câmara, permita-me que se lhe dirija, com tudo o que verdadeiramente me preocupa e que me parece relevante para esta discussão, que são as verbas que a Câmara Municipal dispõe, para o apoio aos escalões jovens, consequentemente amadores e que não raras vezes são desviadas para o escalão profissional. E isto preocupa-me neste sentido, em que proponho que a Câmara, para salvaguarda deste tipo de situações, descubra um sistema que permita, que o apoio aos clubes se faça por cabeça, ou seja, X dinheiro para cada atleta. Um clube como o do Beira Mar tem, 100 atletas recebe X vezes 100 e que portanto assim, se faça a salvaguarda das modalidades amadoras. No entanto e porque esta questão tem um foro diferente, entendo que a verba despendida pela Câmara Municipal neste tipo de operação, não é suficientemente relevante, em contraponto com as vantagens que Aveiro poderá vir a obter, quer a nível desportivo, quer essencialmente em termos publicitários da própria imagem de marca do nosso Concelho.

Contra balançando a nova realidade do desporto profissional, e baseado nas declarações de sua excelência o Sr. Presidente da Câmara, quanto à situação financeira da Sociedade Desportiva, eu vou votar favoravelmente. Noto contudo, que a cada caso, o seu caso.”

Vogal Henrique Diz:

“Sr. Presidente, eu devo começar por esclarecer que sou adepto do Esgueira, sou sócio do Esgueira e pago as quotas, contrariamente a outros sítios onde não as paguei. E portanto, estou aqui, não sei se em alguma situação de incompatibilidade, mas eu espero que ali o nosso colega... ele acabou de confirmar que não estava.

E devo também esclarecer, desde já, para quem tem andado um pouco arredo destas coisas, antes delas serem tão mediáticas; que o Esgueira é um clube; o Clube do Povo de Esgueira, é um clube que tem uma larga tradição no Basquetebol, que vem de há muitos anos, não vem apenas da altura em que foi feito o Pavilhão, vem de muito antes disso: vem da altura em que havia ali um campo, naquele monte onde está hoje o Pavilhão e onde se assistia ao Basquete (eu tenho conhecimento directo, não porque eu me envolvesse, porque não me envolvo nessas coisas). Mas no entanto, gostaria de ir ao âmago da questão e lembrar aqui, que as questões de princípio, devem sobrepor-se, aliás de acordo com pessoas que estão acima de qualquer suspeita, mesmo quando alguém neste momento já lhe chama fascista, porque adoptaram

posições diferentes das deles, devem sobrepor-se às questões de Marketing Político. Essa é uma questão muito importante.

E ainda então em questões de princípio, falemos por exemplo das questões dos lucros. Eu ouvi há pouco, falar aqui - lucros! Ouvi falar aqui em Deputados, que se opuseram à participação da Câmara Municipal em Sociedades que visavam o lucro. A menos que os novos estatutos da Sociedade Aveiro Basket, retirem o que diz o artigo 10, que tem como título «lucros distribuídos» e aquilo que diz no artigo 26, que tem como título «aplicação de lucros» é indiscutível que a Sociedade Aveiro Basket, será uma Sociedade com fins lucrativos; primeiro ponto.

Portanto, por uma questão de coerência, as pessoas que anteriormente falavam da impossibilidade da Câmara, participar em Sociedades que visam fins lucrativos, deveriam manter a mesma posição, em vez de invocarem outros argumentos, muito na moda agora, nomeadamente da projecção de Aveiro. Já lá vamos à projecção de Aveiro!

Já agora, eu ... enfim, estou a basear-me em Estatutos antigos. Lamento imenso, que para uma decisão desta importância, não tenham vindo um projecto de Estatutos novos, porque a essa altura seria criticado. Mas os Estatutos antigos falam em direito de veto, no artigo 14, n.º 5 e no artigo 19, n.º 3 - direito de veto dos clubes, que participaram no início da Sociedade. Isto para nos reportarmos apenas às questões concretas que aqui estão e não questões de princípio.

Já agora eu recordo ainda, que um dos argumentos também invocado anteriormente no que dizia respeito há outra votação era o de que a Sociedade, não ofereceria, digamos, tranquilidade sob ponto de vista de apoios financeiros e, portanto, poderia para resolver os seus problemas de passivo recorrer permanentemente à Câmara.

Bem, meus Srs. eu ainda estou para ver em Portugal, essas Sociedades Anónimas Desportivas, que dão lucro e que não recorrem aos passivos da Câmara. O objectivo é o lucro de facto, mas eu estou a ver quem é que não tem passivos e quem é que não recorre a diversas fontes.

Mas agora, a questão seguinte que tem que colocar é: se a Câmara for autorizada a participar nesta SAD, a SAD Aveiro Basket, qual é o argumento, com 40%, quarenta que não são bem quarenta, ou parecem não ser bem quarenta, deixem-me corrigir a minha afirmação, acho que se aproximam de valores um pouco mais elevados. Qual é o argumento, que a Câmara Municipal vai utilizar, se um dos outros clubes de Aveiro, de outras modalidades, resolver constituir uma Sociedade Anónima Desportiva e vier solicitar à Câmara a participação no capital social? Nomeadamente, vamos só como exemplo - eu não tenho procuração de ninguém; se o Galitos viesse dizer que ia constituir uma Sociedade Anónima Desportiva para o Remo, porque da maneira como o desporto vai neste momento, nada nos indica que não virá a haver cada vez mais profissionalização em qualquer dos desportos que nós temos, continuemos a chamar-lhes desportos para não lhe chamar actividades económicas desportivas, que seria um termo certamente mais correcto. Que o S. Bernardo, não apareça aí, a pedir-nos alguma coisa para o Andebol e em qualquer dos casos, teremos sempre a história para invocar: a grande tradição e o grande sucesso, que qualquer destes clubes tiveram nestas modalidades. E portanto, não sei que argumento, poderá a Câmara vir a invocar, para não participar nessas Sociedades. Ou se o Beira Mar decidir constituir a sua Sociedade Anónima Desportiva para o futebol e vier à Câmara, pedir também, 40 % de participação dessa Sociedade. Poder-me-ão dizer que estamos a falar de verbas distintas - estamos, garantidamente! Os princípios é que preocupam.

De facto a lei prevê, que as autarquias possam participar se assim o decidirem nas Sociedades Anónimas Desportivas. Eu diria, infelizmente prevê!

Porque embora a lei exista e a gente tenha que a cumprir, nada me obriga a estar de acordo, com ela, cumpro-a naquilo em que tenho que o fazer, mas não tenho que estar de acordo. A lei prevê, mas não obriga. A lei não obriga nenhuma autarquia a participar nas Sociedades Anónimas Desportivas. Permite, participar. É uma coisa completamente distinta.

Por outro lado o Sr. Presidente, disse-nos aqui que a Sociedade Aveiro Basket, tem uma despesa de 5 mil e 500 contos mensais, não nos mencionou receitas. Possivelmente as pessoas que actualmente gerem Aveiro Esgueira Basket, não o terão informado dessa matéria. Porque se a Sociedade Anónima Desportiva de que nós estamos a falar, é tão atractiva, se não nos vai dar problemas, se nós não vamos ser obrigados a reforçar o capital social, para acorrer a situações de aflição. Se não vamos ser obrigados a financiar as despesas correntes com suprimentos, Sr. Presidente, explique-me por favor, porque razão é que não foi possível até hoje, que os diversos clubes entrassem com a verba com que já deviam ter entrado, a cumprir-se os Estatutos que aqui estão. E porque razão, não foi possível até hoje, até irem investidores privados participarem nesta Sociedade Anónima Desportiva, quando pelo contrário até ao que parece, pelas próprias palavras do Sr. Presidente se pode tirar, alguns desses investidores se preparam para desinvestir?

Sr. Presidente, eu tenho a noção clara, de que uma boa actividade desportiva, profissional, tem um grande impacto junto das camadas jovens. Se o Sr. Presidente, quiser saber um dos motivos, com o qual o Basquete ganhou tanto entusiasmo em Portugal, certamente não andará longe da passagem dos jogos da NBA na televisão. Não tenho dúvidas sobre isso. Mas o que eu pergunto, é se a maneira de nós fomentarmos o desporto entre os jovens, através da utilização das estrelas, consiste em contratarmos o “Figo”, para a equipa do Beira Mar, ou se consiste em falar com os profissionais e com os clubes e garantir que os profissionais desses clubes participam em actividades desportivas para jovens, nos intervalos da sua actividade profissional. O que eu pergunto Sr. Presidente, é se a maneira de garantir que vamos ter jovens a praticar desporto, não é criar condições para que eles o pratiquem, dando-lhe locais onde eles o possam praticar, em vez de entregarmos concessões a clubes que não deixem que eles lá entrem livremente.

O que eu pergunto Sr. Presidente, é se nós devemos contribuir para o desporto profissional de forma que não podemos controlar, com 40% da Sociedade o Sr. Presidente não controla, ou se nós devemos fazer, estipular objectivos, para o desporto juvenil, para o desporto infantil e negociar esses objectivos com os diversos clubes que existem, ou com as SAD que existem. De forma que nós possamos financiar, os objectivos que nós nos propomos, em vez de estarmos a financiar uma actividade, cujo fim nós não conhecemos.

O Sr. Presidente fala muito da projecção de Aveiro e entende por isso, que 24 mil contos num ano, é pouco em termos do retorno publicitário que nos traz a Aveiro. Sr. Presidente, eu devo dizer-lhe, que o retorno publicitário que as equipas de Basket de Aveiro, trouxeram a Aveiro, não foi feito nesta base, os tempos mudaram, é verdade. Mas também não é menos verdade, que o prestígio de Aveiro, não se constrói apenas com base em equipas de Basket ou de Futebol ou de Remo, mas constrói-se também com base na capacidade das empresas que aqui empregam as pessoas. E eu portanto tenho que perguntar ao Sr. Presidente: que se o Sr. Presidente entende que para defender uma empresa, que esteja em má situação de tesouraria e que tenha prestígio no país, como há em Aveiro, se o Sr. Presidente entende, que essa empresa que gera trabalho, que contribui para o prestígio de Aveiro, deve ter também a participação no capital social da Câmara Municipal de Aveiro? Muito obrigado.”

Vogal Diogo Soares Machado:

“Muito obrigado Sr. Presidente.

Há alturas aqui nesta Assembleia, que eu chego às vezes a ter pena de não ser Madeirense. E gostava; em assuntos às vezes delicados como este é, de ser Madeirense. E porque é que eu gostava de ser Madeirense, em assuntos como este?

Porque eu acho que com a insularidade, o que aquela gente conseguiu, critique-se ou não o seu líder, critique-se ou não a sua postura, critique-se ou não o apoio maioritário que as pessoas dão àquele homem. A insularidade, permitiu ao longo destes anos - e eu não vou falar de regiões, estou só a falar em insularidade, permitiu ao longo destes anos, que aquela gente desenvolvesse em si própria, um carinho, um amor, uma defesa intransigente daquilo que são os interesses, que eles próprios definem e sufragam. E o que é que eu vejo hoje em dia: que em Aveiro, neste preciso momento, olhando para o global do país ou fazendo um alargamento a uma macro-escala, eu vejo, que as grandes metrópoles, se é que podemos chamar isso às nossas maiores cidades, se preparam para investir ou investem já milhões de contos - notem bem, milhões de contos, nomeadamente nos seus clubes desportivos.

Se não analisarmos as metrópoles, vamos às ilhas, por exemplo na Madeira nós vimos aquela gente, à custa dos seus impostos e dos nossos, consegue investir ou reclamar ou exigir, cada vez que o Dr. Alberto João dá um espirro, milhares, centenas de milhares de contos, para os seus clubes desportivos. Quanto mais não seja, para os seus clubes desportivos, para já não irmos a questões políticas de fundo, são milhares, centenas de milhares, milhões. E eu que sou Aveirense, eu que acima de tudo e perdoem-me o lirismo, amo a minha terra, estou aqui à uma e meia da manhã, penso eu, a regatear, estamos a ver-nos regatear 24 mil contos, há primeira Sociedade Anónima Desportiva do nosso Concelho. Com motivos válidos alguns deles, válidos sem dúvida, não retiro de cima da mesa grande parte das questões, directas e objectivas, que nomeadamente por um elemento da nossa bancada e por alguns elementos da bancada do PSD, foram aqui levantadas. Não retiro. Essas questões têm mérito e penso que a Câmara Municipal, para ver o seu projecto, ou este ponto da ordem de trabalhos, já que não lhe querem chamar um projecto do futuro, aprovado, tem obrigatoriamente que as esclarecer. Mas, mais: até estou convicto, que a maior parte deles, poderão ser satisfatoriamente esclarecidos; mas desde já uma pequena análise circunstancial. Eu estou habituado a olhar para aquela bancada à minha frente; não para o agrupamento singular, mais para a bancada à minha frente, e vê-la compostinha. São catorze, normalmente costumo contar doze ali sentados, hoje estão três. Louve-se-lhes a resistência, gabe-se-lhes o feitio, provavelmente outros tiveram que sair por motivos inadiáveis, mas há uma coisa que eu gostava de dizer aqui claramente: a Câmara Municipal atirou para cima da Mesa, embrulhada nesta ordem de trabalhos, uma proposta de adesão à Sociedade Aveiro Basket. Ou melhor, a criação da Sociedade Aveiro Basket, porque é disso que está aqui realmente a tratar-se. Porque a Sociedade Aveiro Esgueira Basket, morre, a partir de hoje, se este assunto for aprovado, espero eu.

E há uma coisa engraçada, quem faz esta proposta é um Executivo socialista, capitaneado por um independente, mas o Executivo socialista, com princípios políticos socialistas, alguns, de vez em quando, porque os monárquicos ainda se conseguiram implantar, se calhar. Atrever-me-ia a dizer.

Mas é um Executivo socialista que atira esta proposta para cima da mesa. E é a bancada do Partido Socialista, que debanda. Debanda ou sai. Deixando-se entregue, à não menos brilhante, justiça seja feita, liderança da Dr.^a Virgínia Veiga, mas perdoe-me a desconsideração, não entenda como tal, gostava de ver mais gente do seu partido sentados nessa bancada. E mais, eu gostava de ver o Partido Socialista a atravessar-se, na criação do

Aveiro Basket, mas a atravessar-se com a cara de sempre, com todos. E gostava porquê? Porque eu não quero, que seja o meu Partido, de maneira nenhuma sozinho, em circunstância alguma a aprovar uma proposta do Executivo socialista. Não gostava, nem proporei ao meu Partido, que alguma vez aprove qualquer proposta, que não tenha do Executivo Socialista, o claro atravessanço da bancada do Partido Socialista na Assembleia. Eu sei porque é que digo isto e os senhores também sabem. Quanto a este assunto ficava por aqui.

Entrava claramente naquilo que de substância, creio este assunto ter. Quanto a Aveiro Basket em si, ao longo desta discussão, eu apanhei três pontos, todos acabados em ão, que achei interessantes: sistematização - penso que Aveiro Basket permitirá e não há ninguém nesta sala que possa dizer o contrário; permitirá uma mais efectiva sistematização do Basket profissional em Aveiro. Este é um dado quanto a mim claro. Profissionalização da Gestão, creio que Aveiro Basket, tal e qual aqui nos foi apresentada, poderá permitir, uma efectiva profissionalização da gestão. Em que moldes Sr. Presidente da Câmara? Também aqui não foi referido e devia ter sido se calhar. Será que vai haver um Secretário Técnico? Será que vai haver um técnico de Marketing? Eu sei que o Sr. sabe; e sei também que o Sr. sabe, que nós sabemos, que o Sr. sabe - percebem? Entenderam, não entenderam? É evidente, que se sabe pela Cidade, que está prevista a criação de um lugar de Secretário Técnico. É prevista também, a criação do lugar de um Técnico Especializado em Marketing.

O Sr. Presidente da Câmara, poderia ter alegado isso aqui, perfeitamente. Eram argumentos a favor da Sociedade Aveiro Basket. Eram argumentos a favor, porque é evidente para mim, que para se profissionalizar qualquer gestão, tem que se quantificar, quanto é que vai custar essa profissionalização. E dizendo-se aqui, que vai haver um cargo de Secretário Técnico e um cargo de Técnico de Marketing, todos nós ficaríamos a ver, que se calhar a estrutura profissional da gestão da Sociedade não é tão pesada como alguns fantasmas podem fazer querer.

O último argumento favorável a este processo, quanto a mim, é claramente uma forte potencialização daquilo que eu gostaria de chamar a identificação do desporto - neste caso do Basket, com a localidade. Uma clara identificação; e eu acho que isso não tem preço.

São os três fortes argumentos, que eu entendo que são para mim, na minha opinião pessoal e felizmente que estou num Partido Liberal, conservador - mas liberal - na minha opinião pessoal, são três fortes argumentos, a favor da criação do Aveiro Basket. E note que eu não estou aqui a falar de adesão. Será a adesão que eu vou votar. Mas eu sistematicamente falei, na criação do Aveiro Basket. E este era o quarto ponto.

Penso que até em termos de honestidade intelectual, para com esta Câmara, não ficaria mal ao Executivo da Câmara Municipal, vir aqui dizer: meus Srs. o Aveiro Esgueira Basket acabou, o que nós propomos, é comprando, criar o Aveiro Basket.

E eu penso Sr. Presidente da Câmara, desminta-me se estiver enganado, que essa terá sido a sua ideia, esse terá sido o seu objectivo, quando inicialmente propôs isto a esta câmara ou aquela. Mas também penso Sr. Presidente da Câmara e desculpar-me-á a crítica, que a sua apresentação do problema ou do projecto, pecou por não ter entrado por ai. Pecou, porque se tivesse feito Sr. Presidente da Câmara, talvez algumas das intervenções, que aqui foram produzidas, não tivessem já razão de ser a seguir à sua.

Permita-me que lhe faça esta sugestão, para quando se Deus quiser, eu detesto Basket, deixem-me dizer isto: Eu detesto Basket! Palavra de honra, eu detesto Basket. Eu sou um fã incondicional do Andebol, joguei Andebol quinze anos e permita-me Sr. Presidente que lhe diga, que espero sinceramente que esta Assembleia vote favoravelmente este ponto da ordem de trabalhos, para que o meu desporto favorito, no que sou acompanhado por alguns

membros do Executivo da Câmara possa, ao contrário do que aqui tem sido referido, para que, por exemplo, o Andebol possa ter uma SAD sim senhor. Eu não sou miserabilista, meus senhores! 24 mil no Basket, sim senhor! Que sejam 24 mil para o Andebol, sim senhor! Que seja o que for preciso para o futebol, sim senhor! Agora vamos parar aqui e vamos às contrapartidas, que eu entendo necessárias para que este projecto possa ser aprovado e são também muito simples e muito directas: primeira, que saia hoje daqui, um claro compromisso do Sr. Presidente da Câmara, em abrir as portas e promover ele próprio as reuniões com os clubes visados, na criação do Aveiro Basket, para a renegociação dos contratos programa, com esses mesmos clubes. E isto é que eu penso que é sério dizer-se nesta altura. Porque a partir do momento em que o Sr. aprovar, ou fizer aprovar o Aveiro Basket, o Sr. tem obrigatoriamente de se comprometer aqui connosco e disso dependerá o nosso sentido de voto - digo-lhe desde já. Para abrir as portas, promover o Sr. as reuniões necessárias com os clubes, para que as renegociações dos contratos programa, hoje obsoletos, se Aveiro Basket for criada, sejam realmente revistos. Tem que ser! O Esgueira vai deixar e perdoem-me particularizar, o Esgueira vai deixar de ter que ter mil e quinhentos contos todos os meses. Vai deixar. E o Sr. Tem que vir aqui, dizer-nos isso. Deixou de ter mil e quinhentos contos todos os meses.

O Galitos, que eu até sei que é um clube da sua eleição Sr. Presidente, tem que ter mais se calhar do que os novecentos contos por mês - 200 para o Basket, é uma vergonha! Porque o Galitos ao contrário do que aqui foi dito, tem duas equipas na primeira divisão, só não tem equipas profissionais, Dr. Manuel António. Só não tem equipas na Liga, mas tem duas equipas na primeira divisão e para duas equipas na primeira divisão, duzentos contos por mês é pouco.

O Beira Mar por seu turno tem que ter mais que os oitocentos contos por mês e o Sr. sabe disso muito bem. Aquilo que eu lhe proponho, é que o Sr. assuma aqui perante nós, o compromisso, de que vai efectivamente rever os contratos programa e obrigar os clubes a aceitarem essa revisão, nomeadamente o Esgueira.

Em segundo lugar, falou-se aqui em gestão clara, límpida e transparente, aliás este é um dos argumentos, que o Sr. Presidente da Câmara aduz, na reunião de Câmara, para a apresentação desta proposta. Sim senhor, Sr. Presidente! É triste que este seja um argumento obrigatório de aduzir, nesta circunstância. Porque é se calhar indiciador, do estado a que a outra chegou, pela actuação de algumas pessoas que todos nós sabemos quem são.

É preciso Sr. Presidente da Câmara, mais do que palavras. Uma gestão clara, límpida e transparente, talvez promovida pela participação da Câmara Municipal de Aveiro, nesta Sociedade, tem que ser ela própria um objecto de compromisso da sua parte Sr. Presidente e é um desafio que lhe lanço.

Para que em Janeiro, três meses decorrentes depois da aprovação ou não - espero que sim, da criação de Aveiro Basket, que em Janeiro o Sr. Presidente da Câmara, na reunião ordinária de Janeiro; e é um compromisso que tem que o deixar muito claro aqui comigo, perante nós também, apresente (porque são três meses) o primeiro Balancete trimestral da actuação financeira do Aveiro Basket, para que nós Deputados Municipais, não nos sintamos agora, se votarmos favoravelmente ou se viabilizarmos esta proposta, a passar um cheque em branco, para os tais suprimentos, para os tais aumentos de capital.

Em último lugar, Sr. Presidente, eu gostava que este seu projecto, porque é um projecto seu, que foi candidato independente, pelo Partido Socialista à Câmara de Aveiro; este é claramente um projecto seu, mas um projecto seu que nem consta do seu programa eleitoral. Portanto é um projecto seu e eu sou daqueles que no meu Partido, perfilhava já há altura com o Eng.º Belmiro Couto, entre outros, talvez a criação de algo como isto - eu gostava que

o Sr. Presidente aqui assumisse, que este projecto seu, é um projecto com futuro e que assim que esse futuro, se por ventura ou por azar, estiver a comprometer-se, o Sr. Presidente virá a esta câmara, dizer-nos: meus senhores, o meu projecto falhou, o Aveiro Basket falhou, nós temos que sair. A resposta a estas três condições, juntamente com outras que pode parecer perfeitamente, os senhores riem-se mas são três compromissos muito simples de assumir. E mais: atrever-me-ia ainda a dizer, que são três compromissos muito simples de assumir e muito simples de concretizar. Assim o Executivo municipal tenha vontade de o fazer.

Junto outro desafio, este não pode ser um objecto de compromisso claro, porque é mais alongado no tempo. Nós ouvimos ontem aqui por parte do meu colega de bancada e ilustre Presidente de Junta, o Sr. Joaquim Abreu, um rol de ZEROS! Eu não quero mais ouvir, como ouvi já hoje, vindo de elementos da minha bancada e ilustres Presidentes de Junta, que o investimento, mais uma vez, está a ser produzido para a Cidade. Este investimento, é um investimento para a notoriedade do Concelho, mas não se pode mais exigir a estes senhores que são Presidentes de Junta, que digam aos seus conterrâneos: - olha! Só podemos pagar metade daquilo que ficou protocolado com o médico, porque este mês a Câmara teve que gastar vinte e quatro mil contos no Aveiro Basket.

O que eu quero de si, Sr. Presidente, o que eu quero e talvez em nome dos Presidentes de Junta, que integram a minha bancada, é que o senhor se comprometa, efectivamente a realizar com todos eles uma reunião mensal, para auscultar as suas necessidades, as suas reclamações, aquilo que lhes faz falta para aumentar a qualidade de vida nas suas freguesias. Quatro compromissos muito simples, quatro respostas que pela positiva, podem realmente beneficiar-nos. Muito obrigado.”

Entretanto saiu da sala o Vogal António Manuel Gonçalves Pinho Vinagre.

Presidente da Câmara:

“Sr. Presidente, Srs. Membros da Assembleia. Havia um célebre jogador de Basquete que dizia, que o Basquete tinha uma magia extraordinária e não deixa de ser muito agradável, constatar que em Aveiro essa magia tem uma força enorme.

Mas eu de facto, gostava de dizer o seguinte: em relação a intervenções, com muita valia que foram aqui feitas esta noite e em que acentuaram algumas reservas relativamente a todo este processo. E em relação às Sociedades Desportivas, eu gostava de frisar o seguinte: a discussão e as dúvidas em relação à mistura, à aplicação de dinheiros públicos nas Sociedades Desportivas, é uma discussão que já foi feita em sede própria, na Assembleia da República. E portanto, em relação a isso podemos estar de acordo ou não estar. Podemos partir do princípio que os Portugueses, são sempre desonestos, maus gestores e portanto, sempre que forem os dinheiros públicos aplicados nas Sociedades Desportivas, serão mal aplicados, mas a Assembleia da República, acreditou nos Portugueses e acreditou que os dinheiros públicos, sendo aplicados nas Sociedades Desportivas, podem ser bem geridos e sem fraudes. Portanto, eu tenho pena por essas pessoas que têm essa reserva de princípio, mas acho que podiam dar o benefício da dúvida, a uma equipa séria de gestão, que pegasse no projecto com pernas e cabeça para andar e que se acabasse por dissipar esse tipo de dúvidas. Mas a verdade, é que quanto esse tipo de dúvidas, eu pouco posso fazer, é uma questão de princípios. Gostava que esta Sociedade, pudesse servir para vos mostrar, que nem sempre é assim.

Depois, também me perguntaram - e eu peço desculpa, não estou a responder na ordem, mas de facto foram muitas questões algumas repetidas; uma das dúvidas que surgiu também, é a propósito da política Municipal de Desporto e de saber se o facto de agora estarmos a

proponer uma SAD para o Basket, não quer dizer ou não implica que vamos a seguir fazer uma SAD para o Andebol e outra SAD para o futebol e por aí fora.

Há pouca experiência em Portugal das Sociedades Desportivas, como sabem, mas a pouca experiência que existe mostra claramente que uma coisa é a SAD para o futebol, coisa completamente diferente é a SAD para o Basket; e assim sucessivamente.

Estes casos, estas Sociedades, têm que ser vistas caso a caso. Não há neste momento, da parte do executivo Municipal, nenhuma política Municipal definida como tal, no sentido de, modalidade a modalidade, se vir a criar uma nova SAD. Portanto, quanto a isso entendamo-nos. Se sentir alguma pressão por parte dos agentes desportivos envolvidos nesse sentido, a questão será equacionada. Não é esse o caso, neste momento.

Quanto há situação na formação e às reservas que algumas pessoas têm também, pelo facto de os dinheiros deverem ser aplicados na formação, em vez de irem para o Basket profissional.

Bem, eu devo dizer que me recuso a continuar a enfiar a cabeça de baixo da areia. Isto é, nós temos neste momento jogadores amadores e treinadores a ganharem 100 contos por mês; portanto, deixemo-nos de sofismas, o que está a acontecer no Basket em Aveiro e por esse país fora e noutros desportos, que não o futebol, é que as modalidades amadoras são todas pagas. Estou a simplificar, é evidente que há clubes que mantêm algum purismo, mas em geral estes clubes recebem subsídios das Câmaras para a formação, estão muitas das vezes a pagar vencimentos aos seus atletas e aos seus treinadores e estão ou podem estar, a desviar verbas para o desporto profissional.

Bom, um responsável de uma Câmara que tem de gerir dinheiros públicos, a certa altura é confrontado com este panorama: por um lado estou a canalizar dinheiro para a formação, e sei ou tenho algumas dúvidas, sobre a correcta aplicação desses dinheiros para a formação do clube; e tenho do outro lado uma lei, que me permite com transparência, rigor e controlo absoluto, uma lei que me diz assim: se quiser aplicar dinheiro no Basquete profissional, então vá por esta via e não vá pela porta do cavalo. Porque pela porta do cavalo, ninguém controla. E então eu digo assim, com toda a franqueza: pegar em 24 mil contos ao longo de um ano e aplicar no Basquete profissional, a controlar as contas - e isto respondendo ao Sr. Professor, temos todo o controlo sobre as contas e no momento em que deixarmos de ter o controlo sobre as contas a Câmara sai.

Portanto, eu prefiro estar mais à vontade, como dizia o Diogo e bem, de facto estava na minha intenção fazer isso: renegociar os contratos programa que temos com os clubes, porque de facto neste momento se formos dar dinheiro para o Basquete profissional, o processo pode até inverter-se. Eu não sei se vocês têm noção e eu também não tinha, fui aprendendo ao longo destas semanas, de qual é a situação dos clubes que fazem Basquete em Aveiro. O Galitos neste momento se não aderir, não sei se vai ter época de Basquete amador, porque não tem como pagar a formação. E portanto, o processo pode até inverter-se, ou seja, se a Sociedade der lucros, esses lucros podem ser distribuídos pelos sócios, ou seja, podem vir a pagar a formação do Basquete amador ao nível dos clubes.

A questão do lucro é um mito, com todo o respeito. As Sociedades existem para dar lucro, com certeza, mas qual é o problema? Não há problema nenhum desde que seja bem aplicado. É sinal que a Sociedade está a ser bem gerida, está a gerar lucros para distribuir pelos accionistas e, portanto, para facilitar a formação e para criar boas condições a todos os níveis. E depois há o lucro estratégico; e ninguém contabilizou esse! Enfim, falou-se ao longo da noite.

Eu penso, não tenho a menor dúvida, que investir 25 mil contos nesta Sociedade, para termos uma equipa que a nível nacional dispute a Liga Profissional de Basquetebol, com a ambição

de ser campeã, é muito importante; em termos da afirmação da estratégia da Cidade, em termos da afirmação de Aveiro como um espaço onde o desporto pode atingir altos níveis de competitividade e como modelo e estímulo para os nossos jovens avançarem para o desporto amador.

Bom, depois a Câmara não tem vocação!... Se calhar a Câmara não tem vocação para gerir muita coisa. Se calhar é verdade. Mas nós gerimos, empresas de Teatro, Centro de Congressos, empresas de Transportes, empresas de lixo, por aí fora. Gerir uma empresa desportiva, porque não; se encontrarmos a pessoa certa. Vamos ter o nosso representante, é uma experiência nova e, portanto, vamos encontrar a pessoa que seja dotada dessa competência específica, para fazer a gestão que precisamos que seja feita. Não vejo que aí haja qualquer problema.

Uma questão de pormenor que eu não disse de entrada e devia ter dito - peço desculpa, mas de facto, fui confirmando à medida que várias pessoas puseram essa questão. De facto a Câmara nesta primeira fase do processo, desembolsaria apenas treze mil contos e não vinte e quatro; e porquê? Porque iria subscrever cinco mil contos de aumento de capital, mas iria dar um subsídio de quatro mil contos ao Beira Mar e um subsídio, de quatro mil contos ao Galitos; para quê? Para que não criássemos outra vez uma Sociedade artificial, descapitalizada à partida, ou seja, a parte do capital a realizar pelo Galitos e pelo Beira Mar, é efectivamente para realizar. Porque senão, andamos todos aqui a enganarmo-nos uns aos outros. E lá está o Galitos e o Beira Mar, a ceder apenas créditos de horas de aluguer do Pavilhão, ou créditos de jogadores que não têm lugar na equipa e outras coisas desse género. Portanto, para sermos sérios nisto, o dinheiro tem que entrar efectivamente. E portanto, o esforço da Câmara, seria nesta fase, treze mil contos; cinco mil para a sua parte, quatro mil para o Galitos, quatro mil para o Beira Mar. Bom, estamos esclarecidos quanto a isso, é exactamente assim, não há nada a esconder e é forma de não criarmos aqui uma Sociedade descapitalizada e daqui a uns meses, estarmos a concluir, que andamos aqui a enganar-nos todos.

Depois uma outra objecção, também técnica que foi feita: os dezanove mil com que compramos as acções, não ficam na Sociedade, vão para os sócios. - Tem toda a razão, é uma observação muito pertinente, vinda do Sr. Dr. Rogério Madaíl. Só que nós conseguimos um acordo com esses ditos sócios e o dinheiro ficará durante dois anos na Sociedade, até a Sociedade ter capacidade para começar em velocidade cruzado e gerar os tais lucros.

A rivalidade desportiva desaparece! Não desaparece. O que nós vamos conseguir é de facto criar alguma solidariedade, algum apoio em torno de uma equipa, que é dos três clubes e a rivalidade vai fazer-se entre Aveiro Basket e Ilhiabum; como sempre existiu. vai fazer-se entre Aveiro Basket e Oliveirense e Ovarense. O nível da rivalidade vai subir um degrau, se quiser, porque de resto os clubes mantêm a sua autonomia (alguém lembrava que o Galitos mantinha duas equipas na primeira divisão) os clubes mantêm toda a sua autonomia e liberdade para desenvolverem a actividade como bem entenderem.

Depois, a promoção poderia ser feita com o mesmo dinheiro, com os Olímpicos. Isso é muito fácil e falacioso, pôr na balança realidades muito diferentes, é evidente. Eu podia sempre dizer-lhe que estamos a promover quatro pessoas, em vez de promover o apoio a umas dezenas, mas enfim, tudo bem. Isso é uma questão de pormenor.

Bom, penso que ficou esclarecido que a designação é Aveiro Basket. As cores das camisolas, é outro pormenor também, que não foi falado aqui. Neste momento são verdes e brancas. Mas alguém me lembrou, evidentemente que as cores de Aveiro, não são verdes e brancas são vermelhas e brancas. E portanto, como o Benfica já joga de amarelo e o Porto de cor de

Laranja, a ideia será que haverá um equipamento normal vermelho e branco, e haverá outros com uma risquinha verde e vermelha. Portanto, até nas cores o equilíbrio será respeitado.

Depois também uma questão colocada pelo Sr. Prof. Henrique Diz “que argumentos vou utilizar se uma outra equipa criar uma SAD?”

Todo o pressuposto é esse. A Câmara só aceitou participar neste processo, porque o processo congrega todas as equipas que em termos relevantes praticam Basquete em Aveiro, nestes termos, neste momento. Portanto, das duas uma, as SAD têm de ser por modalidades. E porque cada equipa que esteja numa SAD, não pode estar numa outra SAD, da mesma modalidade; é o que diz a Lei.

Portanto como pressuposto foi este, das duas uma - a nova equipa que se criar ou adere à nova SAD ou então não têm condições para ter o apoio da Câmara. Mas haverá abertura para isso naturalmente.

Depois perguntou-me “se tudo é tão atractivo, porque é que os clubes não entraram?”

Essa informação eu não tenho. Eu sei, é que apesar de tudo e das dificuldades, os investidores conseguiram ser atraídos. O orçamento do Esgueira o ano passado, sendo dos mais baixos da primeira divisão, deve ter rondado os cento e tal mil contos.

No caso do Galitos por exemplo, o Galitos não entraria se a Câmara não entrasse, por razões que tão haver com os antecedentes da Sociedade actualmente existente, e toda a gente conhece os pormenores e escusamo-nos de estar aqui a recordá-los.

Bom, depois um argumento que me pareceu já em desespero Sr. Professor Eu acho muito curiosa a sua posição, porque o Sr. Professor, não me conseguiu dar nenhuma razão consistente para estar contra. Tem algumas dúvidas, que foram sendo postas. Mas ser contra, o Sr. Prof. não me consegue dizer isto, não conseguiu na sua intervenção dizer isto: que a SAD conduz necessariamente a um resultado mau, para o desporto profissional e para o desporto amador; nunca! E portanto, Sr. Professor, é uma questão que é de boa gestão ou de má gestão. Se o Sr. Professor, acreditar que tem uma boa gestão à frente, tem uma Sociedade como outra qualquer, que pode ser boa para o desporto.

Eu talvez não o tenha dito de entrada, mas o espírito é todo esse. Nós aliás aqui nos documentos que existem, falamos numa segunda fase, numa nova vida, uma refundação da Sociedade. É romper com o passado claramente e, portanto, vamos criar de novo, dar um novo folgo, a este Aveiro Basket.

Quanto aos técnicos, se há um Técnico de Marketing, um Secretário Técnico, isso irá ser decidido depois pelos órgãos próprios, pelo Conselho de Administração. Quanto às contrapartidas, a primeira já falei nisso, os contratos programa não é propriamente uma contrapartida, achamos que é sério que no momento em que se canalizam verbas de uma forma importante para o Basquete profissional e na medida em que algumas verbas em vez de irem para o Basquete Amador pudessem ir se calhar para o Basquete profissional, que haja uma negociação séria, sobre o papel da formação e sobre a contribuição que os jogadores profissionais podem fazer à formação. Porque eu se tiver doze ou treze anos, se tiver um jogador profissional que jogue na equipa principal, a orientar o meu treino ou a aparecer por lá de vez em quando, a fazer uma exibição, certamente que ele está a fazer uma formação muito útil.

Segundo ponto; a exigência de uma gestão transparente. É condição que está presente, desde o início é evidente. estamos a lidar com dinheiros públicos, haverá o revisor oficial de contas que intervirá e no momento em que esta Câmara se aperceber que alguma conta, não está a ser feita como deve ser feita, imediatamente tomará as providências necessárias, para aquilo que estiver a acontecer e sai do projecto se ele assumir ou caminhar por processos ínvios. Portanto, o compromisso de trazer cá o Balancete ao fim do primeiro trimestre, é um

compromisso que eu assumo com todo o gosto; quero acompanhar isso, para que não haja falhas.

Bem, finalmente o trabalho nas freguesias. É evidente que considero que este processo não vai por em causa nenhuma obra nas freguesias e, portanto, continuaremos a trabalhar em melhor ritmo, espero, com as Freguesias Rurais.

Vogal Nuno Tavares:

“Só duas notas muito breves: é uma sugestão! Quer dizer, só conheço uma forma quanto ao problema de as autarquias apoiarem clubes que têm desporto profissional e desporto amador e quando apoiam, apoiam para a formação e o dinheiro uma vez entrado no clube, ninguém sabe para onde é que gira e normalmente, é para fornecedores, é para pagar dívidas, enfim e sabemos como isso é. Só há uma forma de garantir a boa aplicação, a aplicação correcta do dinheiro em função do fim a que se destinou.

É, neste caso, se o dinheiro é para as camadas jovens, é o dinheiro não chegar ao clube. É a Câmara pagar directamente da Tesouraria, como para outro efeito qualquer.

E em segundo lugar só uma pergunta, Sr. Presidente: os administradores ou os gestores desportivos da SAD, são remunerados ou não são remunerados?

É que eu acho que a possibilidade de um clube que cultiva o Basquetebol, a possibilidade desse clube angariar receitas e fazer face a encargos, a despesas com o desporto profissional, são tão limitadas, que ainda por cima, a serem remunerados os administradores da SAD, quer dizer, o peso destes encargos, dificilmente se compadece com uma gestão equilibrada, penso eu!”

Entretanto saiu da sala o Vogal Victor Manuel da Silva Martins.

Vogal Henrique Diz:

“Sr. Presidente, deixe-me dizer-lhe para começar o seguinte: eu já na última reunião, tive ocasião de lhe dizer, que eu gosto muito de o ouvir, o Sr. Presidente fala muito bem e certamente se tivesse optado pela profissão do nosso estimado Presidente da Assembleia, teria muito sucesso. Não tenho dúvidas quanto a isso.

E aliás, esse sucesso reflecte-se depois, na forma como aparecem as suas opiniões, junto da opinião pública. Sr. Presidente, inteiramente de acordo: dou-lhe os meus parabéns por isso! O Sr. Presidente cumpre a sua função política de vender bem aquilo que está mal; é a sua função política Sr. Presidente, não tenho dúvidas quanto a isso.

Agora, Sr. Presidente, vamos lá ver se a gente se entende sobre duas ou três coisas: primeiro; eu demonstrei tanto ao Sr. Presidente, que se calhar não era preciso a Sociedade Desportiva para fazer formação, como o Sr. Presidente me demonstrou a mim que era preciso. Penso que é exactamente a mesma coisa. Eu devo dizer-lhe, que formação com base nos craques, é uma coisa que eu bem me lembro quando era miúdo, e essa formação com base nos chamados craques sempre pode ser feita e poderá continuar a ser feita, sem a participação da Câmara Municipal, nas Sociedades Anónimas Desportivas. Basta que a Câmara Municipal, faça contratos programa com as Sociedades Anónimas Desportivas. Penso portanto, que não precisa de assumir o compromisso de participar e de ser co-responsável, por uma série de coisas, que o Sr. Presidente sabe melhor do que eu, uma vez que é um jurista ilustre.

Bem, portanto Sr. Presidente, não é essa a questão.

Por outro lado, deixe-me dizer-lhe outra coisa: não são os problemas da má gestão, da suspeita permanente, etc., que me levam a duvidar do investimento de dinheiros públicos, em actividades que não sejam essenciais do serviço público. Não é isso Sr. Presidente! Eu não

padeço do mal de muita gente aqui à volta, nem padeço do mal de muitas pessoas com responsabilidades políticas nacionais, de entender e que fazem depois leis, que são praticamente inexecutáveis, de entender, que toda a gente que se mete nos dinheiros públicos, tem ali uma tentaçãozinha de os gastar mal. Não não, Sr. Presidente, não padeço desse mal. Eu tenho a máxima confiança nas pessoas com quem lido, como é evidente. Tenho a máxima confiança sob esse ponto de vista, naquilo que o Sr. Presidente faz e o seu Executivo faz, não tenho dúvidas sobre isso. É uma questão de princípios, Sr. Presidente. Da mesma forma que eu entendo, que não deve, a Câmara Municipal de Aveiro, ou o Estado Português, investir numa empresa que vai agora começar a produção de telefones celulares, ou numa empresa que os está a comercializar. Da mesma forma que eu entendo, que não deve o Estado Português participar directa ou indirectamente, numa companhia de distribuição, seja onde for - em Portugal ou no Brasil, também entendo que não deve o Estado Português, participar nas Sociedades Anónimas Desportivas, porque o desporto (na minha óptica) pode ser melhor fomentado pelos dinheiros públicos através da formação e eu já lhe disse que não precisa das Sociedades Anónimas, não precisa de se envolver o Sr. nas Sociedades Anónimas Desportivas, para fazer formação. É tão simples como isso.

E por favor, não me venha dizer que não é possível controlar a formação. Oh Sr. Presidente, por Amor de Deus! O Sr. Presidente, é o primeiro a dizer: controlar a formação, controlar os dinheiros que entram nos clubes para a formação. O Sr. Presidente, é um jurista ilustre. O Sr. Presidente, é o primeiro a dizer que é preciso usar imaginação na forma de proceder, na actividade pública. O Sr. Presidente, facilmente encontrará formas de controlar os dinheiros que dá ao Galitos, ao Beira Mar, ao S. Bernardo, a quem quer que seja e de verificar se eles vão ou não vão para a formação. Encontra formas fáceis de o fazer. E escusam de se estar a rir aí de lado, porque de facto, eu lamento muito, mas não é difícil saber-se quanto é que um clube gasta com uma equipa de miúdos. Não é difícil saber-se!

Portanto não é difícil saber-se, se o dinheiro que nós estamos a dar, se o dinheiro que a Câmara dá, se o dinheiro que todos nós contribuintes damos, se entra ou não entra para a formação.

Portanto eu penso Sr. Presidente - lamento muito, dizer-lhe - o Sr. Presidente pode dizer: a minha opção, é que devo participar. O Sr. Presidente, não me consegui convencer a mim, da mesma maneira que eu não consegui convence-lo a si, mas é isso que tem de bom esta actividade, não é; de que é assim que vai conseguir o sucesso.

Já agora mais trinta segundos, Sr. Presidente da Mesa.

Eu devo dizer-lhes, que não tenho o mínimo remorso em admitir hoje ou amanhã, não tenho nada contra o sucesso de Aveiro Basket ou de Aveiro Esgueira Basket: oxalá tenham um grande sucesso. E devo dizer-lhe mais: se tiverem sucesso, sem nós termos participado, ainda bem! Só bem provar as minhas teses, Sr.^a Deputada.”

Vogal João Pedro Dias:

“Sr. Presidente, muito rapidamente para um pequeno comentário e duas perguntas muito concretas que não ficaram esclarecidas, da intervenção do Sr. Presidente e eu gostava que elas fossem esclarecidas.

Quanto ao comentário, permita-me Sr. Presidente, que quando V.Ex.a diz, que vai subsidiar os clubes, para que efectivamente haja clareza para que eles entrem directamente no património da Sociedade e assim de facto temos uma situação de verdade. Salvo melhor opinião, a verdade é que a Câmara participa a cem por cento. Porque é evidente que é a Câmara que vai dar aos clubes, para os clubes participarem. Contra isso, bom...

A segunda questão. Eu devo dizer que, depois da discussão aqui travada, eu acho que as pessoas de certa forma já vinham para aqui com ideias pré-concebidas e ninguém se lembrou de levantar aqui uma questão: se não se tratasse da SAD, eu aposto que teria sido levantada. Eu não percebo, e isto devo dizer-lhe, que em consciência quase me impede de votar, seja em que sentido for, como é V.Ex.a e a Câmara, nos pedem para se votar a adesão a uma Sociedade, cujo projecto de pacto ou de Estatuto nós não conhecemos. O Estatuto da SAD, nós não o conhecemos! Ele não foi distribuído.

Eu não sei, se o Estatuto por exemplo tem votos blindados? Há blindagem de votos? Há limite à correspondência entre o direito de voto e o direito capital?

Sr. Presidente, eu tenho a certeza, que se não estivéssemos a falar de uma matéria para a qual todos nós já tínhamos vindo para aqui, (até o Sr. Salavessa que nisto não costuma deixar escapar) se não estivéssemos a falar de uma matéria, para a qual de certa forma já existisse uma pré-intenção, seguramente se estivéssemos a falar de uma outra sociedade qualquer, aquilo que a Assembleia naturalmente pediria ou diria, era: a Câmara prepara-se para aderir. Venham os projectos. Tem sido sempre assim, Sr. Presidente. Ainda não no seu mandato, até quando foi para aderir a tantas Sociedades ou tantas instituições, das fundações a outras instituições; fez-se ponto de honra que de facto não se conhece o documento fundamental. Eu considero, Sr. Presidente, sem esse documento no conhecimento desta Assembleia... e para mais e reparem o seguinte: e tão importante é esse documento, que V.Ex.a., ou os Serviços de Apoio à Assembleia, por solicitação da Câmara, até nos mandaram os antigos - enganaram-se! Os antigos vão ser alterados, mas pontualmente, ninguém nos diz onde, nem em quê. E eu creio, que isso é fundamental, porque eu não sei se os 40% da Câmara de capital, vão corresponder a 40% de votos. Em Sociedades Anónimas, há imensas possibilidades como V.Ex.a. muito bem sabe. E este aspecto, eu considero que é inibidor de uma tomada de uma deliberação consciente sobre esta matéria. Penso que se estivéssemos a falar de qualquer outra Sociedade, esta Assembleia e a bancada do Partido Socialista, que era tão pressurosa em mandatos anteriores em exigir a regularidade formal destas coisas e os documentozinhos todos - exigir e muito bem! Não deixaria escapar. Portanto penso, repito, que não existem condições - e agora é que me apetece apelar ao espírito jurídico do Sr. Presidente da Mesa, há bocado critiquei-o, agora parece-me que a sua análise jurídica talvez tenha cabimento; porque depois havia um outro conjunto de questões, mas eu devo dizer-lhe que para mim o fundamental era conhecer os Estatutos. Eu podia perguntar a V.Ex.a: o Sr. Presidente disse que já existiram contactos com vista à aquisição de lotes de acções, que estão nas mãos de investidores particulares. Apetecia-me perguntar-lhe: quem são esses investidores? V.Ex.a se negociou, seguramente já sabe com quem negociou.

Apetecia-me perguntar-lhe: se a eventual aquisição, ainda que deferida no tempo, nos tais dois anos, se corresponde ao valor nominal do capital realizado ou não? Mas estas e muitas outras questões, Sr. Presidente, sem o Estatuto da Sociedade ao qual a Câmara se propõe aderir, em consciência, considero-me inibido de votar: a favor, contra ou abstenção.”

Presidente da Mesa:

“A sua observação tem alguma razão de ser. Esta parte dos Estatutos. Só que eu tenho entendido que a Câmara vem aqui pedir não apenas autorização, para um dispêndio, mas também um mandato genérico, para cujo exercício se limitou a enunciar os grandes princípios, um mandato que deve ser bem desempenhado. É evidente que nuns Estatutos manipulados quem tem 40%, não tem; pode ter 10%, etc.

Tem toda a razão de ser, mas é pressuposto que além da utilização que lhe vier a ser dada, é também um mandato, que deve ser gerido com bom senso e eficácia pela Câmara. Embora juridicamente, tenha toda a razão. Embora seja um ciclo vicioso: não se pode negociar, podia a Câmara trazer um ante projecto, do que seja o seu ponto de vista, para a hipótese de ser concedida autorização. Não trouxe o articulado, mas ficaram os princípios, penso que será suficiente. Isto na minha opinião.”

Vogal Rogério Madaíl:

“Muito obrigado. Ora bem, relativamente à figura da SAD, também eu não tenho dúvidas, sobre a credibilidade duma Sociedade, denominada normalmente por uma SAD.

As dúvidas que me surgem sempre e neste caso, é sobre o risco de negócio. Há efectivamente sobre a exploração de uma Sociedade desportiva, um enorme risco. E esse enorme risco, pode cair sobre as responsabilidades da Administração da Empresa e sobre, efectivamente, o seu maior accionista.

A outra questão, que eu queria pôr, era sobre o problema do controlo de subsídios. Efectivamente, retomo aqui o que já foi dito pelo meu colega: o controlo de subsídio é extremamente fácil, basta pedir as despesas. Pagar em função das despesas efectuadas. Portanto, não é por aí que há uma vantagem em entrar numa SAD, para controlar melhor a aplicação dos subsídios ao desporto.

Agora, a questão mais importante que surge neste enquadramento, são os chamados dezanove mil contos da compra de acções. O Dr. João Pedro Dias disse e bem, que era importante saber quem são os investidores e eu junto mais outra questão: pois se estamos a investir na Sociedade cujo capital, está já - como se costuma dizer aí na gíria popular “comido”, o capital está realmente já comido. Portanto, a Sociedade está realmente, com prejuízo acumulados grandes.

A primeira coisa que havia a fazer era uma redução do capital, depois a seguir é que se investe. Porque senão está a comprar-se hoje, por exemplo, numa acção de mil escudos, a mesma coisa que ela valia numa outra acção, que não vale nada. Portanto, isto não me parece que seja uma forma que se costuma utilizar, quando se entra no capital de uma Sociedade Anónima, quando essa Sociedade tem a sua situação líquida deteriorizada.

Portanto, isto eram as questões com as quais termino, para além de reconduzir todas as afirmações que tinha feito anteriormente. Muito obrigado.”

Vogal Virgínia Silva Veiga:

“Relativamente à intervenção do Sr. Dr. Pedro Dias, tem toda a razão na parte em que a Câmara Municipal não poderá deixar de os trazer aqui, os Estatutos definitivos da Sociedade, para nós aprovarmos. Devo dizer é que, essa sua intervenção teria sido mais oportuna e logo mais pertinente, no início da própria Assembleia. Foi um lapso com certeza.

Mas de resto, é muito pertinente a sua intervenção, numa parte; noutra não é, como já chamou o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, a devida atenção e tem haver com o seguinte: o que nos propõem aqui está claro. Porque está na proposta, que a própria Câmara, nos traz aqui. Não há impedimento nenhum, em que se vote hoje aqui, a adesão em princípio à Sociedade Aveiro Basket, nos termos exactos da proposta que aqui nos foi trazida. É evidente, que a Câmara não pode de maneira nenhuma, deixar de nos trazer aqui os Estatutos definitivos para serem aprovados ou para serem reprovados, mas evidentemente que não; que tem que ser assim. E não pode, sob pena de não ter validade jurídica, como ambos sabemos, a adesão definitiva à Sociedade, nos termos definitivos, que têm forçosamente que ser aqui trazidos.

Agora, não tem nada haver com a discussão que nós temos tido até este momento. E aquilo que se discutiu aqui, até este exacto momento, foi exactamente aquilo que nos foi proposto, nos termos exactos em que está proposto, isto é, a adesão de princípio, para que a Câmara possa sem dúvida nenhuma agora, aderir à Sociedade que aqui propôs, com uma proposta extremamente concreta, que me foi distribuída e foi distribuída a todos os Deputados Municipais e que foi aqui, aliás, toda ela dita e explicada pelo Sr. Presidente da Câmara. Não há absolutamente impedimento nenhum, lamento ter-lhe estragado o golpe.”

Presidente da Mesa:

“A Dr.ª Virgínia Veiga, penso que é sempre muito lúcida, mas às vezes não têm razão. A Câmara veio pedir autorização ao abrigo do n.º 2 - alínea H, do art.º 39 da lei 18/91, que não fala nisso. Diz: «autorizar o Município a integrar-se em Associações e Federações de Municípios, a associar-se com entidades publicas e a participar em empresas de âmbito municipal ou regional, que prossigam fins de reconhecido interesse público local e se contenham dentro das atribuições definidas para o Município.»

Portanto, realmente devia ter vindo aqui pelo menos o anteprojecto: a integrar-se em quê e onde e em que condições, certo. Mas isso penso que foram feitas as mínimas considerações. Não penso que a Câmara esteja obrigada: fá-lo-á se quiser e acho até que o deve fazer, mas não penso que deve estar obrigada a vir aqui com os Estatutos. Mas se quiser vir será bem acolhida. É mais um ponto da ordem de trabalhos, lá mais para o Verão.”

Vogal Manuel António Coimbra:

“Muito obrigado Sr. Presidente. Eu serei breve, como sempre. É só, e utilizando as palavras, que o Dr. Raul Martins (que não está cá hoje presente) mas gostava muito de empregar, costumava dizer: “eu estou banzado”. E eu digo-lhe a mesma coisa: eu estou banzado, com a bancada do PS. Faz como eu digo, não faças como eu faço - é o lema agora da bancada do PS.

No passado, quando a Câmara era CDS/PP, a legalidade acima de tudo. Eu lembro-me de várias propostas terem sido retiradas pela Câmara Municipal, porque não havia cá os Estatutos ou porque os Estatutos não tinham sido aprovados por uma entidade ou por outra entidade. E as propostas eram retiradas. Agora não faz mal nenhum, todos percebemos os pressupostos; por isso, porque é que nós não podemos votar?

Sejam coerentes meus senhores! Sejam coerentes. Façam aquilo que faziam no passado. Ou porque agora que a Câmara mudou, já as regras são diferentes? O Poder Autárquico já não é o mesmo?

Por isso aquilo que eu acho, é que nós estamos - e por isso é que eu há bocado, estava a pensar que estava a discutir os Estatutos e por isso nem pensei que não eram estes; nem pus isso em causa! E afinal não eram.

De maneira que, nós não conhecemos os pressupostos para podermos avaliar, a adesão da Câmara à Sociedade Aveiro Basket. De maneira que aquilo que eu proponho, naturalmente, é a retirada da proposta por parte da Câmara, mais nada.”

Presidente da Mesa:

“A Câmara não pode retirar, sem uma deliberação da dita cuja.

Essa invocação do grupo parlamentar: devo dizer que eu não sou refém das atitudes dos meus camaradas, noutros mandatos. Não estava aí, não tinha o papel que hoje tenho. Então dirija-se a ela e não faça referências ao genérico, porque é demasiado.”

Presidente da Câmara:

“Começando por esta questão dos Estatutos, porque de facto já vai alta a noite e penso que houve aqui algum entusiasmo em volta desta questão. Mas talvez seja muito simples e que é a seguinte e penso que estamos a cumprir a Lei de todos: nós, o pedido, de facto a adesão, uma vez que nós vamos comprar acções de uma Sociedade já existente, vai ser à Sociedade existente com os Estatutos, que existem actualmente e por isso eles estão juntos.

Depois de sermos sócios, depois do Galitos ser sócio e depois de todo o capital estar redistribuído, então está aqui no cronograma que temos, é que haverá uma Assembleia Geral dos novos accionistas para rever os Estatutos. Portanto, eu penso que está tudo certinho e peço desculpa se isto suscitou dúvidas, por terem sido mal apresentadas.

Mas de facto, o processo só pode ser este. Nós temos que entrar primeiro, rever os Estatutos a seguir. E é evidente, que quando eu disse à pouco que os Estatutos iam ser mudados, os Estatutos vão ser mudados, mas depois dos accionistas serem accionistas como tal. E portanto, nessa altura se mudará o nome, nessa altura se mudará tudo o que haverá mudar.

Eu não tenho obviamente, nenhuma relutância. Pelo contrário, acho que fará sentido no futuro, uma vez os Estatutos alterados, em trazer os Estatutos à ratificação desta Assembleia. Acho que devo fazer isso e, portanto, fá-lo-ei com todo o gosto.

Em relação ali ao Sr. Prof. Henrique Diz; eu não quero crer Sr. Professor, que simplifica as coisas a tal ponto, de considerar que um apoio a uma empresa de telefones celulares, deve ser equiparado ao apoio que se presta à promoção do Basquete.

Um telefone celular, é uma mercadoria; a promoção do Basquete, é lidar com pessoas, com a formação delas, com o desenvolvimento desportivo, etc. São apoios com lógicas completamente diferentes.”

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa colocou à votação da Assembleia, o ponto n.º 3 - Sociedade Aveiro Basket - Adesão; tendo a mesma merecido a aprovação por maioria de catorze votos a favor (8PS+6PP) oito votos contra (7PSD+1PCP) e três abstenções (3PP).

Seguiram-se as declarações de voto dos seguintes Deputados:

Vogal Henrique Diz:

“A bancada do PSD, vota contra porque entende que a promoção do Desporto se pode melhor realizar em Aveiro, de outras formas, sugeridas aliás, durante a discussão, por esta bancada.

Por outro lado, ao proceder à aquisição das acções da Sociedade existente, pelo seu valor nominal, a Câmara Municipal faz uma deficiente aplicação de dinheiros públicos, por permitir-se, adquirir títulos, por uma quantia muito superior à do seu valor real.

É ainda má utilização dos dinheiros públicos, não garantir que o dinheiro investido, é na sua totalidade utilizado para novas actividades, mas sim para recuperação de uma situação, cuja responsabilidade não pertence à Câmara Municipal de Aveiro. Muito obrigado.”

Vogal Diogo Soares Machado:

“ Em nome dos braços no ar, pelo voto sim. Votamos a favor, os que votamos, este ponto da ordem de trabalhos, porque para além de acharmos que tem valor intrínseco, na prossecução de uma estratégia, que também foi nossa no passado, há claramente assumidos, quatro compromissos por parte do Sr. Presidente da Câmara:

Primeiro, trazer o balanço trimestral em Janeiro, a esta Assembleia, da Sociedade Aveiro Basket, para que esta Assembleia possa emitir sobre ele a sua opinião e o seu juízo de valor;

segundo, o compromisso também claro, de proceder no mais curto de espaço de tempo possível, à revisão dos contratos programa com os clubes aderentes ao Aveiro Basket; terceiro, reuniões mensais com os Presidentes de Junta de Freguesia, para auscultação das suas necessidades e das suas carências, nas próprias freguesias.

Não eram quatro, eles eram três, eles foram assumidos, a bancada do PP, na sua maioria e eu falo por esses, decidiu votar a favor deste ponto da ordem de trabalhos.”

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa submeteu à votação da Assembleia a acta em minuta respeitante a esta reunião, tendo a mesma merecido a aprovação por unanimidade e cujo texto se anexa fazendo parte integrante da presente acta.

Nos termos regimentais, em conformidade com o n.º 2 do artigo 25.º do Regimento, o Sr. Presidente da Mesa propôs à votação da Assembleia o prolongamento até seis reuniões limite o decurso desta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, o qual mereceu aprovação por unanimidade.

Dado o avançado da hora, o Sr. Presidente da Mesa deu por encerrada a presente reunião.

Eram 03.00 horas.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte a gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião e vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários nos termos legais.